

# Economia (introdução)

*Carlos Magno Mendes  
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini  
Fernando Tadeu de Miranda Borges  
Mayra Batista Bitencourt Fagundes*

Copyright © 2007. Todos os direitos desta edição reservados ao DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO (CAD/CSE/UFSC). Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, do autor.

E61 Economia (introdução) / Carlos Magno Mendes... [et al.]. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2007. 158p.

Inclui bibliografia

Curso de Graduação em Administração a Distância

1. Economia. 2. Teoria monetária. 3. Comercio internacional. 4. Setor Público. 5. Pensamento econômico. 6. Educação a distância. I. Mendes, Carlos Magno. II. Título.

CDU: 330

*Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071*

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

*Luiz Inácio Lula da Silva*

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

*Fernando Haddad*

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

*Carlos Eduardo Bielschowsky*

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DPEAD**

*Hélio Chaves Filho*

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**REITOR**

*Lúcio José Botelho*

**VICE-REITOR**

*Arioaldo Bolzan*

**PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

*Marcos Lafim*

**DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

*Araci Hack Catapan*

**CENTRO SOCIOECONÔMICO**

**DIRETOR**

*Maurício Fernandes Pereira*

**VICE-DIRETOR**

*Altair Borguet*

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CHEFE DO DEPARTAMENTO**

*João Nilo Linhares*

**COORDENADOR DE CURSO**

*Alexandre Marino Costa*

**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

*Alexandre Marino Costa – Presidente*

*Gilberto de Oliveira Moritz*

*João Nilo Linhares*

*Luiz Salgado Klaes*

*Marcos Baptista Lopez Dalmau*

*Maurício Fernandes Pereira*

*Raimundo Nonato de Oliveira Lima*

CONSELHO CIENTÍFICO

*Profa. Liane Carli Hermes Zanella*

*Prof. Luis Moretto Neto*

*Prof. Luiz Salgado Klaes*

*Prof. Raimundo Nonato de Oliveira Lima*

CONSELHO TÉCNICO

*Prof. Maurício Fernandes Pereira*

*Profa. Alessandra de Linhares Jacobsen*

METODOLOGIA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

*Denise Aparecida Bunn*

*Adriana Novelli*

*Rafael Pereira Ocampo Moré*

PROJETO GRÁFICO

*Annye Cristiny Tessaro*

*Mariana Lorenzetti*

DIAGRAMAÇÃO

*Annye Cristiny Tessaro*

REVISÃO DE PORTUGUÊS

*Renato Tapado*

ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO

*Carlos Magno Mendes*

*Cícero Antônio de Oliveira Tredezini*

*Fernando Tadeu de Miranda Borges*

*Mayra Batista Bitencourt Fagundes*

# Sumário

Apresentação.....	7
-------------------	---

## **UNIDADE 1 – Conceitos fundamentais da Economia**

Conceitos fundamentais da Economia.....	13
Resumo.....	21
Atividade de aprendizagem.....	21

## **UNIDADE 2 – Valor**

Valor.....	25
Resumo.....	37
Atividade de aprendizagem.....	38

## **UNIDADE 3 – Mensuração da atividade econômica**

O sistema econômico.....	41
Resumo.....	75
Atividade de aprendizagem.....	75

## **UNIDADE 4 – Introdução à Teoria Monetária**

Teoria Monetária.....	79
Resumo.....	90
Atividade de aprendizagem.....	90

## **UNIDADE 5 – Noções de comércio internacional**

Os determinantes do comércio internacional.....	95
Resumo.....	103
Atividade de aprendizagem.....	103

## **UNIDADE 6 – Funções do setor público**

A intervenção governamental.....	107
Resumo.....	126
Atividade de aprendizagem.....	126

## **UNIDADE 7 – Evolução do pensamento econômico**

O pensamento econômico na Antigüidade Clássica.....	131
Resumo.....	151
Atividade de aprendizagem.....	151
Referências.....	153
Minicurrículos.....	157

# Apresentação

## **Estudante de Administração!**

Convidamos você para embarcar conosco no estudo da Economia – uma introdução. Garantimos que dificilmente se arrependerá e que, ao final do percurso, se encontrará ainda mais motivado para aprofundar os conhecimentos adquiridos.

Para estudar Economia, a receita contempla os seguintes ingredientes: **disposição, vontade de crescer, determinação, muita curiosidade e observação.**

Por acreditarmos na transformação e na possibilidade da construção de um mundo melhor, embalamos os conhecimentos, como você sabe, noite e dia pelas mais diferentes sociedades que vêm habitando o nosso planeta.

Saiba você que todo estudo da Economia envolve juízos de valor e que, embora tenhamos os nossos, esperamos que você se sinta bastante à vontade para cultivar aquele que lhe fale mais de perto.

Queremos que seja livre e acredite no que for melhor para a construção de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

No mundo de hoje, vivemos conectados. Contudo, veja você, o fato de estarmos conectados não significa que estejamos integrados, muito pelo contrário, precisamos fazer alguma coisa rapidamente para conquistar, através da união e participação, o nosso merecido lugar e espaço na rede mundial do conhecimento.

Todos (você e nós) temos muita pressa e, na maioria das vezes, sequer sabemos o real motivo disso tudo, porém, um fato nos acompanha bem de perto, ninguém no mundo quer “perder” tempo. Há uma racionalidade instalada pela técnica que domina os nossos movimentos. Na realidade, um relógio invisível tendendo a nos governar de forma direta e indireta, tal qual a batida de um coração.

A tecnologia da informação tem auxiliado na velocidade da comunicação instantânea e regula o nosso mundo econômico, político e social o tempo todo. Há uma nova forma de trabalho em curso, que

pode ser realizada sem tempo fixado e lugar estabelecido, e que leva ao aumento da produtividade em rede. Veja, por exemplo, o Curso de Graduação em Administração, modalidade a distância, que você está cursando. Sempre fomos favoráveis à ampliação do desenvolvimento tecnológico e não acreditamos ser o fator tecnológico o responsável maior, de forma direta, pelo desemprego.

Uma das explicações para o desemprego pode ser a de que, no sistema econômico em que vivemos – devido à capacidade ilimitada do desenvolvimento tecnológico e à limitação da capacidade aquisitiva, em algum momento –, certa tendência ao decréscimo da taxa de lucro pode vir a colocar o sistema em risco. Procurando entender o caráter contraditório dessa lógica, uma engenharia econômica manteve-se em atividade. Muitos estudiosos, dentro do seu tempo, estudaram o funcionamento da Economia.

Bem, continuando, lembramos a você que é na forma de apropriação do que é produzido, redistribuindo-o de maneira igualitária e transparente, que poderemos superar as desigualdades e romper, de uma vez por todas, com as barreiras que vêm dificultando o acesso dos excluídos do jogo econômico. Trata-se de uma ruptura difícil, pois os interesses são muitos, e as oportunidades não são iguais para todas as pessoas. Não podemos esquecer que o processo de produção da existência humana é um processo social, ou seja, o ser humano não vive isoladamente, ao contrário, depende de outros para sobreviver.

É importante lembrar que a Economia interage com diversas outras áreas do conhecimento, como Administração, Ciências Contábeis, Geografia, História, Direito, Estatística, Matemática, Engenharias, Meio Ambiente, Sociologia, Filosofia, Política, Turismo, Finanças Públicas, Educação, Urbanismo, entre outras. Por isso, a importância da associação da Economia com todas as áreas do conhecimento. Como se vê, a Economia precisa trabalhar interdisciplinarmente para poder enfrentar os desafios postos às análises econômicas, que requerem diagnósticos precisos.

Esperamos que os estudos empreendidos possam, ao final, auxiliar na aplicação dos conhecimentos adquiridos junto aos problemas locais, estaduais e nacionais, com o mundo por perto.



Disso tudo, o importante é construir uma nova percepção do domínio do conhecimento, tendo em vista o entendimento do presente, a partir do passado, com vistas à prospecção de um futuro melhor, harmonioso e menos desigual. Do todo às partes e das partes ao todo, o importante é possuir uma compreensão dinâmica da totalidade.

Da construção do conhecimento da Economia, fazemos parte todos nós, com os nossos valores culturais, influenciando nos “avanços” e “retrocessos”. É preciso que você traga consigo o quanto a nossa participação na feitura e construção do mundo tem importância. Aliás, cabe lembrar que todos somos produtores e consumidores de conhecimentos. Observamos que as diversidades precisam ser respeitadas e que não temos a verdade, apenas a procuramos intensamente, num mundo de muitos tempos dentro de um tempo.

A Economia está nos mais diversos lugares e espaços, sendo uma ciência multicultural e que sempre envolve, como já dissemos, muitos juízos de valor. Para saber um pouco mais a respeito dessa área de conhecimento, convidamos você a nos acompanhar e elaborar conosco os conhecimentos necessários à formação do administrador.

O objetivo central desta disciplina é o de tratar das principais noções gerais da Ciência Econômica mencionando, de forma simples, conceitos, idéias e teorias que compõem essa ciência. Por meio de uma linguagem acessível, procuramos mesclar uma visão teórica simplificada com aplicações que estão no seu dia-a-dia. Esses conceitos, idéias e teorias serão apresentados ao longo do livro através das unidades que o compõem.

A Unidade I apresenta os conceitos básicos da Economia. A Unidade 2 promove a discussão sobre a questão do valor na Economia. A Unidade 3 examina a mensuração da atividade econômica. A Unidade 4 discorre sobre a Teoria Monetária. A Unidade 5 trata das noções de comércio internacional. A Unidade 6 discute as funções do setor público, e, por fim, a Unidade 7 faz a apresentação da evolução do pensamento econômico.

Para você, um bom curso de Economia!

*Professores*

*Carlos Magno Mendes*

*Cícero Antônio de Oliveira Tredezini*

*Fernando Tadeu de Miranda Borges*

*Mayra Batista Bitencourt Fagundes*



**UNIDADE**



# **Conceitos fundamentais da Economia**

# Objetivo

Nesta Unidade, vamos trazer a você as principais noções gerais da Ciência Econômica, tendo em vista possibilitar a conquista de uma formação tanto acadêmica quanto profissional.

## Conceitos fundamentais da Economia

Caro estudante!

Será um prazer poder interagir com você durante a disciplina de Economia. Esta é mais uma oportunidade para você aprimorar seus conhecimentos, sem sair de casa, sem abandonar suas atividades de rotina nem seu trabalho. Então, não percam tempo, vamos começar nossos estudos!

A Unidade 1 fará uma abordagem dos conceitos básicos da Economia. Leia com atenção e busque informações complementares a ela. Sugerimos que pesquise em outras fontes de conhecimento, não somente nas indicações que estão postas no Saiba mais..., voe, viaje longe! Não esqueça de fazer as atividades sugeridas ao final da Unidade. Vamos estar com você, com muita alegria, estimulando a aprendizagem e auxiliando na solução das dúvidas.

Nos dias de hoje, quando andamos pela cidade, percebemos um grande movimento no comércio. Centenas de pessoas enchem as lojas, despertando um contentamento enorme nos vendedores. Os compradores estão contentes, pois as lojas oferecem uma infinidade de produtos, desde roupas de todos os tipos até equipamentos eletrônicos mais sofisticados, de modo a satisfazer a todos os gostos.

Veja que essa variedade de bens satisfaz a vontade do consumidor mais exigente e mais rico ao menos exigente e com menor poder de compra. O importante é que são milhões de produtos que milhares de pessoas podem comprar e compram todos os dias. Essa cena pode ser vista em qualquer cidade do Brasil e do mundo.

É bom lembrar que a disciplina Economia, que ora estamos iniciando, se interessa, em grande medida, por essas coisas ditas comuns. No Século XIX, **Alfred Marshall** disse que a Economia procura estu-

### Para saber mais

\***Alfred Marshall** – (1842–1924) – foi um dos mais influentes economistas de seu tempo. Seu livro *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Marshall\\_note-PRINCIPLES#\\_note-PRINCIPLES](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Marshall_note-PRINCIPLES#_note-PRINCIPLES)) procurou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de Economia mais adotado na Inglaterra por um longo período. O método analítico-matemático de Marshall foi uma de suas maiores contribuições para a moderna Ciência Econômica. Fonte: Wikipédia (2007).

Note-se que administrar uma casa é algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, essa aproximação de que as casas e as economias têm muita coisa em comum é muito utilizada.

## GLOSSÁRIO

\***Recurso** – insumo ou fator de produção, um material que seja necessário em uma construção ou em um processo de produção. Fonte: Wikipédia.

\***Bens de consumo** – bem comprado para satisfazer desejos e necessidades pessoais, tais como: sabonete, refrigerante, pasta e escova de dentes, pente, sorvete, camisa, lápis, sapato e outros. Nem sempre o consumidor é aquele que compra o bem, mas sim aquele que o usa. Fonte: Lacombe (2004).

dar os negócios comuns da vida da humanidade. Por negócios comuns, podemos entender as cenas comuns da vida econômica. Hoje, a Economia continua estudando e tentando entender como esses negócios comuns funcionam: como funciona nosso sistema econômico? Quando e por que o sistema econômico entra em crise, ocasionando mudanças de comportamento das pessoas e empresas?

Etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei), e pode ser compreendida como “administração da casa”.

Em síntese, pode-se dizer que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos com o objetivo de produzir bens e serviços, e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Pense como uma família toma decisões no seu dia-a-dia: quais tarefas cada membro deverá desempenhar, e o que cada um deles vai receber em troca? Quem vai preparar o almoço e o jantar? Quem vai lavar e passar? Qual aparelho de televisão vai ser comprado? Qual carro vai ser adquirido? Onde passar as férias de final de ano? Quem vai? Onde vai ficar?

Segundo Mankiw (2005, p. 3), “[...] cada família precisa alocar seus **recursos\*** escassos a seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um”.

Veja que os **recursos produtivos**, também denominados fatores de produção, são os elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer as necessidades humanas. O que é uma necessidade humana? Entende-se por esta a sensação de que falta alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por **bens de consumo\*** como televisão, computador, geladeira, etc.

---

*Da mesma forma que uma família precisa tomar muitas decisões, uma sociedade também precisa fazer o mesmo. Precisa claramente definir o que produzir, para quem produzir,*

*quando produzir e quanto produzir. Em linhas gerais, a sociedade precisa gerenciar bem seus recursos, principalmente se considerarmos que estes, de maneira geral, são escassos.*

Assim como uma família não pode ter todos os bens que deseja, ou seja, dar aos seus membros todos os produtos e serviços que desejam, uma sociedade também não pode fazer o mesmo. A razão para que isso aconteça está na escassez. Escassez significa que os recursos são limitados em termos de quantidade disponível para uso imediato. Portanto, escassez significa também que a sociedade não tem todos os recursos que gostaria de ter para produzir todos os bens e serviços para oferecer a todos os seus membros. A Economia, assim, tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, embora haja quem discorde disto.

Ainda que possamos estudar Economia de muitas maneiras, existem algumas idéias que se tornam centrais nesta disciplina. Essas idéias são consideradas como princípios básicos de Economia por parte de alguns economistas. Portanto, para poder compreender Economia, é bom saber mais sobre quais são esses princípios e o que significa cada um.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que é uma economia. Em qualquer parte do mundo, uma economia é um grupo de pessoas que estão interagindo umas com as outras e, dessa forma, vão levando a vida. Diante disso, podemos imaginar que a primeira coisa que precisamos entender quando se quer compreender uma economia é saber como são tomadas as decisões dessas pessoas. Portanto, cabe questionar: como as pessoas tomam decisões?

Quatro princípios norteiam essa primeira questão:

- primeiro: as pessoas precisam fazer escolhas, e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos. Não é possível atender a todas as necessidades de maneira ilimitada. Portanto, a sociedade precisa fazer suas escolhas, assim como os indivíduos no seu dia-a-dia;

Tradeoffs: em Economia, esse termo significa uma situação de escolha conflitante. Exemplos: redução da taxa de desemprego com aumento da taxa de inflação. Mais recursos para a saúde podem significar menos para educação. Talvez o maior tradeoffs que a sociedade brasileira enfrenta nos dias de hoje seja entre eficiência e equidade.

Os economistas usam o termo mudanças marginais para explicar os pequenos ajustes incrementais a uma ação existente.

## GLOSSÁRIO

\*Mercado – a demanda quantificada total para determinado produto ou serviço num período determinado. Fonte: Lacombe (2004)

### Para saber mais

\*Adam Smith (1723–1790) – economista e filósofo escocês, considerado o pai da Economia Moderna e um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico. Autor de *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse egoísta, promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica. Fonte: Wikipédia (2007).

- segundo: o custo real de alguma coisa é o que o indivíduo deve despendar para adquiri-lo, ou seja, o custo de um produto ou serviço é aquilo do que tivermos de desistir para consegui-lo;
- terceiro: as pessoas são consideradas racionais e, por isso, elas pensam nos pequenos ajustes incrementais de todas as suas decisões. Isto significa que as pessoas e empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem. Portanto, um tomador de decisão considerado racional deve executar uma ação se, e somente se, o resultado dos benefícios marginais forem superiores aos seus custos marginais;
- quarto: as pessoas reagem a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão. Assim, qualquer incentivo que ocorra pode alterar a conduta do tomador de decisões. Nota-se que os formuladores de políticas públicas fazem bastante uso deste princípio.

A segunda questão básica que norteia o processo econômico é como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam. Isto é muito importante em Economia, pois, a partir desse princípio, podemos compreender que o comércio pode ser bom para todos os agentes, que os mercados\* são geralmente bons organizadores da atividade econômica, que os mercados às vezes falham e que, por isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado. O padrão de vida das

pessoas depende da sua capacidade de produzir bens e serviços. Portanto, o desenvolvimento econômico, e a expansão das atividades econômicas de um país são pontos fundamentais para entender como funciona a economia de um país.

Na realidade, a idéia de que há ganhos com o comércio foi introduzida na Economia de forma mais bem elaborada em 1776, por Adam Smith, com o



seu livro *Riqueza das nações*. Os ganhos do comércio são oriundos, sobretudo, da divisão do trabalho, portanto, da especialização. O fundamento que fica é que a economia como um todo pode produzir mais e melhor quando cada pessoa se especializa em uma tarefa. Isto aumenta a **produtividade\*** do sistema, aumentando, assim, a quantidade de bens e serviços à disposição das pessoas. Dessa forma, temos mais comércio, mais desenvolvimento dos lugares e das pessoas.

Em economias centralizadas, são os planejadores que estabelecem o quanto vai ser produzido e o que vai ser consumido. Dessa forma, apenas o governo, através do órgão de planejamento, pode organizar a atividade econômica de maneira a oferecer e atender a todas as demandas eventualmente estabelecidas pela população.

Veja que em economias de mercado essa função de estabelecer o quanto e como produzir é atribuição do mercado, ou seja, as decisões do planejador central são substituídas pelas decisões de milhares de pessoas e empresas. Diante disso, o mercado é considerado, na maioria das vezes, a melhor forma para destinar os recursos escassos. Porém, às vezes, ele falha nesse processo de destinar de maneira eficiente os recursos e fazer a distribuição equitativa de seu produto, e, quando isso acontece, o governo precisa intervir na economia. Isto significa que, quando os mercados não estão alcançando a eficiência econômica e a equidade na distribuição de renda, a intervenção do governo deve ocorrer.

Podemos dizer que a questão da capacidade de produzir bens e serviços está relacionada ao nível de produtividade do país. Para Romer (2002), o que explica as grandes diferenças de padrão de vida entre os países ao longo do tempo é a diferença de produtividade entre eles. Dessa maneira, onde a produtividade das pessoas é maior, ou seja, produzem mais bens e serviços em menos tempo, o padrão de vida é maior.

## GLOSSÁRIO

**\*Produtividade** – relação entre os produtos obtidos e os fatores de produção empregados na sua obtenção. A produtividade é o quociente que resulta da divisão entre a produção obtida e um dos fatores empregados na produção (insumo). Fonte: Lacombe (2004).

## GLOSSÁRIO

\***Lucro** – diferença entre o resultado obtido e o resultado esperado, quando o resultado obtido é superior ao esperado. Fonte: Lacombe (2004).

## Bens e serviços

De um modo geral, o objetivo de uma indústria é produzir bens e serviços para vendê-los e obter **lucros\***. Mas o que são bens? E serviços?

De forma global, **bem** é tudo aquilo que permite satisfazer as necessidades humanas.

Segundo o caráter, os **bens** podem ser:

- **bens livres:** são úteis. Existem em quantidade ilimitada e podem ser obtidos sem nenhum esforço na natureza. Ex: a luz solar, o ar, o mar. Esses bens não possuem preços;
- **bens econômicos:** são úteis. Possuem preços, são relativamente escassos e supõem a ocorrência de esforço humano para obtê-lo.

Esses **bens** são classificados em dois grupos:

- **bens materiais:** são de natureza material, podem ser estocados, tangíveis (podem ser tocados), como roupas, alimentos, livros, TV, etc.;
- **serviços:** não podem ser tocados (intangíveis). Ex: serviço de um médico, consultoria de um economista, serviços de um advogado (apenas para citar alguns), e acabam no mesmo momento de produção. Não podem ser estocados.

Os bens materiais classificam-se em:

- **bens de consumo:** são aqueles diretamente usados para a satisfação das necessidades humanas. Os bens de consumo podem ser:
  - bens de consumo duráveis (como carros, móveis, eletrodomésticos); e
  - bens de consumo não duráveis (tais como gasolina, alimentos, cigarro);

- **bens de capital:** são bens de produção (ou os bens de produção são os bens de capital), ou seja, bens de capital, que permitem produzir outros bens, por exemplo: equipamentos, computadores, edifícios, instalações, etc. Deve ser dito que tanto os bens de consumo quanto os bens de capital são classificados como:
  - **bens finais:** são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis;
  - **bens intermediários:** são bens que ainda estão inacabados, que precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal. Ex: o aço, o vidro e a borracha usados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados, ainda, em:

- **bens públicos:** são bens não exclusivos e não disputáveis. Referem-se ao conjunto de bens fornecidos pelo setor público: transporte, segurança e justiça;
- **bens privados:** são bens exclusivos e disputáveis. São produzidos e possuídos privadamente: TV, carro, computador, etc.

## Agentes econômicos

Agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, tanto capitalista quanto socialista.

Os agentes econômicos são os seguintes:

- **empresas:** são os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços. Como é realizada a produção? Através da combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias. As decisões da empresa são todas guiadas para o objetivo de conseguir o máximo de lucro e mais investimentos;

- **família:** inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, objetivando o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, são as famílias os proprietários dos recursos produtivos e que fornecem às empresas os diversos fatores de produção, tais como: trabalho, terra, capital e capacidade empresarial. Recebem em troca, como pagamento, salários, aluguéis, juros e lucros, e é com essa renda que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. O que sempre as famílias buscam é a maximização da satisfação de suas necessidades; e
- **governo (nas três esferas):** inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais ou municipais. Vez por outra, o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através, por exemplo, da Petrobrás, das Empresas de Correios, etc.

Como você sabe, cada disciplina tem seu campo de estudo, tem sua linguagem e sua maneira de organizar o pensamento. A Economia também possui a sua, portanto, falaremos, nas Unidades subseqüentes, de: valor, produção e renda, oferta e demanda, elasticidade, moeda, comércio internacional, taxa de câmbio, gastos do governo, tributos, etc. Nosso principal objetivo é oferecer a você alguns elementos para ajudá-lo a compreender melhor o mundo que o cerca.

## Saiba mais...

- Sobre o **sistema capitalista** em:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema\\_capitalista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_capitalista)
- Sobre o **socialismo** em:  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>

## RESUMO

A compreensão do nosso sistema econômico e o sentido de economia como “administração da casa” deram o tom desta Unidade. Além disso, os princípios que norteiam as decisões e os agentes econômicos encarregados do funcionamento da organização econômica foram objeto de reflexão e aprendizagem.

### Atividades de aprendizagem

**Você teve bom entendimento do que vimos até aqui?  
Uma forma prática de verificar é através da realização das atividades de aprendizagem. Que tal verificar agora?**

1. Liste e explique sucintamente os quatro princípios da tomada de decisão. Depois, observe as reais situações de seu cotidiano e veja se são aplicados a elas os quatro princípios.
2. Propomos que você verifique como anda o comércio na sua região. Há muitas especialidades? Como isso impacta, ou seja, como isto reflete na economia, e no ritmo de desenvolvimento da sua cidade e região?
3. Após ter lido sobre produtividade, como você poderia explicar por que o comércio entre países pode melhorar a vida das pessoas?
4. Explique como você entende o ditado dos economistas que diz que “não existe almoço grátis”.
5. Liste os bens e serviços livres e econômicos existentes no seu município. O que você achou dessa lista?
6. Liste os principais bens de capital e de consumo existentes no seu município.

7. Os bens públicos foram considerados como não disputáveis e não exclusivos. Explique cada um desses termos e mostre de que maneira o bem público é diferente de um bem privado.

8. Como você poderia associar a presença de bens de consumo e de capital disponíveis no seu município com o ritmo de desenvolvimento observado nos últimos anos na região? Quais as suas sugestões para melhorar esse quadro?

**Chegamos ao final da Unidade 1, na qual você conheceu ou relembrou os principais conceitos da Economia. O entendimento destes conceitos é imprescindível para que você prossiga de forma eficiente e eficaz o seu curso. Caso tenha ficado com dúvidas em algo que lhe foi apresentado, volte e releia e, se necessário, faça contato com seu tutor para esclarecer.**

**UNIDADE**



**Valor**

# Objetivo

Nesta Unidade, vamos explicar como se formam os preços das mercadorias e, amparados na Economia Política, vamos discutir a Teoria do Valor-Trabalho e a Teoria do Valor-Utilidade, no intuito de fazer você compreender a situação do trabalhador, da acumulação de capital, da distribuição da riqueza, da industrialização, do setor agroindustrial, do comércio, das famílias, das empresas e do governo.



## Valor

Caro estudante!

Estamos iniciando a Unidade 2. Agora que você já tem um bom entendimento dos conceitos fundamentais da Economia, vamos conversar sobre a questão do valor na Economia. Não perca tempo, inicie a leitura e lembre-se: você não está sozinho. Bom estudo!

A discussão do valor é um dos temas de maior relevância na Economia. No entanto, os manuais de Economia dificilmente trazem uma unidade especial destinada a debater a sua origem, estruturação e desenvolvimento, e quando trazem, quase sempre o fazem de forma muito pouco crítica, ampliada e desatrelada da formação sistêmica vigente.

Para abordarmos o valor, inicialmente, procuraremos apresentar as concepções desenvolvidas sobre como se formam os preços das **mercadorias\***, melhor dizendo, o que faz com que os produtos tenham preços. E, também, por que estamos dispostos a pagar um determinado preço por um produto quando poderíamos pagar um outro preço muito menor por ele.

Na formação dos valores, os preços organizam-se de forma relativa. Diversos computadores da marca X equivalem a um carro da marca Y. Na realidade, os preços relativos das mercadorias acabam alertando os consumidores, que obedecem à renda disponível, tendo, por isso, restrição orçamentária, em uma economia na qual os salários e os juros também são preços. Recordemos a situação dos juros exorbitantes que pagamos para adquirir uma determinada mercadoria a prazo na economia brasileira. Esses juros, no fundo, agem como barreira para frear o consumo e, portanto, adquirem a forma de preços.

As escolas do pensamento econômico desenvolveram inúmeros estudos com a intenção de entender o valor. Inicialmente, gostaríamos que você ficasse com a idéia de que o valor se refere ao preço de uma

### GLOSSÁRIO

**\*Mercadoria** – qualquer produto ou serviço produzido para venda ou troca por outra coisa num sistema de mercado. Fonte: Lacombe (2004).

determinada mercadoria em relação a uma outra. Se, por exemplo, um carro custa R\$ 30.000,00, e um computador, R\$ 3.000,00, podemos com certeza afirmar que um carro equivale a dez computadores.

### Mas, então, o que pretende explicar a Teoria do Valor?

No nosso entendimento, a Teoria do Valor possibilita a compreensão do motivo que leva um carro a custar o equivalente a dez computadores, e não o equivalente a cinco, ou mesmo a um, e facilita a troca no mercado, tendo em vista que os produtos, na sua maior parte, são produzidos para serem comercializados (valor-de-troca). Na Economia, entender os preços relativos auxilia e muito a compreensão da apropriação da renda e da situação entre economias desenvolvidas e em processo de desenvolvimento.

Com o estudo centrado na Economia Política, visualiza-se melhor a situação do trabalho, da acumulação do capital, do lucro, da distribuição da riqueza, da industrialização, do setor agroindustrial, do comércio, das famílias, do governo, etc. Embora o propósito desta Unidade não seja a de estudar Economia Política, muitos dos focos terão o uso das suas ferramentas para melhor ilustrar as mais variadas situações.

### Em quantas teorias se divide a Teoria do Valor?

A Teoria do Valor divide-se em duas teorias:

- **Teoria do Valor-Trabalho:** explica a formação do valor de uma mercadoria pela quantidade de trabalho inserida no seu processo de produção e enfoca os custos presentes; e
- **Teoria do Valor-Utilidade:** explica a produção e o consumo pela capacidade de satisfação que provoca em ambos. Na Teoria do Valor-Utilidade, o ponto de equilíbrio nos mostra o lugar onde tanto produtores quanto consumidores se encontram satisfeitos.

Note que o termo “mercadoria” tem uma conotação provocativa e não esconde o objetivo da conquista do maior lucro possível. As leis de produção, reprodução e distribuição das mercadorias na Economia Política auxiliam-nos no entendimento mais profundo da sua engrenagem. É significativo frisar que nem toda mercadoria produzida vai para o mercado, e quando uma mercadoria é útil, mas não é comercializada no mercado, dizemos que ela possui apenas valor-de-uso.

Uma mercadoria somente possui valor-de-troca quando entra no mercado para ser comercializada. Portanto, uma mercadoria com valor-de-troca contém diferentes valores-de-uso, sendo medida por um parâmetro comum que é o trabalho.

Assim, independente da posição ideológica assumida, é necessário que você conheça a Teoria do Valor-Trabalho e a Teoria do Valor-Utilidade para poder compreender o funcionamento orgânico do sistema econômico na sua plenitude. São as características dos mercados que nos fornecem os detalhes de como os preços acabam sendo formados. Entender a relação de funcionamento entre preços e custos ajuda-nos na compreensão da formação do lucro e no entendimento das crises, que são dificuldades originadas em função do decréscimo da taxa de lucro nas economias.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, que merece um estudo mais aprofundado, cabe observar que a crise pode se estabelecer pela superprodução ou pela estagnação. Quando ocorre superprodução, os produtos acabam sobrando nas prateleiras, pois a renda existente no mercado não consegue absorver tão rapidamente o aumento da produtividade trazido pela tecnologia, e quando ocorre estagnação, o mercado já utilizou toda a capacidade instalada e não tem condições de atender à crescente demanda do mercado.

## As principais contribuições para a fundamentação da Teoria do Valor

O uso da Teoria do Valor se alterou ao longo do desenvolvimento da Economia, assumindo as feições de cada época, sem deixar, entretanto, de adquirir uma compreensão cada vez mais aprofundada da questão. No período medieval, por exemplo, o valor era estático, e o preço vinculava-se ao que a moral considerava justo. Apenas quando o mercado se ampliou, no mercantilismo, período que será abordado na Unidade 7, é que o preço justo passou a coincidir com o preço do mercado competitivo e acabou sendo considerado moralmente correto, com o aval da Igreja. O lucro nessas transações começou a ser aceito e considerado normal. Mesmo antes do surgimento da Escola Clássica, havia indícios de a questão do valor estar relacionada à renda e ao lucro. No entanto, naquela época, lucros exorbitantes, como referido anteriormente, não eram aceitos.

### Como a explicação adquiriu um rumo mais coeso?

Apesar dessas reflexões sobre valor, foi com Adam Smith (1981) que a explicação adquiriu um rumo mais coeso em direção à inserção do trabalho na fundamentação, afastando-se um pouco da concepção de utilidade e escassez, sem, no fundo, negá-la. Concebia-se e ainda permanece sendo muito aceita a questão do valor ligada à escassez dos produtos, que tem hoje no diamante a sua melhor explicação. A água, que era considerada um produto abundante, nos dias atuais, devido à degradação ambiental, começou a se tornar escassa e tende, em breve, a se tornar um produto dos mais procurados, inclusive mais até que o diamante, pois se trata de produto essencial, e não supérfluo. Entretanto, com relação ao que postula Smith, é prudente observar que a Teoria do Valor formulada pelo estudioso da Economia Clássica se respalda na Teoria da Mão Invisível.

Você já ouviu falar na Teoria da Mão Invisível?

Segundo esta teoria, o próprio mercado seria o maior encarregado pelo permanente restabelecimento do equilíbrio, ajustando a demanda e a oferta num ponto ótimo, tido como preço natural (ponto de satisfação dos demandantes e dos ofertantes aptos e dispostos a participar). Num mercado de competição perfeita, explicava Adam Smith, quando a demanda excedia à oferta, a competição entre os demandantes se acirrava (situação decorrente de guerras, calamidades, etc.), e, quando a oferta excedia à demanda, a competição entre os ofertantes é que se acirrava (desenvolvimento tecnológico, produção ampliada, etc.).

Cabe observar que, como os preços são expressos em moeda e cada moeda varia de país para país, Adam Smith distinguiu o preço real do preço nominal, ao considerar o primeiro como possuidor sempre do mesmo valor, e o segundo como aquele que varia, originando dessa formulação a concepção da necessidade da instituição de uma moeda estável.

Nesse contexto da análise, observa Adam Smith que o trabalho se constituiu na medida de valor aceita universalmente e que mais se aproxima da exatidão dos custos, sendo considerado, portanto, um dos melhores comparativos para quando se quer conhecer o valor de um determinado produto. Por exemplo, converter o preço de um produto vendido em réis, na segunda metade do século XIX, para o real de hoje se tornaria uma tarefa quase impossível, devido à existência de outras moedas pelo caminho.

Mas uma forma de conhecer o seu valor nos preços de hoje seria verificar quantas sacas de café se compravam com X valor em réis e, ao obter-se o número de sacas, verifica-se quanto esse número de sacas corresponde em reais. Pode não ser um valor tão exato, mas é o possível e o que mais se aproxima do corrente. A descoberta disso foi muito importante para a Economia.

---

*Em resumo, podemos afirmar que, nos estudos de Adam Smith, toda formulação buscou a liberdade do mercado, independente da interferência governamental, e contou com a*

*divisão do trabalho no aumento da produtividade, através do clássico exemplo da fábrica de alfinetes, que mostrou, pela primeira vez a importância de as tarefas serem divididas, em busca, tudo isso, do entendimento do que é que leva à riqueza das nações.*

---

## Um outro estudo foi realizado para compreender a Teoria do Valor. Você saberia dizer qual?



### Para saber mais

\***David Ricardo** (1772–1823) – é considerado um dos principais representantes da Economia Política Clássica. Dedicou-se a escrever um tratado teórico geral sobre a Economia, os *Princípios*, publicado em 1817. Mas sua grande obra-prima, sem dúvida, foi *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817. Fonte: Wikipédia (2007).

A concepção de valor para **Ricardo** (1817) passou a ser discutida a partir de um problema não levantado por Adam Smith: o modo como as mudanças relativas das quantidades de terra, de trabalho e de capital eram incorporadas no processo de acumulação e no processo de crescimento do produto.

A Teoria da Renda da Terra de Ricardo parte para a discussão de como ficou a situação com o crescimento da população e a incorporação das outras terras até então em desuso. Nessa formulação, o valor depende da fertilidade da nova terra incorporada ao cultivo, sendo necessário o aumento do preço para cobrir os custos da terra menos produtiva. Assim, no valor produtivo retirado da terra de menor qualidade, a renda determina o preço, e não o contrário.

Em outras palavras, o produto (no caso, o trigo) não se torna elevado por causa do pagamento da renda, e sim pelo motivo de o produto ter preço elevado é que se paga uma renda. Para Ricardo (1817), todas as classes, com exceção da dos proprietários de terras, eram prejudicadas pelo aumento do preço do produto.

A incorporação das terras menos férteis ao processo de produção, devido ao aumento da população, e a necessidade de ampliação da quantidade produzida faziam com que os salários, segundo o autor, tendessem a crescer e, com isso, os lucros despencassem, chegando

ao ponto de ocasionar a presença do que chamou de **Estado Estacionário\***, se nada fosse feito. E, para resolver o impasse, adotou a criação do Salário de Subsistência, necessário apenas para a garantia das próprias necessidades, pois, se o salário aumentasse muito, após o pagamento da renda da terra, cada vez uma menor quantidade de lucro sobraria para o produtor.

Ricardo (1985) alertou que o preço a ser pago pelo trabalho incorporado na produção de um determinado produto acabava se dirigindo a um valor de subsistência, por ser determinado pela oferta, de forma independente da demanda. A Teoria do Custo está bastante presente na formulação ricardiana, e a questão do trabalho destaca-se de forma fundamental, por explicar o valor a partir dos salários e dos lucros. Para Ricardo (1985), a quantidade de trabalho incorporada no processo e a duração do capital interferiam na variação das trocas. Em sua teoria, chegou-se a medir o valor relativo de uma mercadoria em relação à quantidade de trabalho-horas empregado.

Enquanto Adam Smith se preocupou mais com o crescimento, Ricardo investigou a distribuição, construindo uma Teoria do Valor Relativa, dependente do trabalho incorporado, mas frágil na operacionalização por não ter avançado na parte monetária, ao supor tudo constante. Contudo, na Economia Internacional, a Teoria das Vantagens Comparativas entre países, até os dias atuais, tem sido objeto de apreciação. A **Teoria das Vantagens Comparativas\*** tornou-se o carro-chefe das teorias para quem quer entender, no comércio internacional, as oportunidades de se produzirem determinados tipos de produtos a serem colocados na pauta de comercialização.

O exemplo utilizado por Ricardo foi o caso da Inglaterra, que produzia tecido e trocava com Portugal, que produzia vinho. Na concepção de Ricardo, cada país, ao se especializar naquilo que fazia melhor, adquiria vantagens nas trocas, possibilitando melhores resultados para sua economia.

**Como se deu a relação da Teoria Marxista com a Teoria do Valor? Qual o legado de Marx para a Ciência Econômica?**

## GLOSSÁRIO

**\*Estado Estacionário** – é quando o investimento se iguala à depreciação. Nesse estágio, aumentos do capital reduzem o consumo. Por depreciação, devemos entender o custo decorrente do desgaste ou da obsolescência dos ativos imobilizados da organização. Fonte: Wikipédia (2007).

**\*Teoria das Vantagens Comparativas** – princípio que explica o motivo pelo qual os países comercializam entre si. Sugere que cada país deve se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente, exportando-a. Por outro lado, esse mesmo país deve importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (ou que tenha sua produção relativamente menos eficiente). Fonte: Wikipédia (2007).



## Para saber mais

\***Karl Heinrich Marx (1818–1883)** – foi um intelectual alemão considerado um dos fundadores da Sociologia. Também podemos encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como: Filosofia, Economia, História, entre outras. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário, e ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram uns aos outros durante o período em que o autor viveu. Fonte: Wikipédia (2007).

## GLOSSÁRIO

\***Empirismo** – doutrina que se baseia exclusivamente na experiência como única fonte de conhecimento. Fonte: Priberam (2007).

\***Força de trabalho** – o número total de trabalhadores de um país ou uma região, incluindo os empregados e os desempregados à procura de emprego. Em inglês: *working force*. Fonte: Lacombe (2004).

A Teoria do Valor Marxista, formulada por **Karl Marx** (1855), constituiu-se numa teoria que levava em conta a importância do valor e do crescimento para o entendimento do funcionamento da economia. Marx perseguiu as formulações de Ricardo, tendo dedicado especial atenção à Teoria do Valor incorporado ao trabalho e à Teoria da Taxa de decréscimo do lucro.

Embora influenciado por Ricardo, os estudos de Marx ampliaram o leque das interpretações sobre o valor e propiciaram uma compreensão diferente para o funcionamento do sistema económico, de forma essencialmente orgânica. Marx tinha grande conhecimento de Filosofia, História e Direito, e fundamentou os estudos realizados em pesquisas **empíricas\***. Ao dedicar-se ao estudo da Economia Política, Marx enveredou-se para a discussão do processo de produção como o determinante do funcionamento da economia.

A diferença entre Ricardo e Marx, nas formulações teóricas, reside na sua forma dinâmica de abordar o funcionamento económico e por querer conhecer, desde sua origem, a forma da distribuição do produto. Marx fez duras críticas à Economia Política Clássica e evocou uma análise sobre a Economia em profundidade e de longo prazo. A relação trabalho-capital foi totalmente esmiuçada por Marx, separando os produtores (donos dos meios de produção) dos trabalhadores (vendedores da **força de trabalho\***). Há que se registrar que Marx buscou compreender a situação da distribuição na economia e trouxe de volta a ideia dos conflitos entre produtores e trabalhadores, levantados anteriormente pelos estudiosos do socialismo utópico.

Na Teoria do Valor-Trabalho, Marx construiu a Teoria da Mais-Valia e recompôs o modo como os lucros se formavam numa sociedade formada por produtores e trabalhadores, para demonstrar detalhadamente os conflitos existentes entre capital e trabalho. Na concepção de Marx, era através do trabalho incorporado na mercadoria que a medida do valor se instituíria, ou seja, em qualquer produto produzido, o trabalho incorporado é que criava valor.



A força de trabalho, num mercado como o que foi analisado por Marx, também se transforma em mercadoria e passa a ser vendida por um valor que cobre apenas a sua subsistência. Na análise de Marx, a diferença entre o trabalho realizado e o que era pago ao trabalhador é o que ficou conhecido como **mais-valia\*** e que explicaremos mais à frente, através do esquema de reprodução do capital.

Na Teoria Marxista, o valor encontra-se presente na produção, na distribuição e na troca. O conceito de exército industrial de reserva, criado por Marx, destacava que os trabalhadores que ficavam de fora do sistema acabavam fazendo com que os salários permanecessem baixos, pois a qualquer hora, caso alguns trabalhadores se sentissem insatisfeitos, poderiam ser substituídos por outros novos trabalhadores a perder de vista.

Marx explicou detalhadamente a relação entre o capital e a produção, ressaltando os custos. Ele qualificou de trabalho direto aquele despendido diretamente pelo trabalhador para produzir uma determinada mercadoria e o denominou de capital variável (v). Com relação às máquinas e aos instrumentos utilizados na produção, denominou de capital constante (c), e o lucro, a parte que fica com o produtor, e que é apropriada do trabalho realizado, de mais-valia (m). Na concepção marxista, o valor-de-troca pode ser traduzido em **c+v+m**, e o valor refere-se aos trabalhos direto e indireto, socialmente utilizado na produção, enquanto a moeda faz a equivalência dos valores, e a mercadoria traduz a equivalência relativa. Um carro de uma determinada marca, referido inicialmente, que custa R\$ 30.000,00, refere-se ao Valor Relativo, e a moeda, ao Valor Geral. Deduzimos, então, a partir da fundamentação marxista, que o valor exerce influência determinante sobre o preço.

Prosseguindo com Marx, para o entendimento da formação orgânica do nosso sistema de produção, basta dividir o capital constante pelo capital variável, que se encontra a composição orgânica do capital. Já a taxa de lucro (L), para ele, descreve a relação entre a mais-valia (m) e a compra de máquinas e matérias-primas (v): **L= m/c+v**. A lei de tendência ao decréscimo da taxa de lucro, que explica o funcionamento contraditório do processo de produção, ora em crise pela

## GLOSSÁRIO

**\*Mais-valia** – é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista. Fonte: Wikipédia (2007).

superprodução, ora pela estagnação, buscou mostrar o funcionamento do capital diante da tendência ilimitada do desenvolvimento das suas forças produtivas, aqui entendidas como meio de produção e força de trabalho utilizados para produzir mercadorias.

No esquema desenvolvido, o capital-dinheiro acumulado, ao invés de dirigir-se diretamente para o setor comercial, passa a ser aplicado na esfera da produção. Então, o esquema simples de produção: **Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro** passou a ocorrer da seguinte forma:

**Dinheiro – Mercadoria (Matéria-Prima e Força de Trabalho) – Produção – Dinheiro**

O esquema apresentado demonstra que o produtor pega o seu dinheiro e o transforma em capital, comprando máquinas, matérias-primas e força de trabalho para produzir mercadorias, vendidas por um preço mais elevado em relação ao dinheiro inicial. Logo, a diferença entre  $D'$  e  $D$  é o que passou a ser chamado de mais-valia e tem origem no processo de produção.

**Embora haja muito mais para falar de Marx, acreditamos ter abordado o essencial e esperamos ter despertado em você a satisfação de conhecer ainda mais o sistema por dentro.  
Como ficou a Teoria Neoclássica com relação à Teoria do Valor?**

A Teoria Neoclássica, na tentativa de auxiliar o desenvolvimento da economia e sem pretensões de construir uma Teoria do Valor, se contrapôs ao estudo de Ricardo e apresentou a formulação que ficou conhecida como marginalista, dependendo o valor de um determinado produto, não tanto da quantidade de trabalho nele introduzida, mas da sua utilidade. Nesse contexto, houve estudos que, embora fossem marginalistas, não descartavam por completo o trabalho incorporado, levando em conta os dois fatores.

Quem se destacou nesta parte foi Alfred Marshall, ao observar que a oferta e a demanda entravam na discussão de forma interdepen-

dente, ou seja, a demanda amparada na concepção da **utilidade marginal\*** e a produção amparada na concepção da produtividade marginal.

Embora a análise de Marshall tenha sido a do equilíbrio parcial em contraposição à de Walras, que buscou o equilíbrio geral, sua concepção levou em conta o tempo e, com isso, possibilitou uma situação mais apropriada para a construção do preço, por estar mais próxima da realidade. Era o começo da análise **microeconômica**, que dava as suas fortes contribuições, em contraposição à análise macroeconômica dos clássicos. Foi o período em que o comportamento tanto dos consumidores quanto dos produtores passou a ser analisado a partir das análises de custo marginal e da utilidade.

Com todo esse aparato que levava em conta as mais diversas situações, Marshall construiu uma Teoria da Distribuição, segundo a qual a distribuição de renda ocorreria por conta do próprio mercado de concorrência. Cabe ressaltar que os neoclássicos se recusaram a enfrentar o problema do valor por dentro, no intuito de investigar mais profundamente as causas determinantes das situações em andamento, e acreditaram ser a economia uma área que se movimentava de forma bastante independente.

Contudo, alguns estudiosos, seguidores de Marshall, desenvolveram novas teorias, levando em conta as imperfeições do mercado, como Pigou e **Joan Robinson**, em busca da formulação de uma Teoria do Bem-Estar. Sem dúvida, Marshall, na Teoria Neoclássica, teve os seus méritos e muito contribuiu para o entendimento da realidade dos empresários e dos consumidores, apesar de não ter se constituído numa teoria do valor.

### Uma conversa resumida bem ao pé do ouvido

A Teoria do Valor-Trabalho mostra todos os custos no processo de produção de uma determinada mercadoria. Levanta desde as matérias-primas, as instalações, as máquinas (capital constante) e a força de trabalho (capital variável) empregada na produção de uma determinada mercadoria. Como todos se utilizam do trabalho, este passa a ser o componente principal para a formulação do valor. O tempo do trabalho socialmente empregado para produzir alguma mercadoria acaba

A Microeconomia estuda o comportamento econômico individual de consumidores, firmas e indústrias, bem como a distribuição da produção e do rendimento (renda) entre eles. Os consumidores são considerados como fornecedores de trabalho e capital, e demandantes de produtos finais. As firmas são consideradas demandantes de trabalhos e fornecedoras de produtos finais ou intermediários (a serem usados por outras firmas ou agentes produtores).

#### GLOSSÁRIO

\*Utilidade marginal – utilidade ou grau de satisfação proporcionada pela última unidade obtida pelo possuidor de determinado tipo de bem. Fonte: Lacombe (2004)

### Para saber mais

\*Joan Violet Robinson (1903–1983) – professora na Inglaterra, lugar onde nasceu e veio a falecer. Pertenceu à famosa tertúlia dos keynesianos, o Circus de Cambridge. A denominada “Revolução Keynesiana” pode também ser considerada como obra sua, não só pela sua participação nas discussões do *Tratado da Moeda* de Keynes, mas igualmente pelos seus livros *Ensaio sobre a Teoria do Emprego* e *Introdução à Teoria do Emprego*. Fonte: Wikipédia (2007).

### GLOSSÁRIO

\***Curva de indiferença** – linha num gráfico cartesiano mostrando os pontos que representam igual satisfação do consumidor em relação às quantidades consumidas de dois bens diferentes. Fonte: Lacombe (2004).

sendo levado em conta. Portanto, é do trabalho despendido que se origina o valor da mercadoria. Logo, a Teoria do Valor-Trabalho explica a formação do trabalho social na Economia e permite compreender o funcionamento da economia no mundo (em termos macroeconômicos).

A Teoria do Valor-Utilidade procura explicar a formação do valor a partir da utilidade. Quando desejamos ou

necessitamos muito comprar algum produto, normalmente estamos dispostos a pagar o preço que nos pedem, não nos importando com o valor a ser gasto. Realizada a satisfação, um segundo produto não terá mais a mesma importância, bem como um terceiro, um quarto, etc. Logo, segundo a Teoria do Valor-Utilidade, os produtos dependem muito da satisfação, e a curva que representa a situação descrita tem, por isso, um formato decrescente.

O grau maior de satisfação na Teoria da Utilidade se dá no ponto de intersecção entre a curva da oferta e a curva da demanda, e ficou conhecido como ponto de equilíbrio. A **curva de indiferença\*** é que traz a representação gráfica das opções de cestas para o consumo indiferente do consumidor (mesma satisfação). Na realidade, através da curva de indiferença, os consumidores demonstram a sua opção num determinado momento, respeitando a satisfação. É um debate dos mais interessantes, pelo fato de entrar no mundo subjetivo e objetivo (restrição orçamentária) do consumidor.

A Teoria do Valor-Utilidade está repleta de imperfeições, pois as empresas mais fortes interferem no mercado, e as decisões dos compradores nem sempre são tão soberanas, uma vez que acabam sofrendo a interferência da propaganda. Nem a presença do governo nem a interferência de empresas são requisitadas. É o liberalismo em plena ação, buscando atender satisfatoriamente tanto os produtores quanto os consumidores.

Portanto, das Teorias do Valor, se você nos perguntasse qual delas recomendaríamos, sem titubear, diríamos para ter atenção para com as

duas formulações. Desde Adam Smith, a Economia vem lutando em busca da compreensão do valor e do desenvolvimento. Contudo, somente na atualidade passamos a ser um pouco mais conscientes do nosso papel no processo econômico. Se nem tudo ocorreu de acordo com as previsões dos teóricos, não deve ser este um motivo para deixarmos de estudá-los, afinal estudamos Economia, e não **Futurologia\***.

## Saiba mais...

- Sobre a **Teoria das Vantagens Comparativas**:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Vantagens\\_comparativas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vantagens_comparativas)
- Sobre as contribuições teóricas de Alfred Marshall, consulte:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_marshall](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_marshall)

## GLOSSÁRIO

\***Futurologia** – conjunto de pesquisas prospectivas que têm por objeto a evolução da humanidade nos seus aspectos científico, econômico, social, etc. Fonte: Priberam (2007).

## RESUMO

Das contribuições sobre a Teoria do Valor, apresentamos as formulações de **Adam Smith**, **David Ricardo**, **Karl Marx**, **Alfred Marshall**, **León Walras**, **Arthur Cecil Pigou** e **Joan Robinson**. Esperamos que, após realizada a leitura, você tenha conseguido adquirir uma noção consistente da Teoria do Valor-Trabalho, da Teoria do Valor-Utilidade, da formação do lucro e da origem das crises na economia mundial.

## Atividades de aprendizagem

Esta Unidade apresentou considerações importantes sobre a questão do valor em Economia. Se você realmente compreendeu o conteúdo, não terá dificuldades para responder as atividades. Para tanto, propomos que você releia o texto e busque responder as questões abaixo.

1. Por que é importante a concepção de valor na sua formação de administrador?
2. Explique a Teoria do Valor-Utilidade e destaque os entraves que inviabilizam o seu funcionamento completo.
3. Qual a contribuição de Marx para o fortalecimento da Teoria do Valor-Trabalho?
4. Destaque a contribuição de Adam Smith e de David Ricardo para a compreensão da Teoria do Valor.
5. Dos neoclássicos, quem você destacaria como a mais interessante contribuição para o entendimento da Economia?
6. Destaque e explicita algumas formulações marxistas, tais como capital constante, capital variável, mais-valia, taxa de lucro e exército de reserva.
7. Explique por que o lucro está no centro de tudo numa economia capitalista.

**Caro estudante!**

Chegamos ao final da Unidade 2, na qual você teve a oportunidade de aprender ou relembrar alguns conceitos fundamentais da Economia, como também a questão do valor atribuído a ela. É fundamental que você tenha compreendido todos os conceitos aqui tratados, e, caso tenha ficado alguma dúvida, não deixe de procurar auxílio junto ao seu tutor.

Nosso papel é auxiliá-lo na construção de seu aprendizado. Bons estudos!

UNIDADE

3

# Mensuração da atividade econômica

# Objetivo

Nesta Unidade, você vai aprender a distinguir a economia em níveis micro e macro. Na parte destinada ao estudo da Microeconomia, destacamos os mercados de concorrência perfeita e imperfeita, e na parte macroeconômica, o sistema de contas nacionais e os indicadores sociais.



## O sistema econômico

Caro estudante!

Nesta Unidade, você vai conhecer como funciona o sistema econômico, seus principais indicadores, como é feita a mensuração das atividades econômicas e, ainda, os aspectos fundamentais da Microeconomia e da Macroeconomia. É importante que, depois de ler esta Unidade, você entenda como funciona o sistema econômico e compreenda o funcionamento de uma economia de mercado centralizada. Assim, poderá distinguir as diferenças existentes entre as estruturas de mercado, entender a importância do conceito Produto Interno Bruto e, por fim, conhecer o Índice de Desenvolvimento Humano.

Portanto, faça a leitura da Unidade com calma, observe atentamente os exemplos, anote as dúvidas e conte conosco para auxiliá-lo. Estaremos sempre à sua disposição.

De maneira geral, as pessoas pensam e falam de economia em boa parte de seu tempo. A economia consiste em milhões de pessoas envolvidas em várias atividades como comprar, vender, trabalhar, contratar, fabricar, produzir, distribuir, alocar, etc.

Diariamente, milhões de pessoas participam de milhares de trocas em centenas de lugares. Se ocorrem milhares de trocas, é sinal de que milhões de pessoas em algum lugar estão produzindo para milhões de pessoas. O objetivo da análise econômica é explicar o que faz com que a economia mundial e suas diversas partes funcionem do jeito que o fazem.

Veja que, quanto mais se apreende e se analisa a respeito das relações e do comportamento econômico moderno, mais capazes são as sociedades de direcionar suas energias para a produção de bens e serviços que venham a proporcionar maior nível de satisfação para toda a sociedade.

Para Thompson e Formby (1998), o desafio analítico da Economia é enorme e complexo, tendo-se em vista o conjunto de relações e interações que a cada minuto são feitas pelo mundo:

Considere que nos diversos países do mundo as pessoas estão tomando bilhões de decisões entre gastar seu dinheiro com as diferentes coisas de que necessitam e as que desejam. Em toda parte, empresas de todos os tipos e portes estão decidindo a respeito de quanto e quais bens e serviços produzir e que tecnologias e recursos utilizar para ofertá-los. Todos os tipos de agências governamentais e instituições sem fins lucrativos estão coletando impostos e solicitando doações para fornecer bens e serviços ao público e a grupos especiais como os pobres, os idosos e os desempregados. (THOMPSON, JR.; FORMBY, 1998, p. 1)

É bom lembrar que o grande desafio da análise econômica, portanto, é dar um sentido, uma lógica a todas essas decisões e, por conseguinte, propiciar o entendimento das conseqüências no conjunto da economia. A abordagem utilizada pelos analistas para dar sentido a todo esse conjunto de comportamento econômico diário envolve alguns procedimentos como:

## GLOSSÁRIO

**\*Modelo econômico** – modelo que procura representar a realidade econômica de forma simplificada, mediante equações matemáticas, estudando as relações entre as variáveis mais significativas para a análise do fenômeno que está sendo pesquisado. Fonte: Lacombe (2004).

- tentar descobrir por que os eventos econômicos ocorrem de uma determinada forma;
- analisar fatos econômicos confiáveis para tentar estabelecer relações de causa e efeito mais ou menos plausíveis;
- apresentar teorias econômicas formais; e,
- construir **modelos econômicos\***.

Sendo assim, para melhor entender e analisar o mundo econômico, os economistas procuram simplificar esse mundo real complexo através do uso de modelos. Os economistas empregam modelos (simplificação da realidade) para descrever as relações econômicas. Para isso ocorrer com seriedade, os estudiosos fazem uso do método científico, apresentando suas teorias e seus modelos. O método é funda-

mental para que o conhecimento seja alcançado, ou seja, o conhecimento requer esforço para ser alcançado. Então, o método é como se fosse um caminho que se deve percorrer quando se busca o conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade.

## Saiba mais...

■ Sobre a questão do método na Ciência Econômica, leia o livro **Métodos da Ciência Econômica**, organizado por Gentil Corazza. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; e **Metodologia da Economia** de Mark Blaug. São Paulo: Editora da USP, 1993.

**Enquanto você está lendo este material didático, deve estar pensando: “afinal, o que é esse tal de sistema econômico? Como funciona essa coisa?”.**

Conforme chamam atenção os professores Hall e Lieberman (2003), neste momento, aparentemente íntimo, você está acoplado ao mundo real por caminhos nunca antes imaginados. Senão, vejamos: para que você possa ler este material, os autores tiveram de escrevê-lo. Você se sentiu motivado a lê-lo agora em função da oportunidade de fazer este curso. Para que este material pudesse chegar às suas mãos, muitas pessoas tiveram que ser incorporadas ao processo, tais como o pessoal da adaptação de linguagem, o revisor de português, o diagramador, a comissão editorial, o pessoal da gráfica, da embalagem e a turma da distribuição.

Veja que diversas pessoas participaram do processo de criação e distribuição deste material didático. Além das pessoas envolvidas, esteve também incorporada ao processo de produção deste material uma quantidade de papel e tinta, caixas, computadores, impressoras, transporte, carros, combustível, etc. Note que estamos falando de um conjunto de pessoas e materiais que estiveram envolvidos na produção do material que está agora em suas mãos, propiciando a você conhecer melhor como funciona o **sistema econômico\***.

### GLOSSÁRIO

**\*Sistema econômico** – sistema de propriedade, de forma de decisão sobre a alocação dos recursos produtivos, de determinação de preços, e demais mecanismos que caracterizam o sistema produtivo de uma sociedade e a distribuição dos produtos pelos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

Nesse mesmo caminho, podemos imaginar a cadeira em que você está sentado, agora, a sala de sua casa, o seu local de trabalho, etc. Observe que, apesar desse isolamento de momento em que você se encontra agora, ao estar folheando este material, você está economicamente ligado a milhares de pessoas por centenas de caminhos que se comunicam através da produção, e da distribuição dos produtos e serviços ora consumidos por você.

A pergunta que podemos fazer no momento é: por que tantos bens e serviços que ora consumimos são produzidos por outros? Por que somos tão dependentes uns dos outros no que se refere ao bem-estar material? Por que não vivemos como Robinson Crusoe em uma ilha onde nossas necessidades materiais fossem todas produzidas por nós mesmos? As respostas a todas essas indagações dizem respeito ao sistema econômico. Na maioria das vezes, nos apropriamos de coisas que o sistema econômico nos oferece, mas não damos a menor importância sobre como essas coisas chegaram até nós.

## Saiba mais...

■ Assista ao filme *Robinson Crusoe* (*Las Aventuras de Robinson Crusoe*, México/EUA, 1952), 1h29. Drama. Direção de Luis Buñuel. Roteiro de Hugo Butler e Luis Buñuel, com base no romance de Daniel Defoe. Com Dan O'Herlihy, Jaime Fernández e Felipe de Alba.) O enredo se passa em 1659, quando o naufrago inglês Robinson Crusoe vai parar numa ilha tropical aparentemente deserta, na qual luta sozinho para prover sua subsistência até encontrar o nativo a quem batiza de Sexta-Feira. A versão do cineasta para o clássico de Daniel Defoe (publicado em 1719) acentua o tema da dominação colonial e da opressão religiosa.

**Para pensar um pouco mais sobre esse tema, é chegada a hora de aprender como a economia serve a bilhões de pessoas, permitindo que sobrevivam e prosperem, apesar dos contratempos da vida atual, que penalizam milhares de**

peças. Não se esqueça que tudo isso se refere ao sistema econômico, sua forma de organizar, produzir e distribuir seus bens e serviços a todos os cidadãos.

## A evolução dos sistemas econômicos

A evolução dos sistemas econômicos, nesses últimos dez mil anos, foi marcada por duas características norteadoras de todo o processo:

- a especialização: sistema de produção segundo o qual cada indivíduo se concentra em um número limitado de atividades;
- a troca: dar uma coisa por outra, substituir uma coisa por outra, permutar.

Através da especialização e da troca, as nações puderam dispor de maior produção, e os padrões de vida foram se elevando. Diante disso, todas as nações passaram a aumentar o grau de especializações e de trocas.

As razões pelas quais a especialização e a troca permitem o crescimento da produção podem ser observadas pela capacidade humana de aprender durante a vida. Isto significa que o ser humano possui a capacidade de aprender a fazer coisas durante a vida. Diante disso, a especialização torna-o mais hábil para fazer algumas poucas coisas, em vez de ser amador em várias. Uma outra razão que se justifica é pelo tempo necessário para mudar de uma atividade para outra. Segundo Hall e Liberman (2003, p. 34), “[...] quando as pessoas se especializam e, com isso, passam mais tempo realizando uma só tarefa, há menos perda de tempo decorrente da transição entre as tarefas”. Percebe-se, com isso, uma alteração nos níveis de produtividade dessa economia, levando-a a um crescimento do nível de produção.

Uma forma simples de entender e visualizar como se organiza a economia, como seus participantes interagem uns com os outros, como compradores e consumidores se relacionam entre si e com o governo e, ainda, como a economia interna se relaciona com o setor externo, e assim por diante, se expressa através do diagrama do fluxo circular ampliado (Figura 1).

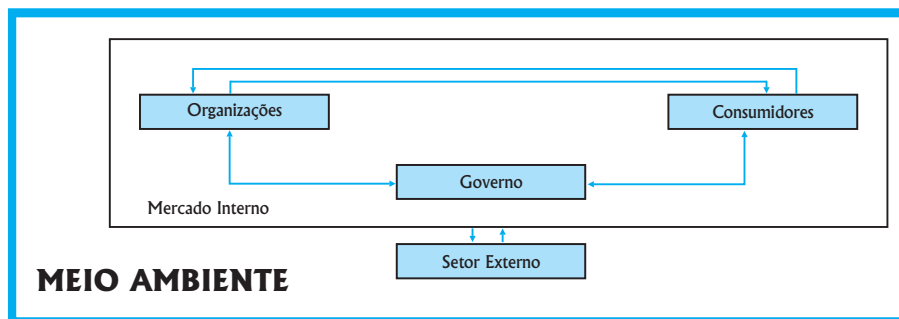


Figura 1: Diagrama do fluxo circular

Fonte: elaborado pelos autores

## GLOSSÁRIO

\*Dialética – a arte do diálogo, da contraposição e contradição de idéias que leva a outras idéias. Fonte: Wikipédia (2007).

O diagrama do fluxo circular evidencia visualmente as relações econômicas instituídas e facilita o entendimento no que diz respeito ao funcionamento da economia, utilizando as seguintes categorias: produtores (organizações), consumidores (famílias), governo e setor externo.

No diagrama do fluxo circular, observa-se a existência de relações entre os diversos agentes que compõem o mercado interno e também a relação desse mercado com o setor externo. Com a presença de pessoas, empresas (grandes, médias, pequenas, formais e informais) e governos (municipal, estadual e federal), as relações estabelecidas dão sustentação ao mercado. Isto acontece em quase todos os lugares, e uma relação direta e indireta com o meio ambiente acaba sendo processada. Portanto, não dá para pensar em produção de bens e serviços sem considerar como elemento básico da análise a questão ambiental.

Diante do exposto, podemos dizer que a atual discussão sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento econômico reflete a relação **dialética\*** que se manifesta, por um lado, mediante o modelo de desenvolvimento adotado e os impactos provocados ao meio ambiente e, por outro, o que esses impactos ambientais podem provocar no modelo de desenvolvimento.

Não podemos nos esquecer do meio ambiente em nossas análises.

## Como mensurar as atividades econômicas?

É interessante que você saiba que, no sistema econômico, tudo pode e deve ser avaliado monetariamente, de modo que toda a produção de bens e serviços que uma economia produz pode ser transformada em valor, medido pelo dinheiro ou pela moeda. Quando as atividades econômicas de um país são mensuradas, a sociedade passa a ter mais clareza do seu processo de desenvolvimento econômico.

Acompanhe como se desenvolvem o Fluxo Real e o Fluxo Monetário da economia, ilustrados nas Figuras 2 e 3, respectivamente.

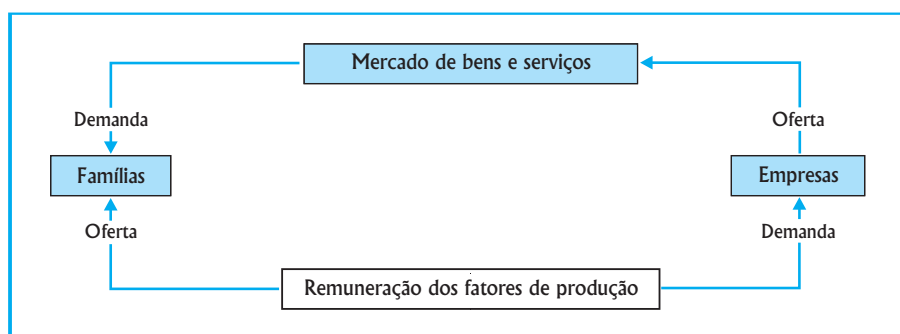


Figura 2: Fluxo real da economia

Fonte: elaborado pelos autores

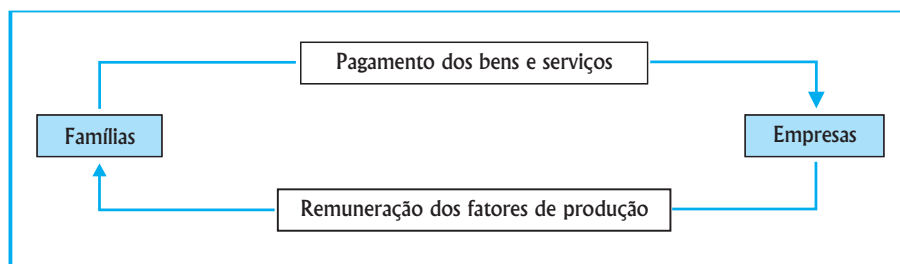


Figura 3: Fluxo monetário da economia

Fonte: elaborado pelos autores

Enquanto o Fluxo Real procura evidenciar as relações de demanda e oferta existentes no mercado de bens e serviços, o Fluxo Monetário deixa claras a relação de pagamentos efetuados no mercado de bens e serviços, e a remuneração dos fatores de produção. Portanto, mensurar as atividades econômicas significa quantificar essas relações.

Podemos dizer que o sistema econômico pode ser entendido como o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Independentemente do seu tipo, todo sistema econômico deve, de algum modo, desempenhar três funções básicas, determinando:

- **o que produzir e em que quantidade:** deve-se escolher entre as possibilidades de produção de uma economia de modo a satisfazer o mais adequadamente a sociedade;
- **como produzir tais bens e serviços:** toda sociedade deve determinar quem vai ser o responsável pela produção, qual a tecnologia a ser empregada, qual o tipo de organização da produção, etc.; e
- **para quem produzir, ou seja, quem será o consumidor:** devem ser definidos o público-alvo e as maneiras através das quais o produto deverá atingi-lo.

É importante perceber que essas três funções são básicas em Economia. É interessante saber, agora, como as sociedades resolvem os seus problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir? A resposta depende da forma de organização econômica. Cada relação entre esses agentes caracteriza um mercado em particular. No campo da **Microeconomia\***, podemos analisar o mercado de petróleo, de soja, de mão-de-obra para o setor financeiro, etc., enquanto, no campo da **Macroeconomia\***, podemos estar atentos ao funcionamento do mercado de bens e serviços, mercado de trabalho como um todo, mercado financeiro e mercado cambial.

Uma questão importante, que surge na esfera do estudo econômico, diz respeito às distinções entre as preocupações macro e microeconômicas. Contudo, vale salientar que, embora, aparentemente díspares, no fundo, ambas tratam do mesmo objeto: o sistema econômico.

Como já vimos, a Microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas, enquanto a Macroeconomia aborda o conjunto da economia. Para tanto, sempre são feitas abstrações.

## GLOSSÁRIO

\***Microeconomia** – preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos.  
Fonte: Lacombe (2004).

\***Macroeconomia** – estudo do comportamento da economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país, etc.  
Fonte: Lacombe (2004).



Observe você que, no mundo de hoje, entender de Economia e compreender como funcionam os mercados, em suas reais dimensões, problemas e implicações em termos de bem-estar social, econômico e político, auxilia bastante nas tomadas de decisões. O mercado possibilita enxergar outras variáveis (outras relações) que não se encontram apenas no campo da economia.

Existem duas formas principais de organização econômica:

- **Economia de Mercado (ou descentralizada, tipo capitalista); e**
- **Economia Planificada (ou centralizada, tipo socialista).**

Os países organizam-se dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

## Funcionamento de uma Economia de Mercado

Podemos dizer que as Economias de Mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

- **Sistema de Concorrência Pura (sem interferência do governo); e**
- **Sistema de Economia Mista (com interferência governamental).**

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitivo, predomina o *laissez-faire*\*: milhares de produtores e milhões de consumidores têm condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por uma “mão invisível”. Isso sem a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica.

### GLOSSÁRIO

\**Laissez-faire* – é a contração da expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. Fonte: Wikipédia (2007).

Na Unidade 2, falamos dessa “mão invisível”. Você se lembra?

No contexto discutido, podemos dizer que é a base da filosofia do liberalismo econômico, que advoga a soberania do mercado, sem a intervenção do Estado. Nesse modelo, o Estado deve responsabilizar-se mais com questões como justiça, paz, segurança, relações diplomáticas e deixar o mercado resolver as questões econômicas fundamentais.

As críticas mais frequentes a esse tipo de sistema econômico são:

- trata-se de uma grande simplificação da realidade;
- os preços nem sempre flutuam livremente, ao sabor do mercado, em virtude de fatores como:
  - força dos sindicatos;
  - poder dos monopólios e oligopólios;
  - intervenções do governo via:
    - impostos, subsídios, tarifas e preços públicos (água, energia, etc.);
    - política salarial;
    - congelamentos e tabelamentos de preços; e
    - política cambial.

O mercado sozinho não promove perfeita alocação de recursos. Em países mais pobres, que querem se desenvolver, o Estado precisa prover a infra-estrutura básica, como estradas, telefonia, siderurgia, portos, usinas hidroelétricas, que exigem altos investimentos, com retornos apenas em longo prazo, afastando o setor privado.

Por pelo menos cem anos, do final do século XVIII, com a **Revolução Industrial**, ao final do século XIX, predominava um sistema de mercado muito próximo da concorrência pura. No século XX, quando se tornou mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como aumento da especulação financeira e desenvolvimento do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo.

Basicamente, a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas, e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode se dar das seguintes formas:

- o mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda, pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro, e não com questões distributivas;
- atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos, fixação de salário mínimo;
- fornecimento de serviços públicos; e
- complemento da iniciativa privada, etc.

## Funcionamento de uma Economia Centralizada

No sistema de Economia Centralizada, a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado.

Os preços são determinados pelo governo, que, normalmente, subsidia fortemente os bens essenciais e taxa os bens considerados supérfluos. Com relação ao lucro, uma parte vai para o governo, outra parte é usada para investimentos nas empresas, dentro das metas estabelecidas pelo próprio governo. A terceira parte é dividida entre os administradores e os trabalhadores, como prêmio pela eficiência. Se o governo considera que determinada indústria é vital para o país, esse setor será subsidiado, mesmo que apresente ineficiência na produção ou nos prejuízos

## Mercado

Todos os dias, você ouve ou lê algo que trata sobre mercado. Basta abrir os jornais, assistir à televisão, visitar as ruas de sua cidade. Portanto, não é nada tão distante do seu dia-a-dia, pelo contrário, é algo que faz parte do seu cotidiano, de sua vida. Pindyck e Rubinfeld (2006) dividem as unidades econômicas em dois grandes grupos, de acordo com sua função, ou seja, a de compradores e a de vendedores.

Os compradores abrangem os consumidores, aqueles que adquirem bens e serviços, e as empresas que adquirem mão-de-obra, capital e matérias-primas que utilizam para produzir bens e serviços. Entre os vendedores, podemos listar as empresas que vendem bens e serviços, além dos trabalhadores que vendem seus serviços e os proprietários de recursos que arrendam terras e comercializam recursos minerais. A interação de compradores e vendedores dá origem aos mercados.

Em sentido geral, o termo mercado designa um grupo de compradores (lado da procura) e vendedores (lado da oferta) de bens, serviços ou recursos que estabelecem contato e realizam transações entre si. O lado dos compradores é constituído tanto de consumidores, que são compradores de bens e serviços, quanto de empresas, que são compradoras de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) utilizados na produção de bens e serviços. O lado dos vendedores é constituído pelas empresas, que vendem bens e serviços aos consumidores e pelos proprietários de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial), que os vendem (ou arrendam) para as empresas em troca de remuneração (salários, aluguéis, lucros).

Nas economias modernas, a maioria das decisões sobre o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir são tomadas nos mercados. Para que possamos determinar quais os compradores e vendedores estão participando do mercado, devemos incorporar a idéia do que seja a extensão do mercado.

Por extensão de mercado, devemos entender os seus limites, tanto geográficos quanto em termos da variedade de produtos que nele são oferecidos. Porém, percebemos que, em algumas situações, o merca-

do falha nessa tomada de decisões. Quando isso ocorre, é preciso que o Estado intervenha no sentido de ajustar o processo. Percebe-se que o mercado é, ao mesmo tempo, o meio mais simples e o mais complexo de alocação de recursos.

### Que história é essa de meio mais simples e mais complexo de alocação de recursos? O que significa isso?

A necessidade da regulação torna-se premente em função da constatação de que os mercados, não funcionando a contento, provocarão um processo de ineficiência econômica. Isto significa que, mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que o mercado não é capaz de fazer de maneira eficiente o processo de alocação e distribuição dos recursos.

Portanto, nesta vertente teórica, a necessidade da regulação surge em função da existência de falhas do mercado. Assim, ao se falar em regulação, está-se imaginando formas de contornar essas falhas à luz do modo de produção capitalista, enquanto a desregulamentação significa deixar o mercado solto das amarras da regulação, pois, nesses casos, o mercado é mais eficiente.

### Você já ouviu falar das agências reguladoras no Brasil?

Muitas pessoas pensam que os significados dos termos **oferta** e **demanda** são sinônimos na Ciência Econômica. Quando debatem temas como saúde, transportes, pobreza, moradia, etc., costumam afirmar que tudo isso se refere apenas à questão de oferta e demanda. Outros, menos informados, costumam ainda usar e abusar dessa afirmação, tornando a oferta e a demanda uma espécie de lei inviolável sobre a qual nada pode ser feito e a partir da qual tudo pode ser explicado.

Você precisa estar alerta para o fato de que tanto a oferta quanto a demanda fazem parte de um modelo econômico criado para explicar como os preços são determinados em um sistema de mercado. Obser-

ve que os preços determinam quais famílias ou regiões serão beneficiadas com determinados produtos e serviços, e quais empresas receberão determinados recursos.

Em se tratando de Microeconomia, os economistas recorrem ao conceito de demanda para descrever a quantidade de um bem ou serviço que uma família ou empresa decide comprar a um dado preço. Então, a quantidade demandada de um bem ou serviço refere-se à quantidade desse bem ou serviço que os compradores desejam e podem comprar. Observe, também, que várias questões podem afetar os consumidores na hora da compra, tais como renda, gosto, preço, etc.

A Teoria da Demanda deriva de algumas hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens e serviços que um determinado orçamento doméstico permite adquirir. Essa teoria procura explicar o processo de escolha do consumidor diante das diversas possibilidades existentes. Devido à certa limitação orçamentária, o consumidor procura distribuir a renda disponível entre os diversos bens e serviços, de maneira a alcançar a melhor combinação possível que possa lhe trazer o maior nível de satisfação. A demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar por determinado preço.

Ao analisarmos como funcionam os mercados, percebemos que o preço de um bem ou serviço exerce papel central. Na prática, a quantidade demandada de um bem ou serviço diminui quando o preço aumenta, e aumenta quando o preço diminui. Logo, a quantidade demandada é negativamente relacionada ao preço, como pode ser observado na Figura 4:

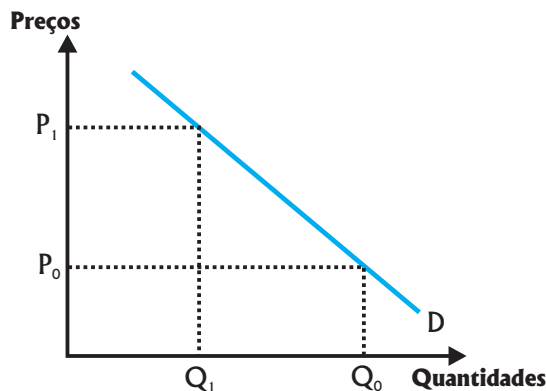


Figura 4: Curva de demanda  
Fonte: elaborado pelos autores

As variáveis que podem deslocar a curva da demanda como um todo são:

- riqueza (e sua distribuição);
- renda (e sua distribuição);
- fatores climáticos e sazonais;
- propaganda;
- hábitos;
- gostos e preferências dos consumidores;
- expectativas sobre o futuro; e
- facilidades de crédito (disponibilidade, taxa de juros, prazos).

Os deslocamentos da curva da demanda estão ilustrados na Figura 5:

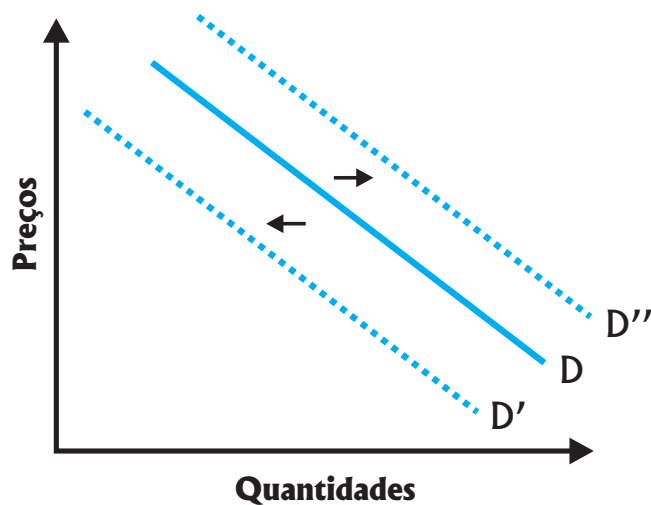


Figura 5: Variações da curva da demanda

Fonte: elaborado pelos autores

## GLOSSÁRIO

\*Fatores de produção – todos os insumos usados para produzir bens e serviços: recursos naturais, informações, energia, capital, trabalho, capacidade empresarial, etc. Fonte: Lacombe (2004).

A Teoria da Oferta muda o foco da análise, pois o vendedor vai ao mercado com a meta de obter o maior lucro possível. O vendedor (uma empresa) depara-se com uma restrição importante: a produção de bens e serviços requer a utilização de recursos produtivos, e essa quantidade depende do padrão tecnológico utilizado pela firma.

Observe que a tecnologia de produção nos diz o que a empresa pode fazer. Portanto, o padrão tecnológico acaba se tornando um fator restritivo para a empresa poder produzir, além dos preços dos outros **fatores de produção\*** e do próprio preço praticado no mercado.

Podemos definir oferta como a quantidade de um bem ou serviço que os produtores (vendedores) desejam produzir (vender) por unidade de tempo. Nota-se que a oferta é um desejo, uma aspiração. Assim, a quantidade ofertada de um bem ou serviço refere-se à quantidade que os vendedores querem e podem vender. Dessa maneira, existe uma associação de comportamento dos preços com o nível de quantidade ofertada. A quantidade ofertada aumenta à medida que o preço aumenta e cai quando o preço se reduz. Logo, a quantidade ofertada está positivamente relacionada com o preço do bem e serviço, segundo pode ser verificado na Figura 6:

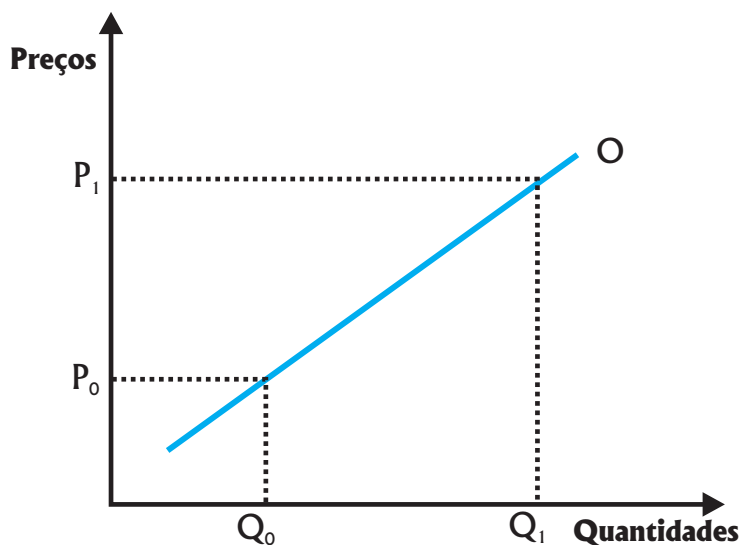


Figura 6: Curva de oferta

Fonte: elaborado pelos autores



As variáveis que podem deslocar a curva da oferta como um todo são:

- disponibilidade de insumo;
- tecnologia;
- expectativa; e
- número de vendedores.

A Figura 7 demonstra o deslocamento a que estamos nos referindo.

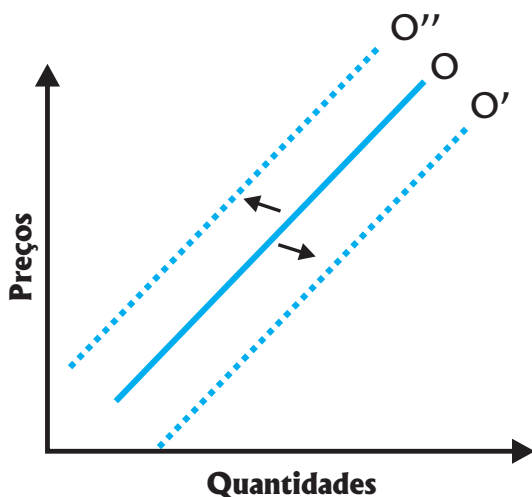


Figura 7: Variações da curva de oferta

Fonte: elaborado pelos autores

Já apresentamos a você as mais diferentes condutas dos consumidores (demanda) e dos produtores (oferta) em separado. Agora, vamos combiná-las para, numa interpretação conjunta, verificarmos como se determinam a quantidade e o preço de equilíbrio de um bem ou serviço vendido no mercado. A intersecção das curvas de oferta e de demanda, que identifica o ponto em que tanto os consumidores quanto os produtores se encontram satisfeitos e dispostos a agir, é o que ficou conhecido como equilíbrio de mercado e está demonstrado na Figura 8.

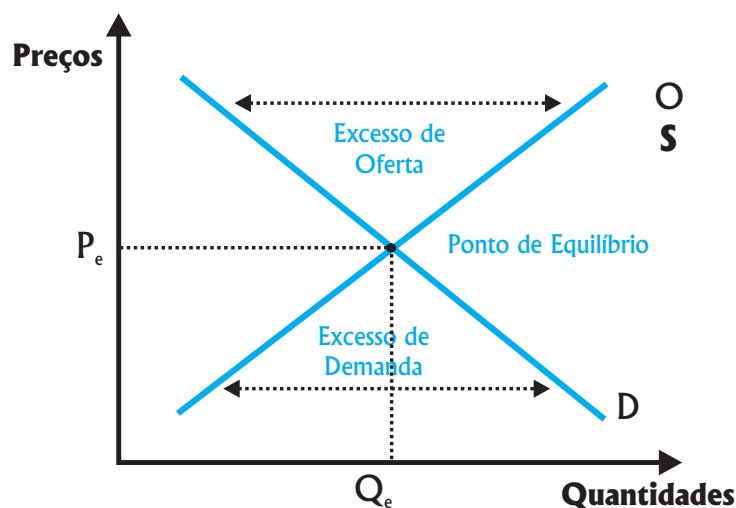


Figura 8: Equilíbrio entre oferta e demanda

Fonte: elaborado pelos autores

Pela Figura 8, podemos perceber que qualquer situação fora do ponto de equilíbrio caracteriza um desequilíbrio. Caso a oferta seja superior à demanda, há excesso de oferta, e caso a demanda seja maior que a oferta, há excesso de demanda. Nota-se que o processo de ajuste ocorre sempre via preços, ou seja, a quantidade ofertada ou demandada é a variável dependente, e os preços, a variável independente.

No contexto discutido, há uma afirmação-chave: preço e quantidade de equilíbrio dependem da posição das curvas de oferta e demanda. Quando, por algum motivo, uma dessas curvas se desloca, o equilíbrio do mercado muda. Na Teoria Econômica, essa análise é conhecida como estática comparativa, porque envolve a comparação de duas situações estáveis – um equilíbrio inicial e um novo equilíbrio.

Para uma melhor compreensão dessa sistemática sobre a conduta dos consumidores e produtores, vamos adicionar o conceito de elasticidade, que consideramos fundamental para analisar o mundo em que vivemos.

**Elasticidade\*** nada mais representa do que uma medida da resposta dos compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

Aprendemos que o preço do bem se ajusta para conduzir a quantidade ofertada e demandada ao equilíbrio. Então, dessa forma, precisamos ficar atentos para perceber não só a mudança dos preços, mas o quanto eles podem oscilar.

## GLOSSÁRIO

\***Elasticidade** – alteração percentual em uma variável em relação à variação percentual em outra.  
Fonte: Lacombe (2004).

A elasticidade-preço da demanda mede o quanto a demanda reage a uma mudança no preço. A demanda por um bem é considerada elástica se a quantidade demandada responder muito a uma dada variação no preço. Isto significa dizer que a demanda é muito sensível à mudança de preço. Caso essa resposta seja pequena, a demanda por esse bem é considerada inelástica, ou seja, a demanda é insensível à mudança de preço.

É simples, basta dividir a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual do preço. No resultado encontrado, o coeficiente de elasticidade é um número puro, independente de qualquer identificação com a unidade, nas quais as variáveis foram expressas. O coeficiente da elasticidade-preço da demanda é sempre negativo, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados.

Pode ser expressa algebricamente como:

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%P}$$

$\Delta\%Q$  = variação das quantidades demandadas  
 $\Delta\%P$  = variação dos preços

Vejamos aqui alguns exemplos:

- **bens com alta elasticidade da demanda (elástica):** refeições em restaurantes, veículos automotores, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga, etc.; e
- **bens com baixa elasticidade da demanda (inelástica):** insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite, etc.

Ainda podemos observar que o aumento na renda do consumidor, normalmente, aumenta a demanda por um bem. Mantendo o preço constante, podemos avaliar a variação na quantidade demandada para uma dada variação na renda. A sensibilidade da quantidade demandada a uma variação na renda do consumidor é chamada de elas-

tidade-renda da demanda. Se a elasticidade-renda for maior do que zero, dizemos que o bem é normal, e se for menor do que zero, o bem é inferior. A elasticidade-renda varia muito de bem para bem.

Pode ser expressa algebricamente como:

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%R}$$

$\Delta\%R$  = variação na renda do consumidor  
 $\Delta\% Q$  = variação na quantidade demandada

Vejamos aqui alguns exemplos:

- **bem normal:** bem em que um aumento na renda provoca o aumento na quantidade demandada. Os bens normais têm elasticidade-renda da demanda positiva. Exemplos: frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer, carne de soja, etc.; e
- **bem inferior:** bem em que um aumento na renda provoca a diminuição na quantidade demandada. Os bens inferiores têm elasticidade-renda negativa. Exemplos: passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batatas, etc.

De modo semelhante à elasticidade-preço-demanda e à elasticidade-renda, temos a elasticidade cruzada da demanda. A elasticidade cruzada da demanda nada mais é que uma medida utilizada para analisar a relação entre os diversos produtos. Entre dois produtos, a elasticidade cruzada da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1 em resposta a uma dada variação percentual no preço do bem 2.

---

*O coeficiente de elasticidade cruzada pode ser positivo ou negativo. Quando positivo, dizemos que os produtos são substitutos um do outro. Sendo negativo, dizemos que os produtos são complementares.*

---

Assim, analisando o comportamento da elasticidade cruzada da demanda, podemos compreender o que são um bem substituto e um bem complementar (Quadro 1):

<b>Bens substitutos</b>	O aumento de um produto não interfere na satisfação do consumidor, que imediatamente tem a possibilidade de substituí-lo por um outro. Exemplo: manteiga e margarina, cinema e locação de fitas de vídeo, carne de frango e carne de vaca, cerveja, refrigerantes.
<b>Bens complementares</b>	Se um aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro. Exemplo: gasolina e óleo para motor, camisa social e gravata; sapato e meia, pão e margarina, computador e software.

Quadro 1: Exemplos de bens substitutos e bens complementares

**Fonte:** elaborado pelos autores

Veja bem, esta abordagem da elasticidade também poder ser utilizada no lado da oferta. A elasticidade-preço da oferta mede o quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço.

A oferta de um bem é chamada de elástica se a quantidade ofertada responde bem a mudanças no preço. Quando essa resposta na quantidade ofertada é pequena às mudanças de preço, dizemos que a oferta é inelástica. Diante disso, podemos afirmar que a elasticidade-preço da oferta depende da flexibilidade que os vendedores (produtores) têm para mudar a quantidade do bem que produzem.

Ao contrário da elasticidade da demanda, a elasticidade-preço da oferta é positiva. Isso ocorre, porque as variações de preço e quantidade se dão no mesmo sentido. Você se lembra do professor de Matemática falando de funções crescentes? Podemos calcular a elasticidade da oferta dividindo a variação percentual na quantidade ofertada pela variação percentual no preço.

Então, a relação entre o preço de um produto e o volume de vendas é muito importante para as empresas. Mas qual a razão disto?

Isto ocorre, porque toda a relação descrita serve de base para a formação da política de preços, estratégia de vendas, e atendimento dos objetivos de lucro e participação no mercado. Assim, entender

como se comporta a elasticidade torna-se muito importante para o administrador contemporâneo.

## Estrutura de mercado

Na estrutura de mercado clássica, podemos distinguir dois casos extremos:

- **monopólio:** quando uma empresa é a única provedora do produto;
- **concorrência perfeita:** quando a dimensão de cada empresa é insignificante em relação às demais empresas.

O termo “concorrência” tem sentido múltiplo. Em Economia, acompanhado da palavra “pura”, significa justamente a inexistência de competição, no seu sentido parcial. Em outras palavras, em um mercado no qual vigora a concorrência pura, os competidores não têm rivalidade entre si.

As condições básicas para a existência de concorrência pura são:

- **homogeneidade do produto:** um requisito da concorrência pura é que todos os vendedores de um dado produto vendam unidades homogêneas deste, e os compradores também consideram o produto homogêneo;
- **insignificância de cada comprador ou vendedor diante do mercado:** cada comprador e/ou vendedor precisa ser pequeno o suficiente para não ser capaz de influenciar, sozinho, o preço de mercado;
- **ausência de restrições artificiais:** não devem existir restrições artificiais à procura, à oferta ou aos preços. Em outros termos, é preciso que os preços sejam livres para oscilar de acordo com as exigências de mercado;
- **mobilidade:** é preciso que haja mobilidade de bens, serviços e recursos. Novas firmas devem poder entrar sem dificulda-

de nesse mercado, assim como não deve existir impedimento à saída; e

- **pleno conhecimento (atributo da palavra “perfeita”):** a concorrência perfeita incorpora o pleno conhecimento do sistema econômico e de todas as suas inter-relações por parte dos agentes partícipes desse mercado.

O monopólio é uma situação de mercado em que uma única firma vende um produto que não tem substitutos próximos. De uma outra forma, monopólio é uma situação de mercado em que existe um só produtor de um bem (ou serviço) que não tem substitutos próximos. Devido a isso, o monopolista exerce grande influência na determinação do preço a ser cobrado pelo seu produto.

Conforme Vasconcellos (2004), o mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existem, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, concorrência nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor ou simplesmente deixam de consumir o produto.

Hipóteses básicas do modelo monopolista:

- um determinado produto é suprido por uma única empresa;
- não há substitutos próximos para esse produto; e
- existem obstáculos (barreiras) de novas firmas na indústria (nesse caso, a indústria é composta por uma única empresa).

As dificuldades para as empresas se estabelecerem no mercado, aqui entendidas como barreiras de acesso, podem ocorrer de várias formas. No caso de monopólio puro ou natural, devido à elevada escala de produção requerida, exige-se um grande montante de investimento. Refinarias de petróleo, siderurgia, etc., podem ser enquadradas neste caso.

Uma outra forma de empecilho à instalação de novas empresas no mercado imperfeito se dá através das patentes, direito único para produzir um bem. Os laboratórios farmacêuticos, encarregados da fabricação de medicamentos, valem-se deste instrumento de patentes ou controle de matérias-primas-chave. Finalmente, o monopólio estatal ou institucional, protegido pela legislação, normalmente ocorria em setores estratégicos ou de infra-estrutura. Até pouco tempo atrás, no nosso país, você sabe que tínhamos como exemplo: energia elétrica, telecomunicações, etc.

Uma outra estrutura bastante conhecida, nos dias de hoje, no campo da competição imperfeita é o oligopólio.

É um tipo de estrutura normalmente caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode-se caracterizá-la como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou, então, onde há um grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como a indústria de bebidas.

O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebidas, indústria química, indústria farmacêutica, etc.

O oligopólio pode ser:

- **puro:** quando os concorrentes oferecem exatamente os mesmos produtos homogêneos, iguais, substitutos entre si. Exemplo: cimento, da indústria de cimento; alumínio, da indústria de alumínio; ou
- **diferenciado:** quando o produto não é homogêneo. Exemplo: indústria automobilística ou de cigarro. Ou seja, embora semelhantes entre si, esses produtos não são idênticos – o Gol é diferente do Fiat Uno, etc.

O oligopólio apresenta como principal característica o fato de as firmas serem interdependentes. Isso decorre do pequeno número de firmas existentes na indústria, e significa que as firmas levam em consideração e reagem às decisões quanto a preço e produção de outras firmas.



No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluíus ou cartéis. O cartel é uma organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor que determina a política de preços para todas as empresas que a ele pertencem. Exemplo: Cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que estabelece o preço do petróleo no mercado mundial.

**Será que existe formação de cartel entre os distribuidores de álcool no Brasil? E entre os distribuidores de gasolina? Pense nisso!**

Além dos cartéis, existe um outro modelo de oligopólio chamado de liderança de preço. Liderança de preço é a forma de conluio imperfeito em que as empresas do setor oligopolístico decidem, sem acordo formal, estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de preço de uma empresa da indústria.

Esse modelo pressupõe que a liderança decorre do fato de que uma das firmas rivais possui estrutura de custos mais baixos que as demais. Por essa razão, consegue se impor como líder do grupo.

Inicialmente, os preços podem ser diferenciados. O mercado, entretanto, preferirá o produto que esteja sendo oferecido a preços mais baixos. Desta forma, resta às firmas que oferecem o produto a preços mais elevados duas possibilidades: ou mantêm o preço e, como consequência, são banidas do mercado, ou, então, aceitam o preço praticado pela rival de menores custos, que é mais baixo, e continuam no mercado, sem maximizar seus lucros.

Assim é que a firma líder de preço fica, através de um acordo tácito (isto é, um acordo não formal), responsável pela determinação do nível de venda do produto. As firmas menos favorecidas em termos de preços tornam-se seguidoras dos preços fixados pela firma líder.

A outra estrutura de mercado imperfeito é a concorrência monopólica ou concorrência monopolista. Ela está presente em vários setores da economia, mais do que você imagina. Esta forma de merca-

do tem como característica marcante empresas produzindo produtos diferenciados, embora sendo substitutos próximos. Nota-se, então, que, na concorrência monopolística, a empresa tem determinado poder sobre a fixação de preços. A diferenciação do produto pode ocorrer por características físicas, de embalagem ou pelo esquema de promoção de vendas. Como exemplo, temos os laboratórios farmacêuticos, as indústrias alimentícias, automobilísticas, etc.

Como o próprio nome diz, a concorrência monopolista é uma estrutura de mercado que contém elementos da concorrência perfeita e do monopólio, ficando em uma situação intermediária entre essas duas formas de organização de mercado. Ainda: não se confunde em nada com o oligopólio.

As principais características da concorrência monopolista são:

- margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado; e
- número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos e produtos diferenciados, seja por características físicas, seja por embalagens ou prestação de serviços complementares (pós-venda).

Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço de seu produto, embora o mercado seja competitivo – daí o nome de concorrência monopolista.

### **Discutidos os principais aspectos ligados à Microeconomia, vamos agora passar à Macroeconomia.**

No início do século XXI, a abordagem dos economistas tem-se dirigido à Nova Economia, à tecnologia da informação, ao ajuste externo e interno, à globalização dos mercados, etc. Assistimos às evidências do impacto dessas mudanças no nosso dia-a-dia, às vezes, sem nos preocuparmos muito com as conseqüências. Por isso, fazemos diversas indagações:

- quais são exatamente os efeitos dessas mudanças?;
- como elas podem afetar os padrões de vida e a taxa de crescimento da economia?;
- como estas mudanças na economia atingem o emprego e o desemprego, os preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos?;
- por que razão as rendas são atualmente mais elevadas do que em 1970 e por que, em 1970, eram mais altas do que tinham sido em 1930?;
- ainda, por que razão alguns países têm inflação, alta enquanto outros têm preços estáveis?;
- quais as causas da recessão e da depressão, e como as políticas públicas podem evitá-las?;
- por que a região onde você mora é mais ou menos desenvolvida?

Todas as questões levantadas acima estão no campo da Macroeconomia. Não estamos mais preocupados em compreender ou discutir as unidades de forma isolada. Estamos, sim, analisando algo sobre a Economia como um todo: o sistema econômico completo (agregado). Na Macroeconomia, são observados os pontos principais da análise do equilíbrio parcial e geral, levando-se em conta a busca do pleno emprego.

Como explicar taxas tão elevadas de desemprego no Brasil e no mundo? Várias são as explicações para a questão do desemprego. Em muitos casos, a razão é atribuída ao próprio indivíduo, por não estar preparado para as exigências do mercado de trabalho ou por não aceitar reduções salariais.

Na verdade, trata-se da “dança das cadeiras”, conforme argumentou Souza (2000). Será que, por mais preparado que o indivíduo esteja, haverá local para ele sentar-se? Do ponto de vista individual,

estar melhor preparado significa a possibilidade de primeiro sentar-se na cadeira. Contudo, devemos analisar a questão na totalidade, ou seja, se a economia não é capaz de gerar cadeiras suficientes, inevitavelmente, pessoas ficarão de pé, por mais preparados que estejam. Bom, mas aí argumentam que é a inovação tecnológica que destrói as cadeiras existentes na economia; o trabalho humano passa a ser substituído por máquinas. Estaríamos vivendo a época do fim do emprego, ou seja, nada podemos fazer, e o desemprego é algo inevitável.

Novamente, ao observarmos a questão do ponto de vista individual, a inovação tecnológica causa desemprego. Contudo, ao mesmo tempo em que destrói, cria novos produtos, empresas, atividades econômicas e empregos. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora possa modificar o nível de emprego, não determina, a priori, seu resultado. Generalizando, os vários argumentos, tais como rigidez no mercado de trabalho, altos encargos trabalhistas, salários nominais rígidos, etc., são facilmente refutáveis e não determinam, a princípio, o nível de emprego.

O que queremos argumentar é que estar ou não empregado não é uma mera escolha individual. O aumento do nível de emprego ocorre quando a taxa de expansão da economia supera o aumento da produtividade do trabalho (que significa um mesmo indivíduo passar a produzir mais no mesmo espaço de tempo, fruto de inovações tecnológicas). Simplificando, o aumento da produtividade dispensa cadeiras. Contudo, o crescimento econômico deve ser capaz de gerar cadeiras suficientes para compensar as perdas e ainda absorver os jovens entrantes no mercado de trabalho.

Deparamo-nos, então, com duas variáveis que, de fato, determinam, a priori, a quantidade de cadeiras existentes na economia: o crescimento econômico e a produtividade do trabalho. E quem são os “atores” que decidem sobre essas variáveis?

Como anteriormente afirmamos, a inovação tecnológica, a princípio, não determina o nível de emprego. Essa é uma faceta menos grave do problema. A outra é a questão do crescimento econômico.

Vamos considerar como dada a variável produtividade. Caso não houvesse um crescimento da economia suficiente para absorver os

entrantes no mercado de trabalho, inevitavelmente teríamos desemprego, pois não haveria emprego para os novos profissionais. Percebe-se que isso é o que acontece no Brasil atualmente. Dessa forma, a questão agora é entender o porquê de taxas tão medíocres de crescimento, como por exemplo, o da economia brasileira, principalmente nos anos 1990 – justamente a década em que assistimos a uma das maiores taxas de desemprego de nossa história. Agora, trata-se de uma escolha, principalmente, política. Em suma, a verdadeira explicação para o desemprego é justamente a estagnação do crescimento econômico.

Os conceitos mais abrangentes de política são úteis para definirmos política econômica, dado que esta não pode ser vista como um conjunto de procedimentos estanques e isolados. A política econômica abrange uma das partes integrantes da política pública. Situa-se no campo da Economia Normativa, por se sustentar não apenas no conhecimento positivo da Economia, mas também em juízos de valor, decorrentes de posições filosóficas e culturais assumidas pelos formuladores.

Para ser direto, podemos resumir os objetivos da política econômica em quatro, a saber:

- crescimento da produção e do emprego;
- controle da inflação;
- equilíbrio nas contas externas; e
- melhor distribuição da renda gerada no país.

Note-se que os objetivos de política econômica são amplos. Segundo Lanzana (2002), “[...] é preciso ter consciência de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes”.

O crescimento econômico é expresso usualmente por intermédio do acompanhamento de algumas variáveis, traduzidas em indicadores. As análises macroeconômicas tomaram impulso com o desenvolvimento da chamada contabilidade nacional, ou seja, de um instru-

Sistema de Contas Nacionais (SCN): que segue o Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas com o objetivo de evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos que ocorrem em uma economia. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>

Existem três formas de medir a atividade econômica de um país: a ótica da produção, que é o próprio conceito de PIB; a ótica da renda, que se refere à remuneração dos fatores que participam do processo de produção como salários, juros, aluguéis e lucro; e a ótica da despesa, que se refere aos agentes que compram a produção – como as famílias, o investimento das empresas, os gastos do governo e as exportações e importações.

mental capaz de mensurar a totalidade das atividades econômicas praticadas em um determinado período de tempo. O crescimento econômico está entre as metas dos formuladores da política econômica e refere-se à expansão da produção do país, uma quantidade maior de bens e serviços à disposição da sociedade.

O Sistema de Contas Nacionais, tal como é empregado no Brasil e no resto do mundo, deve-se aos trabalhos de vários economistas que se dedicaram à tarefa de homogeneizar a linguagem e definiram as principais variáveis como: consumo, investimento, renda, poupança, produto interno e nacional.

Se observarmos o comportamento da economia de um determinado país, facilmente notaremos que as atividades econômicas oscilam com o decorrer do tempo. Para medir as oscilações referidas, entre os vários tipos de indicadores, um dos mais representativos desta performance é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado trimestralmente e que deve ser acompanhado com atenção. O PIB faz uma radiografia de toda atividade econômica.

O PIB é identificado como o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período de tempo. Dividindo-se o PIB pela população residente no país, você acha o PIB per capita.

Hipoteticamente, podemos dizer que, se a produção de bens e serviços de um país cresce mais rapidamente que a taxa de crescimento da população, em média, a produção por pessoa deve aumentar. Contudo, lembre-se de que o que importa para as pessoas é o valor real da moeda, traduzido no poder de compra da sua renda (salários, juros e aluguéis). Onde estiver ocorrendo um processo de mudança de preços (inflação ou deflação), vamos falar em PIB real. Portanto, o PIB real deve ser compreendido como uma medida de produto que leva em conta as alterações dos preços e não pode ser desprezado.

### Mas o que determina o crescimento?

Como explicitado anteriormente, a variação do PIB é a medida do crescimento econômico. Assim, é necessário determinar quais são

os componentes do PIB para saber o que realmente determina o crescimento econômico de um país.

A seguinte equação representa os condicionantes do crescimento econômico:

**PIB = consumo das famílias + gasto do governo + investimento das empresas + exportação líquida.**

Vamos analisar, agora, cada um dos componentes separadamente.

- **Consumo das famílias:** ao se apropriarem de suas rendas, as famílias destinam uma parte ao consumo de bens e serviços. Quanto mais as famílias consumirem, mais as empresas terão que produzir para suprir as demandas por bens e serviços das pessoas. Vale ressaltar que famílias de baixa renda tendem a consumir proporcionalmente mais de suas rendas, pois não adquiriram todos os bens de que necessitam. Destaca-se, então, a importância de uma distribuição de renda equitativa no país, pois famílias de baixa renda consomem pouco e, caso tenham incrementos em seus ganhos, passarão a consumir mais, impulsionando o crescimento econômico.
- **Investimento das empresas:** é uma das mais importantes variáveis para o crescimento de um país. Ao investirem, as firmas elevam o nível de emprego, produto e renda. As indústrias, na maioria das vezes, não possuem recursos suficientes para realizar seus planos de investimento e, com isso, precisam recorrer a empréstimos junto às instituições financeiras, pagando uma determinada taxa de juros pelo dinheiro que tomam emprestado. Ao fazerem seus planos de investimento, as empresas calculam, aproximadamente, a rentabilidade que tal investimento vai lhe proporcionar. Caso a lucratividade do investimento seja maior que os juros que deverão ser pagos pelo financiamento, a empresa realizará seus planos; caso contrário, tal investimento torna-se inviável. Portanto, para que exista um nível de investimento elevado na economia, é necessário que se mantenha a taxa de juros baixa.

- **Gasto público:** ao fazer obras, construir, operar suas estatais, etc., o governo está empregando mais pessoas, expandindo o nível de emprego e, ao mesmo tempo, dando condições para que as empresas produzam mais. Assim, ao comprar e produzir mais, o governo causa uma elevação da produção e do nível de emprego, e aumenta o nível de renda da economia.
- **Exportação líquida:** são as exportações menos importações de um país. Quanto maior o saldo, maiores o nível de emprego e o crescimento econômico, já que a produção deve aumentar; quanto menor o saldo, menor o nível de emprego, pois produtos que eram produzidos aqui passam a ser comprados do exterior, piorando a produção da economia. É óbvio que nenhum país fica sem comprar e vender para o exterior, mas o ideal é aumentar o nível de exportações e diminuir o de importações. O Sistema de Contas Nacionais e a conseqüente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia pode ser capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida vem sendo considerada um importante indicador de desempenho econômico e mostra a capacidade de geração de renda das economias. Portanto, quando o objetivo da política econômica for de crescimento econômico, automaticamente, se estará procurando expandir o nível de produção e, conseqüentemente, o nível de emprego da economia.

A mensuração das variáveis econômicas possibilita a avaliação quantitativa do produto que uma economia se torna capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico e identifica a capacidade de geração de renda da economia. Entretanto, se a preocupação for com a qualidade de vida da população, o produto agregado mostra-se inadequado.

Na avaliação da qualidade de vida da população, faz-se necessário considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação, que afetam diretamente o bem-estar. A utilização de indicadores sociais



como parte da avaliação da riqueza de uma região insere-se na discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico.

A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: crescimento econômico versus desenvolvimento econômico.

Desse modo, observa-se nas sociedades em fase de desenvolvimento ou subdesenvolvidas a ocorrência de crescimento sem desenvolvimento. Se o crescimento for muito concentrado, isto é, mal distribuído, a maior parte da população não se beneficia da elevação da renda gerada na economia.

Vale a pena observar que uma das formas de avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos à saúde e à educação, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população.

Algumas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, vêm divulgando sistematicamente dados como os de expectativas de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível e qualidade da educação do país.

Tais estatísticas, além de permitirem avaliar a qualidade de vida de um país, possibilitam comparações entre os países e fornecem uma idéia mais precisa do que vem a ser caracterizado como um país desenvolvido. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado nos Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos países. O PNUD calcula o IDH desde o início dos anos 1990 e, atualmente, o estima para muitos outros países.

O IDH agrega, em sua metodologia de cálculo, três variáveis:

- **indicador de renda:** é a renda per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (PPP) entre os países (portanto, renda avaliada em US\$ PPP);
- **indicador das condições de saúde:** é a expectativa de vida (índice de longevidade); e

- **indicador das condições de educação:** é uma média ponderada de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior.

O IDH varia de zero a um e permite classificar os países em três grupos distintos: baixo desenvolvimento: IDH menor ou igual a 0,5; médio desenvolvimento: IDH entre 0,5 e 0,8; e países de alto desenvolvimento: IDH maior que 0,8.

## Saiba mais...

- Informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos nos endereços:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>

- Pesquise também na Fundação IBGE – Sistema de Contas Nacionais – Tabela de recursos e usos - Metodologia. Diretoria de Pesquisa, texto para discussão interna número 88, dezembro de 1998 em:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

- Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua evolução nos principais países, em:

<http://www.pnud.org.br/home/>

<http://www.pnud.org.br/idh/>

## RESUMO

Esperamos que você, na presente Unidade, tenha entendido pelo lado da Microeconomia como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia em regime de concorrência perfeita, bem como a formação do preço de equilíbrio, com destaques para os excessos de procura e oferta, e os conceitos de bens elásticos e inelásticos; e no caso de uma economia em regime de concorrência imperfeita, o monopólio e o oligopólio. Na Macroeconomia, centramos a atenção na formação das políticas econômicas, com vistas ao crescimento da produção, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e melhor distribuição da renda gerada no país.

### Atividades de aprendizagem

**Confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade realizando as atividades. Boa sorte! Se precisar de auxílio, não hesite em fazer contato.**

1. Que problemas microeconômicos e macroeconômicos têm sido destacados pelos noticiários nos últimos dias?
2. Por que o sal de cozinha consegue manter a quantidade consumida mesmo com preço elevado?
3. O turismo pode ser considerado um bem supérfluo? Justifique sua resposta.
4. Escreva um texto sobre o significado de monopólio, apresente mais exemplos dessa estrutura de mercado e discuta as implicações para o desenvolvimento de uma região, com destaque para a sua.

5. Explique o significado de oligopólio e de concorrência monopolística.
6. Discuta as características do mercado do principal produto comercializado em sua região.
7. Quais são a elasticidade-preço e a elasticidade-renda desse produto? Elástico ou inelástico? Explique a sua resposta.
8. Identifique alguns aspectos do crescimento econômico na sua cidade, região e Estado.
9. Qual o PIB dos Estados brasileiros? Identifique as atividades econômicas mais relevantes das nossas cinco regiões.

**Caro estudante!**

Chegamos ao final da Unidade 3, na qual você conheceu ou lembrou como é mensurada a atividade econômica.

Esses conhecimentos são importantes para o bom entendimento das estruturas de mercado e da importância do Produto Interno Bruto. Caso tenha ficado alguma dúvida em algo que lhe foi apresentado, volte, releia e, se necessário, faça contato com seu tutor para esclarecer.

UNIDADE



# Introdução à Teoria Monetária

# Objetivo

Nesta Unidade, desejamos que você adquira um largo conhecimento de como funciona o sistema monetário e uma noção bem firme da importância da moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor para as economias.

## Teoria Monetária

Caro estudante!

Estamos iniciando a Unidade 4. Convidamos você para refletir sobre o funcionamento do sistema monetário. Mas, para entender como o sistema monetário funciona, precisamos saber o papel da moeda na Economia, o funcionamento do mercado monetário, ou seja, oferta e demanda da moeda. Compreendendo como ele funciona, fica mais seguro entender como ele pode sofrer intervenções através da política monetária. Apresentamos, ainda, os instrumentos de política monetária.

Então, vamos iniciar a Unidade. Queremos que você saiba que estaremos junto com você, estimulando a aprendizagem e esclarecendo as suas dúvidas.

Você já parou para pensar como deve ser uma cidade, uma região, um país sem a presença do dinheiro, da moeda? Estamos falando do real (R\$). Imaginou? Quais foram as suas observações?

Você, como bom observador que é, deve ter notado que, no mundo moderno, a moeda está presente em praticamente todos os momentos da vida. Diante disso, podemos perceber que o estudo da moeda se torna muito importante.

De maneira corriqueira, as pessoas no seu dia-a-dia usam a palavra “dinheiro” para significar riqueza. Se alguém tem muito dinheiro, entendemos que essa pessoa tem muita riqueza ou é rica. Mas estamos falando do valor das ações, dos imóveis ou de outros bens dessa pessoa?

Os economistas normalmente definem dinheiro ou moeda não como a única forma de riqueza. Temos outras formas de riqueza, tais como carros, casas, etc.

**Mas, afinal, o que distingue o dinheiro ou moeda de outras formas de riqueza?**

O que distingue a moeda das outras formas de riqueza é sua característica de ser o mais líquido dos ativos. Liquidez, aqui, quer dizer sua capacidade de se transformar em dinheiro vivo ou facilidade com que o bem pode ser convertido em meio de troca da economia.

Para que um bem possa ser considerado uma moeda, ele precisa desempenhar basicamente três funções:

- **ser meio de troca:** isto significa ser exatamente aquele elemento que vai viabilizar a ocorrência de milhares de trocas a cada momento;
- **servir como unidade de conta:** isto quer dizer uma medida que as pessoas usam para estabelecer os preços de seus serviços e bens, e fazer seus cálculos econômicos; e
- **funcionar como reserva de valor:** a moeda precisa guardar poder de compra ao longo tempo. Guardar poder de compra de hoje para amanhã.

Para Carvalho *et al.* (2000, p. 2), “[..] a moeda é um objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho”.

Já Mankiw (2005, p. 628) define moeda como “[...] o conjunto de ativos da economia que as pessoas usam regularmente para comprar bens e serviços de outras pessoas”.

## Tipos de moeda

Temos basicamente dois tipos de moeda circulando nas economias. A chamada moeda-mercadoria e a moeda de curso forçado:

- **moeda-mercadoria:** é aquela que toma a forma de uma mercadoria com valor em si. Mesmo não sendo moeda, teria valor, ou seja, seria aceita naturalmente. O exemplo clássico desse tipo de moeda é o ouro, mas existem outras mercadori-



as que podem ser consideradas moeda-mercadoria, como por exemplo, o cigarro nos campos de concentração; e

- **moeda de curso forçado:** é a moeda que não tem valor em si mesma. Isto quer dizer que o meio utilizado para garantir sua circulação é por decreto governamental. Note que a aceitação desse tipo de moeda depende tanto da força de um decreto governamental como das expectativas e das convenções de uma sociedade.

**Para você pensar.** O cigarro no sistema prisional brasileiro pode ser considerado uma moeda-mercadoria?

## Política monetária

Quando estamos falando de política monetária, estamos nos referindo às ações do governo no sentido de controlar as condições de liquidez da economia. Diante disso, a política monetária pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo. Alternativamente, também pode ser definida como a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeitos diretos ou induzidos, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico.

A política monetária diz respeito à atuação do Banco Central para dimensionar os meios de pagamento e os níveis das taxas de juros, adequando essas variáveis aos objetivos de crescimento da produção e do emprego, com estabilidade de preços. A atuação do Banco Central opera-se pela determinação do volume de reservas obrigatórias dos bancos, dependendo do comportamento do público e dos bancos em relação às quantidades de moedas que desejam reter.

## Demanda de moeda

### Vamos ver quais as razões que levam as pessoas a demandar e reter moeda?

A moeda, como meio de troca, é a maneira mais eficaz de um indivíduo adquirir os bens e serviços de que necessita. Entretanto, como uma pessoa não gasta toda sua renda no momento em que a recebe, podemos perguntar: por que esse indivíduo não aplica parte dela – a que não é consumida imediatamente – em títulos, que rendem juros?

Existem três razões fundamentais que levam as pessoas a demandar e reter moeda em seu poder:

- primeira razão: o fato de os pagamentos e os recebimentos não serem perfeitamente sincronizados. A maior parte dos trabalhadores recebe seus salários no início do mês, mas os gastam, no decorrer do mesmo mês, com as despesas comuns de uma família, como aluguel, condução, alimentação, etc. Portanto, essa pessoa precisa reter moeda ou dinheiro em seu poder durante todo o mês. A essa razão para a retenção de moeda, damos o nome de demanda da moeda para transações;
- segunda razão: chama-se demanda de moeda para precaução. Isso significa que as pessoas previdentes sempre têm certa soma em seu poder, reservada para um imprevisto, como problemas de saúde, uma batida de automóvel, etc.; e
- terceira razão: é a demanda de moeda para especulação ou demanda especulativa. Essa razão está associada ao fato de a moeda funcionar como reserva de valor. Se um indivíduo já separou de sua renda aquelas parcelas destinadas às transações e à precaução, o procedimento mais razoável seria aplicar o restante em títulos, que rendem juros, pois nada acontece com o dinheiro quando está simplesmente em casa ou depositado em um banco, em conta-corrente.

Acreditamos ser importante conceituar **taxa de juros\*** para você, pois este conceito precisa ser entendido para seguirmos em frente.

Em 2005, foi publicado o livro *O valor do amanhã*, que discute a questão dos juros na sua concepção mais ampla. Segundo Giannetti (2005):

[...] o fenômeno dos juros é, portanto, inerente a toda e qualquer forma de troca intertemporal. Os juros são o prêmio da espera na ponta credora – ganhos decorrentes da transferência ou cessão temporária de valores do presente para o futuro; e são o preço da impaciência na ponta devedora – o custo de antecipar ou importar valores do futuro para o presente. (GIANNETTI, 2005, p. 10)

Então, taxa de juros é o preço cobrado pelos credores aos devedores pelo uso de suas poupanças durante certo período de tempo.

Voltemos à nossa discussão. Se a taxa de juros do mercado está baixa, essa pessoa prefere esperar um aumento para aplicar seu dinheiro e obter, assim, uma remuneração maior.

Nesse caso, é importante ressaltar que a moeda cumpre melhor seu papel de reserva de valor em economias onde não há inflação ou quando ela baixa. Altos índices inflacionários corroem o poder aquisitivo da moeda, reduzindo seu valor com o passar do tempo.

Isso tudo nos permite estabelecer uma relação inversa entre a taxa de juros do mercado e a demanda especulativa da moeda. Realmente, quanto maior a taxa de juros, menor a quantidade de moeda demandada e retida para especulação, e vice-versa.

O que foi visto nos leva a concluir que a demanda por moeda tem um componente influenciado pela taxa de juros – a demanda especulativa – e um componente que não depende de juros – a demanda para transações e por precaução.

**Para entendermos perfeitamente a demanda por moeda, basta lembrar que a taxa de juros é o preço da moeda, isto é, o preço do dinheiro no mercado financeiro. Assim, no mercado financeiro, onde se encontram a oferta e a demanda por dinheiro, o dinheiro se transforma numa mercadoria, cujo preço é a taxa de juros.**

## GLOSSÁRIO

**\*Taxa de juros** – valor da remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do capital emprestado, geralmente expressa sob a forma de porcentagem do valor tomado emprestado por período definido no contrato de empréstimo. Fonte: Lacombe (2004).

## Oferta de moeda

Nas economias modernas, quem oferece moeda ao público são as autoridades monetárias (Banco Central), em função das necessidades dos agentes econômicos. O conjunto de moeda manual (ou moeda corrente), depósitos à vista (moeda escritural ou bancária) e quase-moedas forma os meios de pagamento de uma economia.

**Meios de pagamento = moeda manual + depósitos à vista + quase-moedas.**

Ou seja, a oferta de moeda também é chamada de meios de pagamento. Meios de pagamento constituem o total de moeda à disposição do setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para fazer transações.

Os meios de pagamento, em sua forma tradicional, são dados pela soma da moeda em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da **moeda escritural\*** e **moeda manual\***.

Os meios de pagamento representam, então, o quanto a coletividade tem de moeda física – papel e metálica – com o público ou no cofre das empresas somado a quanto ela tem em conta-corrente nos bancos. Enfim, é a moeda que não está rendendo juros, aquela que não está aplicada em contas ou ativos remunerados.

Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não rendem juros, também são chamados, na literatura mais específica, de M1. Para alguns objetivos, os economistas incluem como moeda a chamada quase-moeda. O que é isso?

Quase-moeda são ativos que têm alta liquidez – embora não tão imediata – e que rendem juros, com os títulos públicos, as cadernetas de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, como letras de câmbio e letras imobiliárias.

Na verdade, existem vários conceitos de meios de pagamento, dependendo das quase-moedas incluídas, como se pode verificar na classificação abaixo:

### GLOSSÁRIO

**\*Moeda escritural** – total de depósitos à vista nos bancos. Fonte: Lacombe (2004).

**\*Moeda manual** – é o papel-moeda emitido pelos governos e carregado pelos indivíduos. Fonte: Lacombe (2004).

- **M1:** inclui o dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (ou moeda escritural). Este é o mais tradicional dos conceitos existentes sobre moeda. Quanto aos depósitos à vista (moeda escritural), estes constituem a maior parte do volume de meios de pagamento no mundo moderno, perfazendo um total de aproximadamente 80%, em média. Aqui a liquidez é plena;
- **M2:** M1 + fundos do mercado monetário + títulos públicos;
- **M3:** M2 + depósitos de poupança; e
- **M4:** M3 + títulos privados.

Importante!

Cabe destacar que tanto o papel-moeda quanto os depósitos à vista são considerados ativos monetários, ou seja, ativos que não rendem juros. Já os títulos públicos, cadernetas de poupança e certificados de depósitos bancários correspondem aos ativos não monetários, pois são ativos que rendem juros.

## Funções do Banco Central

O Banco Central – BACEN – é o órgão responsável pela política monetária que tem como objetivo regular o montante de moeda e de crédito, e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica.

O Banco Central deve procurar manter a liquidez da economia, atendendo às necessidades de transações do sistema econômico.

Podemos destacar as funções do Banco Central:

- banco dos bancos;
- banco do governo;

São duas as justificativas para a existência de um banco central.

Uma é de ordem macroeconômica, relativa às políticas monetária e cambial, e a outra, de ordem microeconômica, está ligada à estabilidade do sistema financeiro.

- controle e regulamentação da oferta de moeda;
- controle dos capitais estrangeiros e das operações com moedas estrangeiras;
- fiscalização das instituições estrangeiras; e
- executor da política monetária.

Para exercer suas macrofunções, o Banco Central utiliza os instrumentos de política monetária.

O Banco Central é ainda a instituição responsável pela emissão de moeda.

## Instrumentos de política monetária

São quatro os instrumentos clássicos de política monetária:

- **controle das emissões de moeda:** o Banco Central controla, por força de lei, o volume de moeda manual da economia, cabendo a ele as determinações das necessidades de novas emissões e respectivos volumes;
- **depósitos compulsórios ou reservas compulsórias (obrigatórias):** os bancos comerciais, além de possuírem os chamados encaixes técnicos (o caixa dos bancos comerciais), são obrigados a depositar no BACEN um percentual determinado por este sobre os depósitos à vista;
- **operações com mercado aberto (*open market*):** consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. Quando o governo coloca os seus títulos junto ao público, o efeito esperado é reduzir ou enxugar os meios de pagamento, já que parte da moeda em poder do público retorna ao governo como pagamento desses títulos. Ao contrá-

rio, quando o governo compra os títulos, efetua pagamento em moeda aos seus portadores, o que aumenta a oferta de moeda, e conseqüentemente, dos meios de pagamento; e

- **política de redesconto:** consiste na liberação de recursos pelo Banco Central aos bancos comerciais, que podem ser empréstimos ou redesconto de títulos. Trata-se, na verdade, de uma fonte acessível de empréstimo do BACEN para os bancos comerciais. Existem os redescontos de liquidez, que são os empréstimos para os bancos comerciais cobrirem um eventual débito na compensação de cheques, e os redescontos especiais ou seletivos, que são empréstimos autorizados pelo Banco Central visando a beneficiar setores específicos. Por exemplo, para estimular a compra de máquinas agrícolas, o Banco Central abre uma linha especial de crédito, pela qual os bancos comerciais emprestam (descontam) aos produtores rurais e redescontam o título junto ao BACEN.

O Sistema Bancário Comercial é formado por agentes que estão autorizados a receber depósitos à vista. Os principais agentes incluídos nessa definição são:

- bancos comerciais;
- Banco do Brasil; e
- Caixa Econômica.

Neste ponto, surge uma pergunta central: quem é o responsável pela oferta de moeda?

A oferta ou emissão de moeda é uma atribuição exclusiva do governo, através das autoridades monetárias. Não depende, portanto, da taxa de juros, mas da política econômica do governo, que determina a quantidade de moeda emitida por período de tempo.

Apesar de a emissão de moeda não depender da taxa de juros, existem critérios bem definidos que regulamentam a oferta monetária. Basicamente, a emissão de moeda é condicionada pelo crescimento do produto da economia. Assim, dois fenômenos podem ocorrer:

- **se a emissão de moeda for superior à produção, ou seja, se houver excesso de liquidez no mercado:** pode-se ter a elevação sistemática dos preços, também conhecida como inflação; ou
- **caso o aumento de moeda seja menor que o crescimento do produto:** pode-se ter, entre outras conseqüências, crise na economia, porque a falta de moeda – fenômeno que recebe o nome de crise ou falta de liquidez – dificulta as transações e prejudica o sistema econômico, ocasionando queda do produto.

Vamos ver agora como a taxa de juros influencia o seu dia-a-dia. Para isso, vamos recorrer a um exemplo bem simples.

Imagine que o sr. Silva queira abrir uma fábrica de confecções. Ele não tem dinheiro, mas tem um apartamento que está à venda. Como ele tem urgência de abrir a fábrica e não consegue vender o apartamento, então, ele vai pedir emprestado a um banco. Lá, o sr. Silva consegue um empréstimo ao vender um título de dívida para o banco, dando seu apartamento como garantia.

Agora, ele pode comprar as máquinas, os insumos, contratar mão-de-obra, etc., e montar sua fábrica de confecções. Percebe o que aconteceu?

O apartamento é uma mercadoria que tem uma capacidade de pagamento muito baixa, ou seja, quando você vai a uma loja comprar máquinas, você não pode pagar suas compras com, por exemplo, a pia da cozinha. Você tem de pagar com dinheiro.

O dinheiro é uma mercadoria vendida pelo banco. Assim como qualquer loja vende suas mercadorias (roupas, calçados, etc.), o banco também vende a sua (dinheiro). Entretanto, o dinheiro é uma mercadoria que possui alta capacidade de pagamento, ao contrário de roupas, sapatos, etc. Essa capacidade de pagamento é chamada de liquidez. Uma mercadoria é muito líquida quando todos a aceitam como pagamento. Como o dinheiro tem uma aceitação geral (por toda a sociedade), ele é considerado a liquidez por excelência.



Dessa forma, a taxa de juros é o pagamento para obtenção da liquidez, é o pagamento pelo uso do dinheiro.

**Bem, já sabemos o que é a taxa de juros. Entretanto, por que o valor dela varia tanto? Para umas pessoas, a taxa é mais baixa; para outras, é mais alta. Em um dia, ela está em certo patamar; no outro, já se modificou. Por que tantas variações?**

O valor da taxa de juros varia muito, porque ela depende de um fator muito importante: a expectativa dos empresários, banqueiros, governo, etc., quanto ao futuro da economia. Por exemplo, à medida que as expectativas de chuva no ano são boas, ou seja, as condições ambientais são favoráveis, um agricultor fica menos preocupado com a colheita. Pois, provavelmente, ele terá uma boa colheita e assim poderá saldar todos os seus compromissos. Entretanto, se as expectativas de chuva para o ano são ruins, esse mesmo agricultor não terá boas expectativas quanto à colheita e, conseqüentemente, ficará em dúvida se poderá saldar suas dívidas. Dessa forma, para melhorar as expectativas, o agricultor vai, por exemplo, reforçar a adubação do solo, aumentando seus gastos e, assim, incorrendo em custos de produção mais altos.

O mesmo acontece com a taxa de juros: à medida que as expectativas sobre o ambiente econômico futuro são boas, ou seja, as expectativas de vendas das empresas são favoráveis, os bancos cobrarão uma taxa de juros menor; num caso específico, à medida que estejam emprestando para uma empresa muito grande e sólida no mercado, as expectativas de receber a dívida são muito maiores do que quando emprestam para a padaria da esquina. Dessa forma, a taxa para umas empresas é menor do que para outras, o valor depende das expectativas da capacidade de pagamento.

Porém, quando as expectativas sobre o ambiente futuro são ruins – redução do montante de vendas das empresas, diminuição dos salários, etc. –, os bancos cobram uma taxa de juros maior para emprestar dinheiro, aumentando os custos das empresas. Essa taxa mais

alta é devida à expectativa de que as empresas venderão menos e, conseqüentemente, terão mais dificuldade de pagar o empréstimo. Assim, como o risco de não receber o empréstimo é maior, os bancos exigirão uma remuneração maior.

Dessa forma, percebemos que, quando as expectativas das pessoas (principalmente as do setor financeiro) quanto ao futuro são boas, os juros tendem a baixar; em caso contrário, os juros tendem a subir. Mas também há uma variação de empresa para empresa ou de pessoa para pessoa, de acordo com a respectiva capacidade de pagamento e o resultado da análise do projeto.

As expectativas, então, vão influir diretamente no valor das taxas que um banco vai cobrar para fazer um empréstimo. Principalmente, num item que eles chamam de **inadimplência\***.

## GLOSSÁRIO

**\*Inadimplência** – falta de cumprimento de cláusulas contratuais no prazo previsto, especialmente o não-pagamento de valores devidos na data do vencimento. Fonte: Lacombe (2004).

## RESUMO

Ao final desta Unidade, você já deve estar sabendo distinguir a moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, por que as pessoas, em alguns momentos, demandam moeda, e noutros, a retêm, e assimilado o significativo papel desempenhado pela taxa de juros no estabelecimento do equilíbrio macroeconômico.

## Atividades de aprendizagem

A Unidade 4 traçou considerações importantes sobre o sistema monetário. Se você realmente entendeu o conteúdo, não terá dificuldades de responder as questões a seguir. Se, eventualmente, ao responder, sentir dificuldades, leia novamente e procure ajuda junto ao seu tutor.

1. O que você entendeu por liquidez? Como está distribuída a sua riqueza? Ela tem liquidez?
2. Propomos que você faça uma tabela da evolução do M1, M2, M3 e M4 do Brasil de 2000 a 2006. O que você achou?
3. O que diferencia a moeda de outros ativos existentes na economia?
4. Defina o que é moeda-mercadoria e moeda de curso forçado. Qual é o tipo de moeda usada em seu município?
5. Quem é responsável por definir os rumos da política monetária no Brasil?
6. Explique como a política monetária anda afetando a sua vida e de sua família.
7. Por que os bancos comerciais mantêm recursos financeiros depositados no Banco Central?
8. Qual o efeito da contração monetária na taxa de juros?
9. Qual o efeito da expansão monetária na taxa de juros?
10. Por que a taxa de juros no Brasil é alta?

**Chegamos ao final da Unidade 4, na qual você conheceu ou relembrou a Teoria Monetária. É muito importante que você tenha compreendido como o sistema monetário funciona, para entender como ele pode sofrer intervenções da política monetária. Caso tenha ficado com dúvidas, faça contato com seu tutor!**



UNIDADE



**Noções de  
comércio internacional**

# Objetivo

Nesta Unidade, você vai conhecer os determinantes do comércio internacional, seus ganhadores e perdedores, bem como os argumentos a favor da restrição ao comércio. Apresentamos, ainda, noções de balanço de pagamentos e o papel da taxa de câmbio na alteração da economia.

## Os determinantes do comércio internacional

Caro estudante!

Estamos iniciando a Unidade 5. Após tomar conhecimento sobre o papel da política monetária na economia, vamos conhecer agora como se desenvolve o comércio internacional, cujo objetivo é a ampliação da economia, estudando a regulação das transações comerciais entre os países.

Você viu, na Unidade 1, que o comércio pode ser bom para todos. Comércio entre países não é como competição esportiva, em que um lado ganha, e outro, necessariamente, tem que perder. Na realidade, o que pode acontecer é que o comércio entre os países pode ser bom para ambas as partes. O comércio permite que os países ou regiões se especializem naquilo que fazem melhor e possam desfrutar, assim, de uma maior quantidade de produtos e serviços.

Leia a Unidade com atenção e anote todas as dúvidas. Lembre-se que seu tutor estará à disposição para auxiliá-lo!

Você já percebeu que a maioria dos objetos que adquirimos para o nosso consumo e bem-estar do dia-a-dia foram produzidos em um lugar distante, isto é, em um outro país? Consumimos desde automóveis fabricados no Japão, eletroeletrônicos e brinquedos da China, produtos farmacêuticos da Europa e petróleo da Argélia, na África. Em contrapartida, exportamos para as populações residentes nessas e em outras regiões uma variedade de produtos como aviões, madeira, frutas, soja, etc. O comércio internacional refere-se a todas essas trocas de bens e serviços que ocorrem através de fronteiras internacionais.

As dimensões dadas algumas vezes ao tratamento do comércio entre países podem sugerir que apenas os governos tomam decisões a respeito do comércio. Em se tratando das economias de mercado, cabe

sinalizar que a maior parte das decisões que determinam a magnitude, o conteúdo e a direção do comércio são tomadas pelas famílias e empresas. Todavia, é claro que, em alguns momentos, os governos podem, evidentemente, agir através de mecanismos de política econômica (incentivos fiscais, subsídios, política cambial, etc.) e políticas protecionistas (taxação na importação de alguns bens, fixação de quotas de importação e até barreiras fitossanitárias, no caso de produtos agropecuários), para influenciar as ações desses agentes econômicos.

A importância despertada pelas relações comerciais e o ganho obtido do comércio mundial geraram teorias econômicas próprias. Economistas como Adam Smith e David Ricardo são considerados os precursores em questões relativas às trocas no comércio internacional.

Adam Smith concebeu a idéia de “vantagens absolutas” de comércio e tornou bem mais explícitas as razões pelas quais a participação nas trocas internacionais seria interessante a uma nação. Smith (1981) acreditava que o comércio internacional somente seria possível quando o tempo de trabalho necessário para produzir, pelo menos um produto, fosse inferior ao de um outro país. Em outras palavras, isto nada mais era do que a compreensão de que cada nação deveria se especializar na oferta de mercadorias cujos custos de produção fossem menores que os das outras nações. Como exemplo, Adam Smith valeu-se das relações comerciais entre Portugal (tradicional país produtor de vinhos) e Inglaterra (tradicional país produtor de tecidos).

Pela teoria proposta, se Portugal tivesse que deslocar parte de seu capital (empregado na produção de vinhos) para produzir tecidos, certamente obteria menos tecidos e com qualidade inferior aos tecidos ingleses. Logo, concluímos que a contribuição de Smith para a teoria do comércio exterior provocou muitos debates e contribuiu, principalmente, para o surgimento de outras novas proposições. Detentor de uma nova formulação à proposta apresentada por Adam Smith sobre o comércio entre nações, Ricardo desenvolveu sua principal contribuição ao pensamento econômico: a Teoria das Vantagens Comparativas, abordada na Unidade 2. Para expor sua teoria, Ricardo também partiu do exemplo do comércio entre Portugal e Inglaterra, usado por Adam Smith.



Podemos afirmar, portanto, que um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se tiver um custo de oportunidade menor que outro país na produção deste mesmo bem. O modelo ricardiano de comércio internacional tem como pressuposto a especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagem comparativa melhor.

A comparação do preço interno com o preço praticado internacionalmente para o mesmo produto, portanto, com a mesma qualidade, indica que, se houver diferença entre eles (computado o custo de transporte), a região que tem menor preço tem vantagem comparativa na produção desse bem. Isto significa que o preço praticado lá fora reflete o **custo de oportunidade\*** do produto internamente. Portanto, o comércio entre os países se baseia, em linhas gerais, na vantagem comparativa. Segundo Mankiw (2005, p. 177), “[...] o comércio é benéfico, porque permite que cada país se especialize em produzir aquilo que faz melhor”.

### Você já ouviu falar que a atividade comercial pode vir a ser uma via de mão dupla?

O comércio aumenta o nível do bem-estar econômico do país quando os ganhos dos beneficiados superam as perdas dos prejudicados. Portanto, quando formos analisar quem ganha e quem perde com o comércio internacional, precisamos levar em conta essa realidade. Isto torna o debate bastante acalorado, pois a definição da melhor política comercial para um país precisa considerar efetivamente quem vai ganhar e quem vai perder. E isto não é fácil, pois quando isto ocorre, sempre temos uma disputa política.

Apesar de importante para os países, o comércio internacional é realizado, na prática, seguindo-se uma série de restrições, que variam de intensidade de acordo com o país. Tais restrições são necessárias, pois visam a proteger certos setores considerados estratégicos para a indústria nacional, impedindo, dessa forma, por exemplo, o avanço do desemprego no país e o aumento da dependência externa. Outros ar-

## GLOSSÁRIO

**\*Custo de oportunidade** – é um termo usado na Economia para indicar o custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o custo, até mesmo social, causado pela renúncia do ente econômico, bem como os benefícios que poderiam ser obtidos a partir desta oportunidade renunciada ou, ainda, a mais alta renda gerada em alguma aplicação alternativa. Fonte: Wikipédia (2007).

gumentos são apresentados como aqueles ligados aos setores da segurança nacional, proteção à indústria nascente e competição desleal. E, por fim, aqueles ligados à proteção como estratégia para melhorar a barganha com os parceiros comerciais.

As medidas protecionistas são tomadas a partir do uso de instrumentos utilizados para proteger o mercado nacional. São eles:

- **impostos de importação (tarifas):** valor adicional cobrado sobre as importações;
- **quotas à importação:** estabelecimento de quantidades fixas de importação;
- **subsídios à exportação:** benefícios concedidos aos produtores nacionais com vistas a ampliar o volume exportado;
- **política cambial;** e
- **regulamentações administrativas:** imposição de normas a produtos importados, com o objetivo de se restringirem as importações, como barreiras sanitárias, padrões de qualidade, etc.

Assim, podemos dizer que o comércio internacional deve ser o objetivo das nações, num cenário de competições igualitárias entre as indústrias nacionais e estrangeiras. É fundamental, nesse sentido, a ação do governo, promovendo uma política industrial de longo prazo e abertura econômica graduada, que não venha a trazer perdas, e sim benefícios para a nação.

## Taxa de câmbio

Dentro de uma nação, as transações realizam-se com a mesma moeda. No entanto, no comércio internacional são utilizadas diferen-

tes moedas. Daí surge a necessidade de converter uma moeda em outra, como forma de facilitar os intercâmbios comerciais. Logo, a **taxa de câmbio\*** é o mecanismo através do qual essa troca é possível, ou seja, é a expressão do número de unidades da moeda nacional por unidade de moeda estrangeira. Sua variação altera diversas variáveis econômicas, sobretudo aquelas relacionadas ao comércio exterior.

Isto mesmo, os países trocam entre si bens e serviços. No comércio internacional, não há apenas uma moeda a ser empregada para pagamento das transações. Todavia, ao se fecharem as referidas transações, o saldo é contabilizado em uma única moeda. Em outras palavras, é necessário que exista alguma forma de conversão.

A operação conhecida como taxa de câmbio faz a conversão da moeda nacional em moeda estrangeira. O número de unidades necessárias, em moeda doméstica, para adquirir uma unidade em moeda estrangeira tem sido regulado pela taxa de câmbio. Exemplo: taxa de câmbio do real em relação ao dólar = 2,20 (assim, entregam-se R\$ 2,20 para se obter US\$ 1,00).

O governo, alterando a taxa de câmbio, ou seja, a relação entre as moedas, vai interferir automaticamente na dinâmica das relações comerciais do país, uma vez que modifica a posição dos preços internacionais.

Observe os exemplos:

- supondo-se que a taxa de câmbio seja: R\$ 1,00 = US\$ 1,00 → o Brasil consegue exportar 1.000 toneladas de aço;
- num segundo momento, o governo brasileiro altera a taxa de câmbio para: R\$ 2,00 = US\$ 1,00 → o Brasil, a essa nova taxa, consegue exportar 2.000 toneladas de aço, pois quem possuía dólares teve seu poder de compra ampliado.

Este fato ocorre, porque a alteração da taxa de câmbio tornou a moeda brasileira desvalorizada, ou seja, mais “barata” em relação à estrangeira, e, conseqüentemente, nossos produtos caíram de preço no mercado internacional, tornando-se mais “atrativos” no exterior, resultando no aumento das exportações.

## GLOSSÁRIO

\*Taxa de câmbio – preço de troca da moeda de um país pela de outro país. Fonte: Lacombe (2004).

No Brasil, a taxa de câmbio representa o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Uma elevação desta taxa representa uma desvalorização, e o oposto, uma valorização.

O sistema cambial ou regime cambial é definido pela regra estabelecida para a formação da taxa de câmbio.

Existem, fundamentalmente, dois tipos de taxa de câmbio:

- **fixa:** é administrada pelo Banco Central (autoridade monetária) do país, quem rege a oferta e a demanda de moedas estrangeiras. A autoridade monetária estabelece, assim, a taxa de câmbio que considera a mais conveniente para a economia; e
- **flutuante:** regime cambial flexível, no qual a autoridade monetária não tem compromisso algum para apoiar determinada taxa. A oferta e a demanda de divisas são quem determinam a taxa de câmbio praticada.

## Balanço de pagamentos

### GLOSSÁRIO

**\*Balanço de pagamentos** – registro de todas as transações entre as pessoas físicas e jurídicas de um país e o restante do mundo em determinado período.  
Fonte: Lacombe (2004).

Como você já sabe, o comércio internacional gera um fluxo de transações econômicas, operações que envolvem movimentação de mercadorias e de serviços, bem como de pagamentos e recebimentos em moedas estrangeiras. O registro dessas transações econômicas, que o país realiza com o resto do mundo, num determinado período de tempo, ficou conhecido como **balanço de pagamentos\***.

O balanço de pagamentos pode ser entendido, então, como sendo o registro sistemático estatístico-contabilista das transações de um país com as outras nações durante um determinado período de tempo.

O resultado desse balanço é obtido através do somatório das contas:

- **conta-corrente:** formado por três subcontas:
  - **balança comercial:** registra a movimentação de mercadorias. Seu saldo é dado pela diferença entre vendas de

mercadorias efetuadas pelo país ao exterior e compras de mercadorias efetuadas pelo país no exterior. Se as exportações excedem as importações, temos um superávit, e ocorrendo o contrário, temos déficit na balança comercial;

- **balança de serviços:** registra as transações com os serviços. Essas transações são consideradas intangíveis. Exemplos: receita e despesa de transportes; receita e despesa de viagens internacionais; as rendas de capital; *royalties*\*; receitas e despesas com patentes, entre outros serviços; e
- **transferências unilaterais:** resultado das doações, remessa de dinheiro feita ou recebidas pelo país, etc.;
- **movimentos de capitais autônomos:** formados pela entrada ou saída de capitais. Sendo representados pelo capital de risco (investimento direto), de empréstimo ou especulativo; e
- **erros e omissões:** conta de ajuste devido às dificuldades de mensuração de algumas transações;
- **reservas (capital compensatório ou induzido):** quando o balanço de pagamentos apresenta resultado negativo (deficitário), deve-se cobrir essa lacuna com as reservas. Do contrário, se o resultado for positivo, ampliam-se as reservas.

Os governos acompanham anualmente as transações realizadas entre os países para saber o que acontece no campo dos pagamentos internacionais e para poder avaliar sua situação econômica. Um registro deficitário no balanço de pagamentos reflete que o país deve gastar suas reservas ou recorrer a empréstimos, com pagamentos de juros, no mercado financeiro internacional ou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para honrar seus compromissos. Esta é uma situação típica de quem gastou mais do que ganhou. Nesta situação, o governo utiliza os instrumentos de política econômica (política cambial, monetária e fiscal, etc.) com a finalidade de corrigir tais desequilíbrios.

## GLOSSÁRIO

\**Royalty* – expressão da língua inglesa que significa o pagamento que se faz àquele que possui uma patente, copyright, marca registrada, um recurso natural ou qualquer direito de uso exclusivo que seja resultante de um trabalho intelectual ou criativo com a finalidade de obter uma licença para uso desse direito. Fonte: Lacombe (2004).

## Saiba mais...

■ Sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil, sumário metodológico de toda a estrutura em:

[http://www.bcb.gov.br/sddsp/balpagam\\_p.htm](http://www.bcb.gov.br/sddsp/balpagam_p.htm)

## O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC)

A OMC – Organização Mundial do Comércio – entrou em funcionamento em 1º de janeiro de 1995, com o objetivo de regular e ampliar o comércio internacional dos países membros.

Esta organização é, na atualidade, o principal instrumento para o controle do comércio entre as nações, possuindo o poder de estabelecer normas e sanções aos países, quando necessário. Suas principais funções são:

- gerenciar os acordos multilaterais de comércio relacionados a bens, serviços e direitos de propriedade intelectual;
- administrar o entendimento sobre soluções de controvérsias;
- servir de fórum para as negociações;
- supervisionar as políticas nacionais; e
- cooperar com outras organizações internacionais.

Sempre que um país se julgar prejudicado pelas práticas (protecionistas) de seus parceiros comerciais, deve tentar negociações bilaterais. Se não for bem-sucedido nestas negociações, pode recorrer à OMC. Se essa julgar procedente a reclamação, procurará a melhor maneira de compensar o país prejudicado.

Deve-se salientar que a OMC, em princípio, condena as medidas **protecionistas\*** por entender que o livre comércio é a melhor forma de se realizarem as transações comerciais.

## Saiba mais...

■ Sobre negociações internacionais e informações sobre a Organização Mundial do Comércio em:  
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/omc/gatt.php>

## RESUMO

Estamos torcendo para que você tenha conseguido, a partir destas reflexões, enxergar o desenvolvimento do comércio internacional através da regulação das transações comerciais entre países. Com relação ao registro das transações econômicas que um determinado país realiza com o restante do mundo, ressaltamos no texto o balanço de pagamentos, enfocando a balança comercial, a balança de serviços, as transferências unilaterais, os movimentos de capitais autônomos, os erros e omissões, e as reservas (capital compensatório ou induzido).

## Atividades de aprendizagem

**Vamos conferir se você teve um bom entendimento do que abordamos nesta Unidade?**

**Para saber, realize as atividades propostas. Caso tenha alguma dúvida, faça uma leitura cuidadosa dos conceitos ainda não entendidos ou, se achar necessário, entre em contato com seu tutor.**

1. Segundo Mankiw (2005, p. 182), “[...] os países por vezes deixam de gozar dos benefícios do comércio simplesmente porque os

## GLOSSÁRIO

**\*Protecionismo** – barreiras à importação de bens e serviços, mediante impostos, cotas, proibições, exigências burocráticas, exigências pseudo-sanitárias etc., com a finalidade de proteger as empresas estabelecidas no país mediante subsídios, prêmios, redução de impostos, etc. Protecionismo é o oposto do comércio livre. Fonte: Lacombe (2004).

perdedores têm mais força política que os ganhadores. E os perdedores fazem *lobby* por restrições comerciais, como tarifas e cotas de importação”. Comente essa afirmação, à luz do que ocorre no Brasil.

2. Descreva o que é uma tarifa e relate seus efeitos econômicos quando é adotada.

3. Qual medida protecionista você adotaria para proteger o mercado interno de seu país? Justifique sua resposta.

4. Quais são as vantagens das taxas de câmbios flutuantes e das taxas de câmbio fixas?

5. O que aconteceu com a taxa de câmbio do Brasil nos últimos três anos? Valorizou ou desvalorizou?

6. Pesquise na internet, no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)), IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) ou IPEA ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)), os números sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil de 2000 a 2006. O que lhe chamou mais a atenção? Analise a evolução das principais contas.

7. O Estado da Federação onde você reside exporta o quê? Importa o quê? O que você acha disso para o desenvolvimento do Estado?

8. Explique a influência de valorizações e desvalorizações sobre o desempenho do balanço de pagamentos.

9. Procure avaliar os possíveis impactos de uma expectativa de desvalorização cambial sobre o movimento de capitais.

10. Como você vê o desempenho da OMC nesses últimos anos?

**Na Unidade 5, você conheceu os determinantes do comércio internacional, bem como o papel da taxa de câmbio na economia e noções sobre o balanço de pagamentos. Vimos que existem regras rigorosas a serem seguidas para que haja uma boa relação comercial entre os países, garantindo benefícios e minimizando prejuízos aos países envolvidos. Caso tenha ficado com dúvidas, releia a Unidade e, se necessário, faça contato com seu tutor.**



**UNIDADE**



# **Funções do setor público**

# Objetivo

Nesta Unidade, você vai compreender o porquê da regulação na economia, os mecanismos de intervenção do setor público e o papel desempenhado pelo Estado na atualidade.

## A intervenção governamental

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar a você os mecanismos de intervenção do setor público na economia, a partir do estudo das principais doutrinas econômicas: Clássica, Marxista, Neoclássica, Keynesiana e da Escola da Regulação. Vamos conhecer, ainda, o porquê da necessidade da regulação da economia.

É praticamente impossível, nos dias de hoje, procurar entender o funcionamento da economia sem considerar o papel do setor público nesse contexto.

Vimos, anteriormente, que o setor público é fundamental na organização do sistema econômico. Portanto, torna-se necessário compreender algumas questões relativas à sua dinâmica.

E então, o que está esperando para iniciar a leitura? Vamos juntos na busca de mais conhecimento!

É comum ouvir a tese de que o setor privado é mais eficiente do que o governo, que uma economia em que as empresas operam mais livremente funciona com maior eficiência do que uma economia onde ocorre uma forte atuação governamental. Como defender a participação do governo numa determinada economia diante da defesa do Estado mínimo, que influencia boa parte da sociedade em quase todos os países?

A regulação econômica está intrinsecamente ligada à ação do Estado na economia. Quando se fala em regulação econômica, vem à tona a necessidade da intervenção do Estado na economia. Para o professor Ronaldo Fiani, no artigo “Teoria da regulação econômica: Estado atual e perspectivas futuras”, publicado pela UFRJ – IE em 1998 e disponível em [www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/teoria\\_da\\_regulacao\\_economica](http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/teoria_da_regulacao_economica), a ação do Estado tem por finalidade limitar os graus de liberdade dos agentes econômicos no seu processo de tomada de decisões.

A discussão sobre regulação econômica começou a tomar maior expressão na agenda nacional a partir dos anos 1980 e tornou-se, hoje, questão essencial no processo de tomada de decisão em todos os cantos do mundo. Para melhor situar o debate, é necessário observar que essa contradição entre regulamentação e desregulamentação reflete bem o nível e a amplitude que o tema assumiu na contemporaneidade. Para Ronaldo Fiani (1998, p. 2):

[...] na verdade, a antinomia regulamentação versus desregulamentação, que vem presidindo até aqui a maior parte do debate, reflete em maior medida as vicissitudes da controvérsia política do que exatamente a natureza dos processos econômicos envolvidos no tema. Com efeito, esta polaridade só existe a partir da noção de mercado como instituição distinta e de comportamento autônomo frente às demais instituições sociais. Esta noção de mercado como um elemento que pode ser percebido como “isolado” do restante da sociedade, ainda que em vários contextos de análise possa se revelar um artifício simplificador bastante útil, quando se trata de discutir qualquer tema que envolva as relações entre economia e Estado, quase sempre conduz a um reducionismo equivocado, cujo efeito empobrecedor sobre o debate acaba produzindo conclusões que avançam muito pouco além do mero aperfeiçoamento de teses político-partidárias.

Nessa mesma linha de argumentação, o professor Ha-Joon Chang (2002) escreveu o artigo “Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria liberal do mercado e do Estado”, que foi publicado em 2002 no livro *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, da EDUnesp. Segundo o autor, o debate iniciado entre os intervencionistas e os defensores do livre mercado a partir dos anos 1970 marca, de forma mais categórica, um novo processo de intervenção do Estado na economia.

Sem querer entrar no debate do que vai ocorrer em consequência dessa polêmica, o certo é que uma nova onda de desenvolvimento começou a ocorrer nas economias capitalistas mais desenvolvidas, se espalhando, em seguida, para a periferia do sistema, através do que ficou conhecido como neoliberalismo, a partir dos anos 1990.

O elemento central e norteador desse debate se refere ao novo papel do Estado na economia. Milton Friedman, Friedrich Von Hayek, George Stigler, James Buchanan, Gordon Tullock e Anne Krueger destacam-se entre os nomes que defendem uma menor participação do Estado na economia.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, prosseguimos com uma pequena reflexão sobre o Estado na economia.

O Estado torna-se elemento fundamental na análise, quando se quer estudar a problemática da regulação econômica. Torna-se também o elo principal na modelação da relação, e influencia o sentido, a direção e o próprio conteúdo que dá substância a esse conjunto de preocupações.

Considerando a Economia como a ciência das relações de produção dentro de condições historicamente determinadas, a não inclusão do Estado como tema da economia se evidencia como uma omissão injustificável.

É importante saber que a própria gênese do capitalismo, na fase de acumulação primitiva, está relacionada a uma forma de Estado, e à medida que a indústria nascente foi se desenvolvendo, o Estado **Abso-lutista\*** e as classes que o garantiam abriram caminhos para o Estado liberal, cuja entrada em cena foi correspondida por mudanças na forma de funcionamento dos princípios econômicos.

No transcorrer da evolução do capitalismo, o Estado acompanhou de maneira ordenada a própria maturação do sistema. O Estado existente no capitalismo competitivo, que foi dominante no século XIX, se desenvolveu, passando do Estado liberal do capitalismo competitivo para o Estado regulador e autoritário do capitalismo de Estado. O caráter da influência exercida pelo Estado na economia muda, portanto, conforme a fase histórica.

**É importante esclarecer para você a influência que tem o Estado no desempenho da economia, através das principais doutrinas econômicas. Tal esclarecimento procede, tendo em vista o grau de relacionamento que teve e tem o Estado, em momentos de crise, com os principais setores da economia.**

[Conheça mais sobre estes importantes autores no Saiba mais.](#)

## GLOSSÁRIO

**\*Absolutismo** – doutrina política que prega a concentração de todos os poderes na autoridade máxima. Originou-se da necessidade de implantar o Estado-nação e da crise do feudalismo. Fonte: Lacombe (2004).

## Vamos, então, às diferentes correntes de pensamento econômico?

### Correntes do pensamento econômico

Os teóricos clássicos acreditavam que o Estado não deveria se opor ao livre funcionamento das forças que operavam no mercado. O próprio mercado seria o mecanismo auto-regulador do processo econômico, ao mesmo tempo em que controlaria possíveis eventualidades decorrentes de desequilíbrios temporários do sistema capitalista. O Estado deveria, fundamentalmente, proteger o mercado de qualquer tipo de intervenção. Estas limitações impostas ao Estado se fundamentam na crença de que o próprio sistema econômico de livre mercado se encarregaria de realizar a alocação ótima dos recursos. O Estado estaria a serviço de toda a sociedade, portanto, limitando-se a mediar e reconciliar os antagonismos naturais da sociedade competitiva, através de sua atuação como aglutinador do poder político. É a corrente liberal.

Em contraposição a esta concepção liberal, a corrente marxista criticou sistematicamente a índole do sistema capitalista. Para isto, mostrou que o modo de produção capitalista está fundado na exploração do trabalho assalariado. E, a partir desta constatação, procurou demonstrar que o Estado liberal se constituía em um Estado dominado pela classe que detinha a propriedade dos meios de produção. Em adição ao seu papel político de garantir a dominação de classe e a própria função ideológica de racionalizar a subordinação existente no sistema capitalista, o Estado desempenharia uma função econômica de fundamental importância no pensamento marxista, qual seja, a de assegurar as condições exteriores de produção e reprodução social.

O Estado passaria a ser o guardião protetor da reprodução do capital, guardião que, em certos momentos, chegaria mesmo a impor à própria classe dominante os limites da exploração da força de trabalho. Assim, na doutrina marxista, o Estado tornou-se a expressão mais

acabada das relações que caracterizam o capitalismo, em razão da institucionalização dos interesses comuns dos capitalistas, e mais, devido ao fato de que propriamente o Estado se constitui, por sob as aparências, em instrumento da classe dominante.

Contudo, em flagrante oposição ao pensamento marxista, a corrente neoclássica observou a sociedade como um conjunto de indivíduos cuja natureza seria inteiramente independente dos fenômenos sociais em consideração. A realidade social consistiria numa interação de indivíduos dotados de natureza invariável ou permanente. As relações de propriedade entrariam em cena apenas na medida em que se reconhecia que os resultados do processo distributivo dependiam das condições iniciais relativas à posse dos meios de produção. A doutrina neoclássica procurou fazer renascer o conceito do Estado liberal dos clássicos.

Assim, não deveria haver intervenção, a não ser de maneira muito limitada. Quando houvesse qualquer manifestação do Estado intervindo na economia, isto significaria uma situação patológica que deveria ser urgentemente eliminada. À proporção que o modo de produção capitalista continuou a ser preponderante, não restou alternativa aos simpatizantes desta corrente no pensamento econômico, senão a de apresentar, de modo bastante conveniente, o Estado como um poder ou força neutra na sociedade, que arbitraria entre as classes ou indivíduos.

Em contraste com a visão neoclássica, no paradigma keynesiano o Estado é chamado a desempenhar papéis e funções de suma importância para a manutenção do modo de produção capitalista. Dentro deste princípio, o Estado pode e deve intervir na economia de mercado com o propósito de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção. O elemento-chave da intervenção reside na administração da demanda efetiva por parte do Estado, através da política fiscal e /ou monetária.

Nota-se que a ação do Estado preconizado por Keynes visaria a criar mecanismos de estabilização em uma economia essencialmente instável, tendente ao desemprego e às crises cíclicas. A intervenção do Estado se limitaria, neste sentido, tão-somente a promover reformas capazes de preservar o capitalismo, e seu controle não devia interferir na iniciativa privada, com a sua atração aos lucros, pois era esta a força motriz da atividade econômica. A não-intervenção, em momen-

tos de crise, por certo, tornaria o modo de produção presa fácil de suas próprias contradições.

A Escola da Regulação ou Teoria da Regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa, nascida nos anos 1970, de uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procura ultrapassar, através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo norte-americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. A obra de Michel Aglietta *Régulation et crises du capitalisme* (1976) vale como fundadora desta corrente.

A Escola da Regulação definiu como forma institucional ou estrutural toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais à reprodução do sistema capitalista. De maneira geral, a combinação do regime de acumulação, modo de regulação e formas institucionais ou estruturais define um padrão de desenvolvimento.

Ao se considerar o modo de produção como dominante, tem-se três formas institucionais consideradas fundamentais pelos regulacionistas:

- moeda;
- relação salarial; e
- concorrência.

Para que essas três formas institucionais funcionem por completo, é necessária, basicamente, a existência do Estado-nação.

Não se pode conceber a existência de uma moeda sem imaginar a presença de um território nacional contrapondo-se ao internacional. Imaginar uma relação salarial acontecendo sem precisar um país e perceber as formas de concorrência sem a presença de centros de acumulação fracionados territorialmente é inconcebível. Assim, a idéia de espaço do Estado-nação é incorporada no arcabouço teórico dos regulacionistas. Portanto, a presença do Estado passa a ser considerada como uma importante forma de regulação.

É importante chamar aqui sua atenção para o fato de que vivemos a falência do modelo de desenvolvimento implantado pós-Segunda Guerra Mundial, qual seja, o modelo do bem-estar econômico praticado, principalmente, pelos países desenvolvidos. Quando os primeiros sinais de crise deste modelo se manifestaram, no final dos anos 1960 e 1970, o questionamento maior feito por aqueles que discordavam deste modelo se referia ao excesso de intervenção do Estado na economia, como a principal razão para a crise instalada.



Desse modo, a superação das dificuldades que se avolumavam pareceu exigir alguma explicação, encontrada na mudança de postura em relação à maneira de o Estado intervir na economia. E foi assim que surgiu a presença do **Estado mínimo\*** na economia brasileira.

Observe, portanto, que não é por outra razão que se torna ponto central da discussão no meio político e acadêmico, a partir desta época, a oposição entre mercado e intervenção do Estado, destacando-se, então, os estudos sobre os processos de regulação. Segundo Ha-Joon Chang (2002), os economistas neoliberais centravam suas análises na natureza imperfeita da intervenção do Estado na economia. Essa imperfeição resultava em:

[...] falhas de governo, na forma de confisco regulatório, busca de vantagens, corrupção e assim por diante. E dizem que o custo dessas falhas de governo é tipicamente superior ao das falhas de mercado, de modo que é melhor que o Estado não procure corrigir estas últimas, pois pode provocar um resultado ainda pior. (CHANG, 2002, p. 101)

Em nossa opinião, essa intervenção se dá para corrigir as falhas do mercado e assegurar a cidadania. A crise econômica, independentemente da sua amplitude, significa, em última instância, uma ineficiência econômica. Embora os mercados competitivos funcionem teoricamente bem, na prática ocorrem falhas. Logo, o governo intervém na economia, porque os mercados não funcionam bem, distorcendo o processo de alocação de recursos.

## Saiba mais...

- Sobre **Milton Friedman** em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton\\_Friedman](http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Friedman)
- Sobre **Friedrich Von Hayek** em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Hayek](http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Hayek)
- Sobre **George Stigler** em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/George\\_Joseph\\_Stigler](http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Joseph_Stigler)
- Sobre **James Buchanan** em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/James\\_Buchanan](http://pt.wikipedia.org/wiki/James_Buchanan)

## GLOSSÁRIO

**\*Estado mínimo** – Estado derivado das consequências do pensamento oriundo da Revolução Francesa e da Revolução Americana, que prega o liberalismo. A burguesia conseguiu, após essas revoluções, alcançar esse patamar e fazer com que o Estado interferisse minimamente, cuidando apenas da segurança interna e externa. Fonte: Wikipédia (2007).

- Sobre os modelos teóricos, as orientações políticas, as grandes escolas do pensamento liberal e o neoliberalismo, ver o livro de Reginaldo Moraes *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- Acesse a palestra proferida pelo professor José Luis Fiori no Centro Cultural Banco do Brasil, em setembro de 1996, sobre o que é “O Consenso de Washington”, disponível nos sites:  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso\\_w.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm)  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>
- Pesquise sobre a Escola da Regulação em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_da\\_regula%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_da_regula%C3%A7%C3%A3o)
- Sobre o modelo de desenvolvimento implantado no pós-Guerra, principalmente o período 1945–73, a ascensão da hegemonia norte-americana, o padrão ouro-dólar e o acordo de Bretton Woods, a ruptura geopolítica e econômica de 1973 e as tendências geopolíticas atuais, assista o mais rápido que puder ao Curso de História Econômica em DVD sobre a formação do sistema político mundial apresentado por Maria da Conceição Tavares e Luiz Fiori, e que se encontra disponível na videoteca de Economia da UFRJ. Alguns textos da professora Maria da Conceição Tavares sobre esse assunto podem ser encontrados no site <http://www.abordo.com.br/mctavares/>.

## Por que regular?

A necessidade da regulação torna-se premente em função da constatação de que os mercados não estão funcionando a contento. Mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que o mercado não é capaz de fazer de maneira eficiente o processo de alocação e distribuição dos recursos.

Enquanto a regulação assegura a correção das falhas, a desregulamentação deixa o mercado solto das amarras da regulação. Mas as

falhas não são apenas do mercado, em alguns casos os governos também cometem algumas falhas que não são fáceis de serem abordadas. A discussão sobre as **falhas de mercado\*** procura centrar suas análises sobre o ótimo de Pareto, segundo o qual ninguém consegue aumentar seu próprio bem-estar sem reduzir o de alguma outra pessoa, e faz uso teórico da análise do equilíbrio parcial ou geral.

Na concepção de Ha-Joon Chang (2002), se o mercado falha é porque não está funcionando na condição de “mercado ideal”. Na visão tradicional, o mercado ideal equivale ao mercado perfeitamente competitivo.

O mercado perfeitamente competitivo baseia-se nas seguintes suposições:

- aceitação de preços; e
- homogeneidade de produto, com livre entrada e saída de empresas.

Em função da grande quantidade de empresas participantes do mercado, cada uma vende uma parte pequena do total da produção que vai para o mercado, e as suas decisões não influenciam no preço praticado. Isso normalmente ocorre em mercados nos quais as empresas produzem produtos idênticos ou quase idênticos.

Essa homogeneidade dos produtos é que assegura a existência de preço de mercado único e de modo consistente com a análise da oferta e procura. Como as empresas são pequenas, elas podem livremente entrar ou sair deste mercado sem incorrer em grandes custos adicionais. Contudo, há uma implicação – os compradores podem facilmente mudar de fornecedores.

**É importante destacar que a economia neoclássica é a que mais vê importância no funcionamento do mercado, ou seja, o mercado é a essência da economia. Quando há falhas de mercado, há falhas na lógica do modelo de desenvolvimento, podendo ocorrer intervenções por parte do governo, com o intuito de reverter essas falhas que imobilizam a lógica da reprodução do modelo.**

## GLOSSÁRIO

**\*Falha de mercado** – situação em que o mercado deixado por sua própria conta não é capaz de alocar eficientemente os recursos. Entre as principais razões para isso, encontram-se as informações assimétricas, as externalidades e os chamados bens públicos. Fonte: Lacombe (2004).

O referido artigo foi publicado em 2003 pelo IPEA e está disponível no endereço <http://www.ipea.gov.br> sob o número 941.

Para a economista Lúcia Helena Salgado (2003), em seu artigo “Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional”:

[...] o grande desafio para regulamentação econômica é encontrar o ponto ótimo que viabilize a lucratividade, de um lado, e o bem-estar dos consumidores, de outro, na forma de disponibilidade de bens e serviços de qualidade e a preços razoáveis. (SALGADO, 2003, p. 2)

De maneira geral, as funções da regulação são:

- proporcionar o desenvolvimento econômico, através da promoção do bem-estar de consumidores e produtores;
- reproduzir as condições de competição; e
- garantir a existência do mercado como instituição capaz de assegurar regularidade de comportamento aos membros da sociedade.

Atente para a versão neoclássica do momento, que aponta algumas razões para justificar a ocorrência destas falhas, portanto, justificando a intervenção do Estado. São elas:

- **poder de mercado:** ocorre quando algum empresário de algum fator de produção possui capacidade de influir no preço de seu produto. Enquanto, para uma empresa competitiva, o preço é igual ao custo marginal, para a empresa com poder de mercado o preço é superior ao custo marginal;
- **informações incompletas:** significa que os consumidores (demanda do mercado) não possuem todas as informações a respeito dos preços ou da qualidade do produto. Isto pode levar o mercado a operar de forma não eficiente, gerando assimetria de informações;
- **externalidades:** são ações pelas quais um produtor ou um consumidor influencia outros produtores e consumidores, sem sofrer as conseqüências disto sobre o preço de mercado.

Quando o sistema de preços funciona de forma eficiente, isto não acontece. Assim sendo, quando há externalidades (positivas ou negativas), significa que está ocorrendo alguma falha de mercado. A existência de externalidades implica dizer que o funcionamento do mercado não é mais eficiente;

- **bem público:** é aquele que não apresenta rivalidade em seu consumo, é exclusivo e disputável. Dentro dessas características, o mercado não consegue ofertar com frequência e quantidade suficiente esse tipo de produto aos consumidores, e com isso o mercado se torna ineficiente. Isto significa que o custo marginal de oferecê-lo para um consumidor adicional é zero, e as pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Exemplo: utilização de uma praça pública; segurança pública.
- **ocorrência de desemprego e inflação:** quando há desemprego, significa dizer que os recursos humanos disponíveis não estão sendo bem utilizados, portanto, há uma falha de mercado na alocação destes recursos. O mesmo acontece com o fenômeno da inflação. Quando ocorre inflação existe algum desequilíbrio na economia, e desta forma, uma falha de mercado.

Podemos notar que o livre funcionamento do mercado não garante a solução de problemas como a existência de altos níveis de desemprego e inflação. Assim, há espaços para a intervenção do Estado, no sentido de se implementarem políticas econômicas, objetivando-se a manutenção da estabilização, através do maior controle do desemprego e da estabilidade de preços.

Uma das questões centrais em economia, muitas vezes desconsiderada pelos críticos, se refere à existência de conflitos entre os objetivos perseguidos pela autoridade governamental através do uso da política econômica. É preciso ter clareza de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes. Afinal, a economia é uma ciência social.

Para alcançar os objetivos de política econômica, tais como crescimento da produção e aumento do emprego, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e distribuição de renda, entre outros, o governo dispõe de alguns instrumentos, entre eles:

- política fiscal;
- política monetária;
- política cambial e de comércio exterior; e
- política de rendas.

Já falamos sobre a política monetária na Unidade 4, da política cambial e de comércio exterior na Unidade 5. Agora, chegou o momento de entender um pouco mais a política fiscal.

## O que é política fiscal?

O termo política fiscal refere-se ao comportamento e à administração das receitas e despesas do setor público. As despesas do governo derivam da prestação de serviços e/ou da produção de bens pelo setor público, tais como o pagamento de salários de funcionários públicos, obras, aposentadorias, etc., além do pagamento de juros, que, atualmente, é o mais pesado, correspondendo a gastos improdutivos, ou seja, gasto que não traz nenhum bem-estar para a sociedade. As receitas resultam, basicamente, da arrecadação de impostos e contribuições, cuja finalidade principal é financiar as despesas.

## Déficit e superávit

Superávit, apesar de comumente ser considerado um bom resultado, nem sempre o é, vai depender do contexto macroeconômico em que ocorre e dos fatores que o geraram. Se, por exemplo, for fruto de uma carga tributária excessivamente elevada, podendo, futuramente,

haver sonegação de impostos, não é considerado um bom resultado. Podemos citar um outro exemplo, se for fruto de uma redução dos gastos públicos essenciais à economia, também não pode ser considerado um bom resultado.

Da mesma forma, o déficit nem sempre é o vilão da economia. Se puder ser facilmente financiado e tiver sido provocado pelo governo, visando, incentivar um aumento do nível de produção e emprego na economia, passa a ser um bom resultado.

Podemos falar ainda em déficit ou superávit primário e nominal, através de dois conceitos:

- **conceito primário:** seja ele déficit, seja superávit, quando nos referimos ao conceito primário estamos levando em consideração as contas do governo sem incluir pagamentos de juros da dívida (externa ou interna) e sem incluir ajustes financeiros. Então:

Resultado Primário: receitas – despesas (sem incluir pagamentos de juros); e

- **conceito nominal:** seja ele déficit, seja superávit, inclui pagamento de juros da dívida (interna ou externa), correção monetária e correção cambial. Então:

Resultado Nominal: receitas – despesas (inclui pagamentos de juros).

Para verificar o entendimento do conteúdo até aqui, analise a frase: “O governo gasta muito; há superávit primário, mas há déficit nominal”.

O superávit primário está mostrando que o governo arrecadou mais do que gastou. O conceito “primário” indica não-pagamento de juros da dívida, como já vimos anteriormente. Significa que o que o governo gasta apenas com educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico, etc., alcançou um resultado superavitário. Por que, então, o déficit nominal indicado na frase? Devido ao pagamento de juros da dívida.

Dessa forma, observa-se que, somando todas as receitas e descontando os gastos com saúde, educação, etc., foi alcançado um resultado positivo. Ao se pagarem juros da dívida, verifica-se déficit nas contas públicas. Então, perguntamos, o governo gasta muito? Justifique a sua resposta!

## Opções de política fiscal

O governo pode assumir duas posturas de intervenção na economia:

- **sentido expansivo:** aumentar os gastos públicos e reduzir os impostos, com o objetivo de ampliar a produção e o emprego na economia; e
- **caráter restritivo:** reduzir a produção, proporcionando o aumento do desemprego: os gastos públicos são diminuídos, e os impostos são aumentados.

Normalmente, essas posturas são assumidas pelos governos em função dos seus objetivos de política econômica. Portanto, antes de qualquer crítica, é importante entender o que o governo deseja.

Para aplicação das políticas econômicas, principalmente a política fiscal, devem-se verificar quais os resultados previstos. Se o alcance dos objetivos envolve custos econômicos ou sociais elevados, ainda que a eficácia seja comprovada, a política pode não ser recomendável.

## Déficit X nível de atividade

O governo pode provocar déficit através da política fiscal expansiva, visando a incentivar um aumento do nível de produção e emprego, ou melhor, elevar o nível de atividade da economia.



O aumento dos gastos públicos estimula um aumento da produção das firmas por duas vias:

- **diretamente:** quando o setor público compra bens e serviços das empresas e famílias; e
- **indiretamente:** quando as famílias, de posse de uma renda maior, elevam a sua demanda por bens de consumo, e, portanto, aumentam as vendas das que atuam neste setor.

A redução de impostos também estimula a produção, visto que permanecerá uma maior renda no setor privado, podendo este reinvestir mais, assim como um acréscimo da renda das famílias, podendo estas aumentar o consumo. Então, uma redução dos impostos altera o nível de emprego e salário. Logicamente, essa alteração no nível de emprego e salário dependerá da propensão dos contribuintes a poupar, que se refere à capacidade de poupança das famílias, ou seja, o quanto da renda disponível o contribuinte consegue poupar em determinado tempo.

Já o aumento dos impostos representa um vazamento da renda do setor privado, que poderia ser alocada na compra de bens e serviços no mercado. Dessa forma, age sobre a demanda agregada (todas as demandas do país) no sentido oposto ao de suas despesas, ou seja, reduz a produção.

Como você observou, o aumento dos gastos públicos estimula o nível de atividade econômica direta e indiretamente (através do consumo). Devido a esse estímulo indireto ao consumo, diz-se que os gastos do governo têm um “efeito multiplicador” sobre a atividade econômica, porque resultam em um aumento mais que proporcional na demanda agregada e também no PIB (Produto Interno Bruto). Ou seja, um aumento dos gastos do governo provocará igual aumento da renda da economia. À medida que esse primeiro aumento da renda começa a estimular novos gastos de consumo, a demanda agregada por bens e serviços é novamente acrescida. Assim, esses novos gastos de consumo vão gerar um novo aumento da renda da economia.

Geralmente, essa maior tendência a consumir acontece nas economias menos desenvolvidas (países subdesenvolvidos), onde existe

um alto grau de concentração de renda (ou número elevado de famílias de baixa renda em comparação com as de renda elevada). Nesses países, quando há um aumento na renda, a tendência maior é a de consumir, e não a de poupar. Assim, um pequeno aumento dos gastos do governo é capaz de produzir um grande impulso na demanda agregada e também no nível de atividade da economia.

Dessa forma, podemos concluir que um aumento de gasto público (G) gera aumento no emprego (E), que gera mais salários (W), o que faz aumentar a renda (Y) e aumentar o consumo (C). Aumentando o consumo, aumenta a receita (R) do governo, pois mais impostos serão recolhidos. E assim sucessivamente.

## Financiamento

### Você saberia dizer como é financiado o déficit?

Ao longo do século XX, na maioria dos países, o setor público aumentou sua participação na atividade econômica, o que o fez incorrer em custosos déficits (particularmente com o pagamento de juros). Isso implica necessidades crescentes de financiamento. Para atender a essas necessidades, pode-se contar com três procedimentos:

- **impostos:** ainda que apareçam como uma forma natural de financiar gastos públicos, apresentam uma série de limitações, pois, quando existe déficit, os impostos são insuficientes para atender aos gastos. Além disso, seria uma medida impopular o aumento dos impostos, e, em período de recessão, agravaria, ainda mais, a situação (pois inibiria a produção privada, por exemplo);
- **emissão de moeda:** consiste na emissão de moeda (criação de dinheiro), pois, como já vimos, o setor público, por meio do Banco Central, é o responsável pela emissão do dinheiro. Com isso, poderíamos pensar que basta recorrer à emissão

monetária para atender às necessidades de financiamento do déficit. No entanto, este procedimento implicaria o aumento da pressão inflacionária e a perda do valor dinheiro; e

- **emissão da dívida pública:** quando o Estado põe à venda títulos públicos. Essa iniciativa também tem implicações monetárias, dado que os fundos financeiros não são ilimitados e que a emissão da dívida pública pode reduzir as possibilidades de financiamento da iniciativa privada, assim como contribuir para aumentar a taxa de juros.

## Política fiscal e taxa de juros

Pode-se dizer que a política fiscal influencia a taxa de juros em duas situações:

- **quando se decide vender títulos no mercado:** o que faz reduzir a quantidade de dinheiro no mercado que poderia ser destinado aos investimentos privados. Assim, quando ocorre procura de empréstimos por parte das empresas e famílias, para realizarem investimento, a taxa de juros tende a aumentar, pois a oferta de dinheiro para investimentos foi reduzida, já que foi destinada para compra de títulos; e
- **quando se decide atrair capital especulativo:** através do aumento da taxa de juros, para financiar gasto público, pagar juros de dívida e amortizar a dívida.

## Tributação

É a principal e a maior forma de receita do governo. Os impostos são uma imposição do Estado a indivíduos, unidades familiares e

empresas, para que paguem uma certa quantidade de dinheiro em relação a determinados atos econômicos (consumo, salários, lucros, etc.).

## Tipos de imposto

Os impostos podem ser de diferentes tipos. Veja:

- **diretos:** incidem sobre os indivíduos (contribuintes), e não sobre os bens. Exemplo: Imposto de Renda;
- **indiretos:** incidem sobre bens e serviços adquiridos pelas pessoas. Exemplos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- **progressivos:** é o caso do imposto direto, ou seja, quanto maior a renda, mais se paga de imposto;
- **regressivos:** é o caso do imposto indireto, ou seja, independentemente da renda, todos pagam o mesmo imposto para adquirir os bens e serviços. Dessa forma, há uma incidência maior do imposto sobre as pessoas que têm menor renda; e
- **proporcionais:** seu percentual permanece constante em relação à renda.

O Quadro 2 mostra um exemplo de como é a participação dos impostos progressivo, regressivo e proporcional em relação à renda familiar:

Renda Familiar	Imposto Progressivo	Imposto Regressivo	Imposto Proporcional
R\$ 1.000,00	20%	20%	20%
R\$ 2.000,00	25%	15%	25%

Quadro 2: Participação dos impostos

Fonte: elaborado pelos autores

---

---

*No Brasil, a estrutura tributária é fortemente regressiva, em função da predominância de impostos indiretos, ao contrário do que se observa em outros países. Uma maior incidência de impostos indiretos penaliza mais a classe de renda baixa.*

---

---

## Qualidade de vida X distribuição de renda

A qualidade de vida da população está altamente associada à distribuição de renda. Esta depende do conjunto de impostos de um país, e também das transferências e dos pagamentos que o governo faz para a sociedade.

Se for feita uma política com base na tributação e no pagamento de transferências (pensões, aposentadorias, auxílio-remédios, etc.), é possível ter vários tipos de renda.

Tributando as classes mais ricas, via modificações de impostos, pode-se aliviar as classes mais pobres. Essa mudança na incidência tributária pode ser feita pela modificação de impostos regressivos para impostos progressivos. Quando se reduz a carga regressiva (IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) e aumenta a carga progressiva, está-se distribuindo renda e melhorando as condições de vida da população.

Pode-se usar, ainda, a política fiscal para aumentar o pagamento de transferências da população mais pobre, ou seja, aumentar aposentadorias, criar auxílio-remédios, etc. Pode-se, também, reduzir o pagamento de transferências da população com renda mais elevada (cortando privilégios e reduzindo altas aposentadorias, por exemplo).

O governo pode, também, adotar uma política salarial favorável ao trabalhador. Ao ajustar ou estabelecer um salário mínimo corrigido periodicamente, permite que o ganho real dos trabalhadores não seja deteriorado e até mesmo elevado.

Com uma distribuição mais igualitária de renda, consegue-se uma melhor qualidade de vida da população. No entanto, essa não é a realidade brasileira. A má distribuição de renda no Brasil chama a atenção pela concentração nas mãos de poucos. Dessa forma, qualquer projeto de desenvolvimento para o país deve objetivar a reversão dessa desigualdade.

## Saiba mais...

- Sobre o processo de regulação na economia brasileira em:  
<http://www.cade.gov.br/>
- No site do professor Gesner de Oliveira:  
<http://www.goassociados.com.br/>
- Sobre a Política Fiscal no Brasil, visite o site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:  
<http://www.planejamento.gov.br/>

## RESUMO

Aqui foram destacados o pensamento das principais Escolas Econômicas sobre as intervenções do setor público na economia e a presença do Estado como regulador. No que diz respeito à indagação levantada no texto sobre por que regular, esperamos que você tenha percebido que é para corrigir as falhas no mercado.

## Atividades de aprendizagem

Para que você possa se certificar de que entendeu o que foi abordado nesta Unidade, apresentamos alguns questionamentos. É importante que você procure respondê-los e, caso

encontre dúvidas em alguma questão, volte, releia o texto e também conte com seu tutor para auxiliá-lo.

1. Faça um levantamento de quanto foi o superávit do setor público de 2000 a 2006, quanto foi pago de juros nominais nesse período e como está o serviço de água, energia elétrica, telefonia e transporte na sua região.
2. Levante a participação do gasto público no PIB no Brasil de 2000 a 2006.
3. A Constituição Federal de 1988 tornou o gasto público mais rígido no Brasil? Quais foram as principais vinculações da arrecadação que já têm destinação garantida para serem gastas?
4. Quais são as transferências constitucionais para Estados e Municípios existentes no Brasil?
5. Faça uma reflexão sobre o sistema tributário brasileiro.
6. Quais são as formas de financiamento do déficit público encontradas no Brasil?
7. Quais são os riscos para um país ter uma dívida pública elevada?

**Caro estudante!**

Nesta Unidade, você conheceu ou lembrou, caso já conheça, os mecanismos de intervenção do setor público na economia a partir do estudo das principais doutrinas econômicas. Estes conhecimentos são fundamentais para o sucesso desta disciplina. Caso tenha ficado com dúvidas em algo que lhe foi apresentado, volte, releia e faça contato com seu tutor para esclarecer. É igualmente importante que você busque ampliar seus conhecimentos nas indicações de leitura do “Saiba mais” e também em outras fontes de pesquisa que sejam de seu conhecimento e que, inclusive, poderão ser compartilhadas com seus colegas de curso através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Procure estar sempre atualizado, pois isto é fundamental para um bom profissional.





UNIDADE



# **Evolução do pensamento econômico**

# Objetivo

Nesta Unidade, você vai conhecer as principais Escolas do Pensamento Econômico para que possa ter uma leitura da formação da base dessa enorme estrutura em que nos encontramos instalados e estar mais seguro na profissão para as tomadas de decisões.

## O pensamento econômico na Antigüidade Clássica

Caro Estudante!

Estamos iniciando nossa última Unidade. Você vai acompanhar a evolução histórica da Economia. Para tanto, estudaremos as contribuições das principais correntes do pensamento econômico, tendo como ponto de partida a fase pré-científica, que vai da agricultura primitiva, passando pelos tempos bíblicos até chegar aos mercantilistas e, daí, aos pensadores clássicos, marxistas, neoclássicos, keynesianos e pós-keynesianos.

Leia com atenção e realize as atividades que estão indicadas no final da Unidade. Sua leitura, a realização das atividades e os contatos com seu tutor e os professores têm um só objetivo: ajudá-lo no processo de construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades que caracterizarão seu novo perfil profissional ao final deste curso.

Bem-vindo à história da dinâmica econômica!

A história da Economia evoluiu *pari passu* com os períodos que caracterizam a história da humanidade.

É desnecessário dizer da importância da história econômica da humanidade, tanto pré-clássica quanto a mais atual, para os economistas. Entretanto, é somente entendendo a dinâmica da história econômica das civilizações que você poderá compreender toda a complexidade que domina a ciência econômica e a sociedade atuais.

Desde Moisés até os mercantilistas, a sociedade mundial viveu em complexidades. E foi dessa complexidade que, um século depois, após o fim dos ideais mercantilistas do século XVII, o mundo percebeu a necessidade de ter economistas.

Esse período da Antigüidade Clássica, em sua primeira fase, abrange os anos 4000 a 1000 antes da Era de Cristo. Os povos predo-

minantes eram os da China, Índia, Assíria, Babilônia, Mesopotâmia, Egito, e outros da Antigüidade Oriental e Ocidental. Nesse período, não se podia cogitar que a atividade econômica fosse sofisticada. Longe disso. Predominava a economia de subsistência e o autoconsumo. As sociedades, por sua vez, ainda eram desestruturadas, sem características, inclusive, de sociabilidade. Predominava o nomadismo tribal.

Após essa fase inicial, o homem começou a pensar em se fixar em algum lugar. Teve início, assim, a fixação dos primeiros agrupamentos humanos na sociedade patriarcal, surgindo o conseqüente direito de propriedade na economia agrária. O trabalho nessas sociedades era do tipo escravo, sendo raro ou reduzido o comércio entre os diferentes agrupamentos, prevalecendo uma economia de subsistência ou de autoconsumo, sem a preocupação da formação de “sobras” ou **excedente\*** destinado às trocas ou ao escambo. Tudo o que se produzia tendia a ser consumido. Ninguém pensava em lucro, em riqueza, em capitalismo ou em se capitalizar. Muitos menos em globalização.

Os regimes, nessas civilizações da Antigüidade, eram, em geral, **teocráticos\***, e obedientes à férrea disciplina e ao controle total do comércio pelos seus dirigentes. Embora existindo um intercâmbio econômico rudimentar (trocas entre pessoas e pequenos povoados), e a moeda, como facilitadora das trocas, tivesse já evoluído para as suas características mais sensíveis, com a utilização já de alguns metais, os fatos econômicos ainda não mereciam estudos especiais, o mesmo ocorrendo com a atividade econômica.

Nesse período, ainda não havia um clima propício para o surgimento de uma Ciência Econômica. Os fatos e fenômenos econômicos estavam adstritos às ciências filosóficas, religiosas e jurídicas, à moral e à política, também não totalmente estruturadas.

## GLOSSÁRIO

**\*Excedente** – parte da riqueza produzida que excede a consumida, ao longo do processo produtivo. Fonte: Wikipédia (2007).

**\*Teocrático** – vem de teocracia e significa uma forma de governo no qual de o povo é controlado por um sacerdote ou líder religioso que governa, supostamente, segundo o desejo de uma divindade. A teocracia pode ser também regime político ou religião. Fonte: Wikipédia (2007).

## Contribuições da civilização greco-romana para o pensamento econômico

A partir da civilização greco-romana, no ano 1000 a.C., nota-se uma preocupação mais concreta com os fatos econômicos, surgindo estudos embrionários sobre riqueza, valor econômico e moeda.

**Xenofonte**, pensador grego, escreveu a obra *Os econômicos*, discorrendo sobre a utilidade e as riquezas econômicas, sobre a agricultura e sua importância econômica, e afirmava que a riqueza estava intimamente relacionada com as necessidades humanas. Platão e Aristóteles também deram a sua contribuição para a Economia. Platão, aliás, delineou um Estado a ser governado por filósofos. Também aprovava a escravidão e preconizava a diminuição das populações por uma depuração da raça. Foi um autêntico precursor de **Malthus**, acentuava a importância da divisão do trabalho ou da especialização de funções, e ressaltava o papel de destaque a ser emprestado às elites culturais.

Da civilização grega, ficaram muitos ensinamentos. De Platão, ficou o Comunismo Utópico, em sua *República*, e seus escritos sobre a produção, e a riqueza e os seus limites; e de Aristóteles, suas análises sobre a sociedade privada, declarando que a propriedade comunal, preconizada por seu mestre Platão, retiraria o incentivo à produção. Procedeu a profundas análises sobre a Teoria do Dinheiro, as trocas e o valor, e sobre as funções da moeda.

### Para saber mais

**\*Xenofonte (427–355 a.C.)**– discípulo de Sócrates, é conhecido por seus escritos sobre a história do seu próprio tempo, pelos discursos de Sócrates e sobre a Grécia. A dissertação histórica que Xenofonte faz na obra *Anabasis* é um dos mais antigos exemplos de análise de caráter de um líder feita por um historiador. Esse tipo de análise se tornou conhecido nos dias de hoje como a Teoria dos Grandes Homens. Fonte: Wikipédia (2007).

**\*Thomas Robert Malthus (1766–1834)**– economista britânico, cujas obras exerceram influência em vários campos do pensamento e forneceram a chave para as teorias evolucionistas de Darwin e Wallace. Defendia que qualquer melhoria no padrão de vida de grande massa é temporária, pois ela ocasiona um inevitável aumento da população, que acaba impedindo qualquer possibilidade de melhoria. Escreveu *Princípios de Economia Política* (1820) e *Definições em Economia Política* (1827). Fonte: Wikipédia (2007).

## O Império Romano e sua contribuição ao pensamento econômico

Gastaldi (1999) assinala que, na história da civilização de Roma, se encontram muitos dos elementos que caracterizam o moderno capitalismo. Os romanos foram os principais estadistas, juristas e construtores de impérios. Entretanto, embora a história romana tenha se evidenciado por lutas de conquistas, construindo em seu primeiro estágio uma República e depois um Império mundial, dominando toda a área do Mediterrâneo, incluindo a Ásia Menor, o norte da África, a França (Gália), a Espanha, abrangendo partes da Europa Central até o Rio Danúbio e chegando à Inglaterra e à Escócia, suas contribuições culturais não podem ser subestimadas, ainda que não possam ser comparadas às da Grécia, que enriqueceu muito mais a civilização.

Um dos traços da civilização romana foi a expansão agrícola, que favoreceu a sua economia e, notadamente, a sua agricultura, e que foi um dos determinantes da expansão do poderio político do Império. De uma outra forma, o declínio de sua agricultura foi a principal causa de sua queda. Agressiva foi a política de expansão comercial de Roma, que proporcionou vultosos lucros, ao mesmo tempo em que despertou a rivalidade com o poder comercial de outros povos, notadamente de Cartago. Isto posto, os acordos comerciais foram substituídos pelos conflitos armados.

Com o Império Romano:

- consolidava-se a expansão comercial;
- consolidavam-se as funções do dinheiro;
- criavam-se os impostos mais elevados;
- aumentavam as despesas do governo.

Também foi no Império Romano que nasceu a **agiotagem\***, e a riqueza passou a se concentrar nas mãos de uma minoria. As economi-

### GLOSSÁRIO

\***Agiota** – é a pessoa que faz prática da usura, ou seja, empresta dinheiro a outra no mercado informal, sem a devida autorização legal para isso. Fonte: Wikipédia (2007).

as dos países subdesenvolvidos, tal como o Brasil, apresentam semelhanças com a história do Império Romano. De um lado, há pessoas abastadas e profundamente ricas. De outro, há pessoas pobres, absolutamente pobres. As magníficas obras do Império refletiam, apenas, o consumo ostensivo dos grupos mais ricos ou do Estado sempre mais poderoso.

Toda essa situação de decadência do Império conduziu o povo a uma elevada crise de escassez, quando aumentaram, e muito, as necessidades urbanas em alimentos. Podemos apontar as causas econômicas do declínio do Império Romano:

- grande concentração das riquezas por grupos minoritários;
- grandes propriedades rurais improdutivas;
- servidão dos pequenos e médios agricultores;
- separação sempre maior entre ricos e pobres; e
- crescente escassez de alimentos.

Portanto, podemos concluir que essas causas econômicas, conjugadas com causas políticas, determinaram a queda do Império Romano e a subjugação pelas hordas “bárbaras” vindas de todas as direções, por mar e por terra.

## A Economia Medieval (ou a Economia na Idade Média)

Com a queda e o profundo declínio do Império Romano, no ano 476, teve início uma importante fase da história da humanidade, conhecida por Idade Média ou Idade Medieval. Esse período, um dos mais longos da história, durou dos anos 500 a 1500 (ano do Descobrimento do Brasil). Os cinco séculos seguintes à queda de Roma, do

ano 500 ao ano 1000, foram de grande ebulição, assinalados por migrações, guerras, absorção de povos conquistados, com fusão de povos e culturas.

### Para saber mais

**\*Constantino: Flavius Valerius Constantinus (272 – 337)**– governou uma porção crescente do Império Romano até sua morte. Foi o primeiro imperador romano a confirmar o cristianismo e influenciou em grande parte a inclusão da Igreja Cristã em dogmas baseados nas tradições. Uma das mais conhecidas foi o Edito de Constantino, promulgado em 321, que determinou oficialmente o domingo como dia de repouso para os cristãos, em honra à ressurreição de Jesus Cristo. Fonte: Wikipédia (2007).

Com a Idade Média, portanto, abriu-se uma nova era para a humanidade. Uma nova concepção de vida, o cristianismo, nasceu com a queda de Roma. Seus ensinamentos, a partir da sua legalização por um decreto do ano 311, por parte do Imperador **Constantino**, passaram a ser disseminados por toda a Europa, crescendo em vigor e em influência. Segundo Gastaldi (1999), as igrejas e os mosteiros tornaram-se poderosos nessa época. A Igreja tornou-se o

maior agente de perpetuação da cultura, de disseminação do saber e de desenvolvimento da administração pública.

Diferente do pensamento capitalista, o pensamento cristão condenava a acumulação de capital (riqueza) e a exploração do homem pelo homem. A opção da Igreja, então, foi pelo retorno à atividade rural, ao contrário de Roma. Na verdade, a Igreja, através de seus conventos e mosteiros, tornou-se grande proprietária de grandes áreas de terra.

A terra transformou-se na riqueza por excelência. Nascia, assim, o regime feudal, caracterizado por propriedades nas quais os senhores e os trabalhadores viviam indiretamente do produto da terra ou do solo. Eram médias ou grandes propriedades rurais, auto-suficientes econômica e politicamente, obedientes à autoridade do senhor ou proprietário, e nas quais os servos exerciam suas atividades agrícolas ou artesanais.

O rei, embora dirigisse o Estado, não possuía influência ou poder de decisão nos feudos, onde a autoridade máxima era a do senhor da gleba (os exploradores) e onde labutavam os servos (os explorados).



## Mercantilismo

Com a descoberta do Mundo Novo (inclusive o Brasil nas Américas), com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, a fisionomia social, política e econômica da época, tão profundamente moldada na Idade Medieval, passou a sofrer profundas transformações. Novos conceitos passaram a surgir em matéria comercial e de produção.

E, na mesma proporção em que se enfraquecia o pensamento religioso, operava-se uma forte centralização política, ocorrendo a criação das nações modernas e das monarquias absolutas, germes do capitalismo moderno.

A fase do **mercantilismo\*** foi uma decorrência do crescimento do capitalismo comercial, representando, com o capitalismo industrial do início do século XVIII, a Economia Política Pré-Clássica. O mercantilismo foi um regime de nacionalismo econômico. Fazia da riqueza o principal fim do Estado. Assinalou, na história econômica da humanidade, o início da evolução dos Estados modernos e das novas concepções sobre os fatos econômicos, notadamente sobre a riqueza.

A finalidade principal do Estado, no entender dos mercantilistas, deveria ser a de encontrar os meios necessários para que o respectivo país adquirisse a maior quantidade possível de ouro e prata. Os mercantilistas pretendiam disciplinar a indústria e o comércio, de tal forma que sempre fossem favorecidas as exportações em detrimento das importações. Isto feito, procurava-se manter a balança comercial sempre favorável.

O mercantilismo recebeu seu nome da palavra latina *mercator* (mercador), porquanto considerava o comércio como a base fundamental para o aumento das riquezas. A prática mercantilista predominou até o início do século XVII, quando ocorreu uma reação contra os excessos do absolutismo e das regulamentações.

O Brasil-Colônia foi influenciado pelo ideal mercantilista, o qual obrigava o comércio colonial exclusivamente por intermédio das metrópoles. Somente com a chegada de **d. João VI\*** ao Brasil é que fo-

## GLOSSÁRIO

**\*Mercantilismo** – uma das primeiras doutrinas econômicas, muito usada até o final do século XVIII. Não foi uma doutrina consistente e coerente, mas um conjunto de idéias econômicas de cunho protecionista, desenvolvidas em diversos países, as quais variavam um pouco em função dos interesses de cada país. Fonte: Lacombe (2004).

**\*D. João VI** (1767 – 1826) – foi rei de Portugal entre 1816 até sua morte. Seu reinado decorre em época de grandes mudanças mundiais: a Revolução Francesa, o Bloqueio Continental, a guerra com a Espanha com a perda de Olivença, a fuga da Corte Portuguesa para o Brasil por 14 anos, a Revolução Liberal e a Independência do Brasil. Fonte: Wikipédia (2007).

ram eliminadas as restrições mercantilistas, permitindo-se a instalação de indústrias nativas e o comércio direto com as demais nações.

## Fisiocratas

As teses do liberalismo econômico foram criadas para combater o mercantilismo. A Teoria Liberal pressupõe a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, no qual todos os agentes econômicos são movidos por um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico, que poderia ser entendido como uma ambição ou ganância individual, que no contexto macrotraria benefícios para toda a sociedade.

Podemos conceituar fisiocratas como um grupo de economistas franceses do século XVIII que combateu as idéias mercantilistas e formulou, pela primeira vez, uma Teoria do Liberalismo Econômico. Ou seja, podemos entender, desde já, que o pensamento fisiocrático é uma resposta direta, ou uma reação, ao mercantilismo.

Dentre as suas características, destacam-se:

- nada de livre comércio;
- o Estado era o monopólio (toda atividade econômica era controlada por ele); e
- o comércio era a atividade dominante, ou seja, o reino era do comércio.

### Vamos conhecer a origem da palavra “fisiocrata”?

“Fisiocrata” vem de “fisiocracia”, que significa “reino da natureza”. Os fisiocratas não acreditavam que uma nação pudesse se desenvolver mediante, apenas, o acúmulo de metais preciosos e estímulos diretos ao comércio. Era necessário o investimento em produção. Não na produção industrial (ou comercial), mas na produção agrícola, pois somente nessa eram possíveis a geração e a ampliação de excedentes.

O objeto da investigação dos fisiocratas é o sistema econômico em seu conjunto, sendo este conjunto regido por uma **ordem natural**, à semelhança da ordem que rege a natureza física. Nesse pensamento,

o conjunto dos homens é uma sociedade, isto é, uma unidade regida por leis através de um processo que somente a troca pode realizar.

A realidade da troca é o ponto de partida da fisiocracia e uma interpretação (por que não dizer?) da interpretação marxista da história.

### O que podemos entender até aqui?

Podemos perceber que os fisiocratas concedem à ordem da natureza uma economia inteiramente de mercado (capitalista), na qual cada um trabalha para os demais, ainda que acredite que trabalhe apenas para si mesmo. É bom destacar que essa elevada menção que os fisiocratas atribuíam à ordem natural é decorrente da estrutura econômica francesa por volta de meados do século XVIII. Tratava-se de uma economia predominantemente agrícola, sendo a terra propriedade de caráter eminentemente senhorial.

O capitalismo já se desenhava na agricultura, e existia uma bem definida classe de arrendatários (pessoas que arrendavam as terras dos senhores para trabalhar). Também existia muito camponês (pequenos agricultores) em boa parte do país. Pois bem, do confronto entre a agricultura capitalista e a camponesa, obtinha-se a superioridade da agricultura capitalista em termos da capacidade produtiva. Naturalmente, isso levava à crença de que agricultura baseada na produção capitalista (e não mais no fundamento do feudalismo), baseada na capacidade empresarial dos arrendatários burgueses (não esqueçam disso!), constituía a mais avançada e a mais desejável das formas de produção.

O único trabalho produtivo para os fisiocratas é o trabalho agrícola. E está na terra o poder de dar origem a um produto líquido que se liga, fundamentalmente, à renda fundiária. Talvez, nesse ponto, resida a grande limitação teórica dos fisiocratas, na medida em que consideravam apenas produtivo o trabalho agrícola.

Voltando ao liberalismo, destaque-se que, para os fisiocratas, a sociedade é governada por leis naturais semelhantes às que existem na natureza. Portanto, o Estado, através dos vários governos, não deve intervir nesta ordem natural. Com isso, conforme dito antes, criticavam o intervencionismo estatal do mercantilismo.

Pertencem aos fisiocratas as frases que identificam o liberalismo: *laissez-faire e laissez-passer\**.

Alguns autores e conceitos são retomados a seguir.

## Escola Clássica

A Escola Clássica foi uma linha de pensamento econômico fundada por Adam Smith e David Ricardo, autores já mencionados na Unidade 2. Com esta Escola, a Economia adquiriu caráter científico integral à medida que passou a centralizar a abordagem teórica do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral.

Além da Teoria do Valor-Trabalho, a Escola Clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo, e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês.

A Escola Clássica foi uma escola que caracterizou a produção, deixando a procura e o consumo para o segundo plano. Para Smith, considerado o maior dos clássicos e o pai da Ciência Econômica, o objeto da economia é estender bens e riqueza a uma nação. Nesse sentido, entende que a riqueza somente pode ser conseguida mediante a posse do valor de troca. Valor de troca, para Smith (1981), é a capacidade de obter riquezas, ou seja, é a faculdade que a posse de determinado objeto oferece de comprar com eles outras mercadorias.

Smith também refutou as idéias mercantilistas argumentando que a riqueza é constituída pelos valores de troca, e não pela moeda, na medida em que esta é apenas um meio que permite a circulação de bens. Portanto, para Smith (1981), a verdadeira fonte de riqueza de um país somente pode ser alcançada mediante o trabalho, e essa fonte somente pode ser elevada com:

- o aumento da produtividade;
- a extensão de sua especialização; e
- a acumulação do produto sob a forma de capital.

## Na Escola Clássica, como se daria a distribuição da riqueza? A distribuição do produto nacional?

A distribuição do produto nacional, no pensamento clássico, continuou sendo tratada de forma tradicional. Os remunerados seguiam esse padrão:

- **trabalho ----- salário;**
- **capital ----- lucro; e**
- **terra ----- renda.**

Deve ser assinalado que a Teoria Clássica é elaborada em função de um equilíbrio automático, que ignora as crises e os ciclos econômicos. Desse modo, a oferta deve criar, necessariamente, sua própria procura (Lei de Say), e a soma dos salários e dos ganhos retidos pelos consumidores deve corresponder à quantidade global de bens oferecidos do mercado.

Como vimos, o referencial econômico e social da Escola Clássica se dava com base nos princípios do liberalismo e do individualismo. Acreditava-se que um sistema de liberdade econômica, através de um mecanismo impessoal de mercado – “Mão Invisível” –, apresentado na Unidade 2, conseguiria harmonizar os interesses individuais. O livro *A riqueza das nações*, de Smith, é uma das obras clássicas do liberalismo e de vários pressupostos da Economia moderna.

De maneira sucinta, vamos ver como Smith concebia a função do Estado no sistema econômico, considerando que a sua obra clássica contém vários pressupostos atuais do neoliberalismo econômico.

As idéias de Smith correspondiam aos anseios do poder da burguesia, e, como um liberal, ele defendia:

- a mais ampla liberdade individual;
- o direito inalienável à propriedade;
- a livre iniciativa e a livre concorrência; e

**A Lei de Say** estabeleceu que, “quando um produtor vende seu produto, o dinheiro que obtém com essa venda está sendo gasto com a mesma vontade da venda de seu produto” – sinteticamente: “a oferta cria sua própria demanda”.

- não-intervenção do Estado na economia.

Entretanto, para Smith (1981), o Estado deveria ter três funções:

- proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes;
- proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou a função de oferecer uma perfeita administração da justiça;
- fazer e conservar certas obras públicas, e criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca

### Para saber mais

\***John Stuart Mill (1806–1873)**—filósofo e economista inglês, um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. Tornou-se contribuinte influente da nova ciência da Psicologia, defendendo que a mente exercia um papel ativo na associação de idéias. Stuart Mill desenvolveu, em seu livro *A system of logic*, os cinco métodos de indução que viriam a ser conhecidos como “Os métodos de Mill”. Fonte: Wikipédia (2007).

\***Jean Baptiste Say (1767–1832)**—economista francês que estudou a obra do fundador da Escola Clássica, Adam Smith. Defensor da liberdade de produção e de consumo, e convicto de que o capitalismo sempre se ajustaria às crises, formulou a Lei de Say – “a oferta cria sua própria demanda” –, que foi um dos pilares da Economia Ortodoxa até a Grande Depressão de 1930. Fonte: Wikipédia (2007).

despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam esses indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo.

Na sua análise histórica e sociológica, Smith acreditava que, embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta e estritamente em proveito próprio, existia uma “mão invisível”, decorrente da providência divina, que levava esses conflitos à harmonia. A “mão invisível” era o próprio funcionamento sistemático das leis naturais.

O que realmente é fundamental no pensamento smithiano é o fato de haver

indicado quase todos os problemas que viriam a ser objetos de reflexão científica subsequente. De Smith, partem todas as linhas de pesquisa que serão tratadas por todos outros economistas, de Marx a Keynes.

Adam Smith teve muitos seguidores, dos quais destacamos os seguintes: Thomas Robert Malthus (1766–1834), David Ricardo (1772–1823), [John Stuart Mill](#) e [Jean Baptiste Say](#).

Acreditamos que você já tenha ouvido falar de Malthus, devido ao enfoque da teoria formulada sobre a falta de alimentos para atender ao grande crescimento da população e que, até os dias de hoje, conquista um batalhão de seguidores pelos quatro cantos do planeta.

Mas qual o nome dado a esses novos seguidores da teoria de Malthus?

Na sociedade mundial contemporânea, ficaram conhecidos como **neomalthusianos**.

Mas quem foi Malthus, e qual teoria foi formulada por ele?

A obra *Ensaio sobre o princípio da população*, que o tornou conhecido mundialmente, foi publicada em 1798, anonimamente. Das suas idéias, a mais famosa dizia que, enquanto a população tinha tendência a crescer de forma geométrica, os alimentos cresciam de forma aritmética. Embora atraente, é óbvio que, nos dias de hoje, temos certa dificuldade em pensar assim, devido às transformações tecnológicas ocorridas na agricultura e ao sucesso dos métodos de controle de natalidade.

Tanto Malthus quanto Ricardo tiveram grande influência de Adam Smith. Na realidade, o inglês Ricardo adquiriu fortuna, desde muito jovem, operando na Bolsa de Valores. Divergiu dos estudos sobre população de Malthus, por não acreditar que a demanda efetiva seria incapaz de se realizar no mercado.

De Ricardo, herdamos o importante estudo sobre a renda da terra, pois, segundo os seus ensinamentos, a expansão agrícola, ao se dar em terras menos férteis, levava à valorização da terra mais fértil, e nas relações econômicas internacionais, à teoria das vantagens comparativas.

Ao estudar a produção, Ricardo dedicou-se a tentar entender a formação do valor a partir das horas trabalhadas e sua distribuição. Na concepção ricardiana, a troca das mercadorias estava diretamente ligada às quantidades de trabalho relativas que haviam sido utilizadas para sua produção. Era a Teoria do Valor-Trabalho, que começava a

ser explicada com certos detalhes e que Adam Smith não conseguira superar. A importância da contribuição de Ricardo para o entendimento da formação do valor na Economia só foi ser percebida a partir dos estudos de Karl Marx (1818–1883).

## Pensamento Marxista

O representante maior desta escola foi Karl Marx. Nascido em Trier, no sul da Alemanha, teve a sua principal obra, *O capital*, publicada pela primeira vez em 1867. Ao mergulhar nos estudos dos clássicos, Marx avançou nas formulações, e realizou uma leitura das mais completas e ampliadas do processo capitalista. Marx trouxe interpretações consistentes sobre a Teoria do Valor-Trabalho e buscou compreender de forma profunda a realização do capital.

No estudo do processo de acumulação capitalista, Marx observou a gênese das crises, ora de superprodução, ora de estagnação, bem como a distribuição da renda. Para ele, o valor da força de trabalho despendido para produzir uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria. Trata-se, portanto, de compreensão de um valor social.

Marx publicou alguns livros em parceria com o amigo de toda

### Para saber mais

\* **Friedrich Engels (1820–1895)** – filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Foi co-autor de diversas obras com Marx, e a mais conhecida é o *Manifesto comunista*. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O capital*, principal obra de seu amigo e colaborador. Grande companheiro de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. Fonte: Wikipédia (2007).

vida **Friedrich Engels**, sendo o primeiro *A sagrada família*, de 1845. O livro *A ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels por volta de 1845 a 1846, só veio a ser publicado em 1932, e é considerado um dos trabalhos dos mais significativos para a compreensão do materialismo histórico.

De acordo com a concepção do materialismo histórico, a transformação social está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas. O livro *Manifesto do*



*Partido Comunista*, de Marx, em co-autoria com Engels, foi publicado em 1848 e inaugurou a Modernidade.

Karl Marx elaborou uma crítica científica do capitalismo. É por isso que sua obra continua tendo grande repercussão, tornando-se um autor obrigatório a ser lido ainda hoje. Segundo Braga (1997), são inúmeras as evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx. Podemos citar a Lei Geral da Acumulação Capitalista e a Globalização Financeira.

Braga afirma (1997, p. 99):

O capitalismo instaura o fetichismo na sociedade ao fazer parecer como naturais (a-históricas) relações que são social e historicamente determinadas. Surgem, então, idéias e categorias de pensamento tão misteriosas quanto aquelas que nos apresentam as religiões. (BRAGA, 1997, p. 99)

## Pensamento Neoclássico

Podemos dizer que o desenvolvimento deste pensamento teve o seu florescimento em 1870, ano que marcou a mundialização das relações econômicas, e estendeu-se até 1929, quando uma grande crise atingiu as economias dos países, colocando em suspense os pressupostos da Ciência Econômica dos clássicos.

É interessante que você saiba que essa escola também ficou conhecida como Marginalista, por buscar a integração da Teoria do Valor com a Teoria do Custo de Produção. Uma maior otimização dos recursos devido à escassez passou a ser objetivada. Destacamos como da Escola Neoclássica: **Vilfredo Pareto**, Léon Walras (1834–1910) e Alfred Marshall (1842 – 1924), estes últimos abordados na Unidade 2.

Walras e Pareto propuseram, através do uso da Matemática, a cons-

### Para saber mais

\***Vilfredo Pareto (1848–1923)**– Político, sociólogo e economista italiano, percebeu que a distribuição de riqueza não se dava de maneira uniforme. Introduziu o conceito de ótimo de Pareto e ajudou o desenvolvimento da microeconomia com a idéia de curva de indiferença. A partir de então, tal princípio de análise, conhecida com Lei de Pareto, tem sido entendido a outras áreas e atividades, tais como a industrial e a comercial, sendo mais amplamente aplicado a partir da segunda metade do século XX. Fonte: Wikipédia (2007).

trução de um sistema que levasse ao equilíbrio geral, com independência dos preços, e da micro e da macroeconomia. Segundo a concepção da teoria geral, as unidades econômicas devem agir de forma integrada, e não podem isolar as famílias das empresas.

A Teoria do Equilíbrio Parcial na Escola Neoclássica surgiu com Alfred Marshall, a partir da publicação da obra *Princípios econômicos*, de 1890. Mesmo sendo de tradição neoclássica, não manteve as exposições matemáticas. Com determinação, buscou a todo custo compreender o comportamento humano na organização econômica, embora ciente de que nem todas as variáveis poderiam ser medidas.

Com relação à defesa da participação do Estado na Economia, tivemos a presença de Arthur Cecil Pigou, autor mencionado na Unidade 2. A obra *Riqueza e bem-estar*, de sua autoria, publicada em 1920, apontava para a interferência do Estado na economia em algumas atividades, tendo na mira a geração de bens e serviços.

Observe que a economia do bem-estar sempre esteve presente em nossas preocupações, desde os clássicos. Com a crise de 1929, o arcabouço neoclássico se tornou ineficaz para explicar a realidade, e, com o surgimento da análise da economia imperfeita, outras idéias associadas ao estudo do emprego, da renda e da produção foram formuladas. Era o começo da fase keynesiana, que mudou totalmente a forma de compreender o comportamento econômico.

## Pensamento Keynesiano

### Para saber mais

\***John Maynard Keynes (1883–1946)**– criador da Macroeconomia, foi um dos mais influentes economistas do século XX. Suas idéias chocaram-se com as doutrinas econômicas vigentes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. Fonte: Wikipédia (2007).

O ponto de partida do pensamento de Keynes é que o sistema capitalista tem um caráter profundamente instável. Ou seja, a operação da “mão invisível”, ao contrário do que afirmavam os economistas clássicos, não produz a harmonia no mercado. Em momentos de crises, argu-

menta Keynes, a intervenção do Estado pode gerar demanda, mediante os investimentos, com vistas a garantir níveis elevados de emprego.

O pensamento de Keynes comandou as bases do capitalismo mundial entre a década de 1940 e final dos anos 70. No Brasil, o pensamento keynesiano vigorou até final dos anos 80, principalmente no que diz respeito ao Estado interventor. Ou seja, a forte intervenção do Estado na economia brasileira, entre as décadas de 50 e 80, foi realizada com base teórica fundamentada no pensamento de Keynes.

A análise keynesiana veio opor-se aos postulados da Economia Clássica e Neoclássica, que tinha na Lei de Say a sua pedra angular. Os pensadores que mais contribuíram para a concepção e divulgação dessa Lei, passada como um dos princípios inquestionáveis da Economia Política Clássica, foram os economistas Jean Say, David Ricardo e Stuart Mill.

Introdutoriamente, a Lei de Say estabelece que toda produção encontra uma demanda, ou seja, que toda a renda (lucros, juros, salários) é inteiramente gasta na compra de mercadorias e serviços, e, portanto, não pode haver um excesso de produção ou renda em relação à demanda ou às despesas efetivamente realizadas.

Observando a Lei de Say, muitos economistas deduzem que o princípio de Jean Say é válido para uma economia de produtores simples, de troca, de escambo, na qual cada família seria proprietária de seus meios de produção e trocaria apenas o excedente de bens que ela mesma produz, mas não consome. Na formulação da Lei de Say, deve-se destacar qual a atribuição que caberia ao dinheiro. Com efeito, nesta Lei, o dinheiro é visto apenas como um meio de troca, sendo gasto imediatamente. Para Say, ninguém teria interesse em conservá-lo (atribuindo-lhe reserva de valor). Para Ricardo, o fato de ninguém querer conservá-lo se deve ao fato de o dinheiro servir apenas para aquisição de bens de consumo ou bens de produção, para a criação de bens de consumo no futuro.

Os produtores ou possuidores de dinheiro não tinham interesse em mantê-lo em suas mãos mais que o necessário, dentro da filosofia de Say. Ainda conforme a Lei, seria a demanda ilimitada. O que significa isso?

Significa que sempre existirá uma demanda por um ou outro tipo de produto. Desse argumento, resulta que, ainda que ocorra excesso de produção, isso acontece apenas para certos tipos de mercadoria e em caráter temporário.

Esse argumento de que a demanda é ilimitada é essencial para os clássicos e neoclássicos, pois assegura a inexistência de um excesso de produção em relação à demanda. Ou seja, tudo o que for produzido é, naturalmente, vendido. Todo o poder de compra da sociedade é sempre utilizado. O que é poder de compra? É demanda. É procura.

Diante do que vimos até aqui, fica entendido que toda a renda ganha é sempre gasta no processo produtivo, sinalizando a inexistência de entesouramento. Ou seja, na Lei de Say, inexistente entesouramento do dinheiro. Nenhum indivíduo, ao auferir uma renda, deixa de usá-la inteiramente. Uma parte dela é utilizada para o consumo pessoal, enquanto a outra parte é poupada. Cuidado, aqui, poupança, deve ser dito, não significa entesouramento para a Lei de Say. A poupança será sempre utilizada. Ou o indivíduo a emprega para acumular capital ou a empresta para outro, que deve imediatamente fazer uso dela. Em resumo: tudo que é ganho deve ser gasto. E se parte não é, outra pessoa o faz, recebendo o dinheiro por empréstimo.

Considerando que o volume dos meios de produção e da força de trabalho é regulado pela produção, temos que a economia tende a operar com pleno emprego de recursos (ou plena capacidade de produção). E se ocorresse excesso de capacidade produtiva (seja de força de trabalho, seja de capital), o que fazer? Nesse caso, os recursos empregados se deslocariam para outro ramo da atividade no qual existisse demanda suficiente para absorver uma produção adicional, assegurando, desta forma, uma taxa de lucro compensatória.

Os economistas adeptos da Lei de Say encaravam o desemprego como uma pequena anormalidade do sistema capitalista, que tinha a sua origem na intervenção estatal e na associação dos trabalhadores sindicais. Indicavam que também uma das causas do desemprego eram os altos salários pagos. Então, para corrigir o desemprego, os salários deveriam ser flexíveis.

Baseados na Lei de Say, os gastos públicos não exerciam qualquer efeito positivo sobre a economia e, em especial, sobre o crescimento econômico. Acreditavam, sim, que os gastos do Estado poderiam ser um obstáculo para o crescimento econômico, visto que transferiam fundos de acumulação para utilizá-los em atividades improdutivas.

O pensamento de Keynes significa mais que um produto da Inglaterra vitoriana e eduardiana. É a própria negação do pensamento clássico. Ao contrário de Ricardo e Say, Keynes entendeu que, para a sobrevivência do capitalismo, era necessária uma ação efetiva do Estado na regulação das crises do capital. Keynes pode ser considerado como o retrato do indivíduo liberal de seu tempo. Detinha um caráter profundamente individualista, mas percebia os problemas sociais de sua época. É considerado o mais célebre economista do século XX, pioneiro da Macroeconomia.

As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas e políticas de conjuntura. Não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas inconsistentes. Em 1930, escreveu *Tratado sobre a moeda* e, em 1936, escreveu a sua principal obra, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Foi esta última que mais contestou a Teoria Marginalista, Neoclássica ou Clássica.

*A Teoria Geral* abalou profundamente os pressupostos do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Até então, nos meios marginalistas, a economia de mercado encontrava naturalmente seu equilíbrio, numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente à sua produtividade poderiam fazê-lo.

A questão da produção e do emprego foi demasiadamente avaliada por Keynes. Ele concluiu que o fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura de mão-de-obra, e não a sua oferta, como pensavam os neoclássicos. Logo, o desemprego é o resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e somente pode ser resolvido por meio de investimentos. O investimento, para Keynes, é o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda.

Ao contrário da tradição clássica e neoclássica, Keynes enfatiza acentuadamente o papel do Estado na economia. Destaca que as mudanças no sistema produtivo não poderiam ocorrer sem a ação efetiva do poder público.

O grande eixo da análise de Keynes sobre a intervenção do Estado na economia é a superação da crise, no curto prazo, durante a própria crise, possibilitando o aumento dos investimentos através de uma política de aumento da demanda. O aumento das despesas em obras públicas, graças ao multiplicado, provocaria o aquecimento da economia, que se espalharia para os demais setores. Haveria, então, nova perspectiva para os investimentos privados, visto como eixo central de toda a economia.

Mas como ativar os investimentos?

Sabe-se que, ativando o investimento, se promove a elevação do nível de emprego, aumentando a renda e o crescimento econômico. O Estado, nesse sentido, teria a responsabilidade de ativar o investimento e de assegurar a alocação dos recursos.

Keynes estava convencido da importância da ação do Estado na economia, e toda a ação governamental deveria estar pautada na busca de reduzir os efeitos da crise de acumulação de capitais, que, de qualquer forma, promoveria a queima de certa quantidade de capital.

Há uma procura incessante por novas alternativas ao modelo keynesiano. Os pós-keynesianos se enquadram neste grupo e estão entre os que se preocupam com o princípio da demanda efetiva, o desempenho da moeda e as expectativas do comportamento das economias. É por isso que, nessa escola, os estudos da determinação dos títulos no mercado são

realizados com bastante atenção.

### Para saber mais

\***Friedrich August Von Hayek (1899 – 1992)**– economista que fez contribuições importantes para a Psicologia, a Teoria do Direito, a Economia e a Política. Em Economia, Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo Hayek, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado por uma instituição central e deve evoluir espontaneamente. Fonte: Wikipédia (2007).

### Vamos a uma conversa resumida bem ao pé do ouvido!

Podemos concluir que o neoliberalismo retornou de forma modificada, apoiado na teoria do economista austríaco **Friedrich August Von Hayek**, que ganhou o Prêmio Nobel de

Economia em 1974 e propôs uma menor participação do Estado na Economia. Daí, a onda de privatizações vividas mundialmente, o individualismo em curso e a crença desenfreada das pessoas no mercado.

Para onde estamos sendo conduzidos? Temos nos perguntado o tempo todo. Os novos estudos que, por sua vez, se encontram em processo de investigação podem, a qualquer momento, surpreender. Fiquemos atentos!

## Saiba mais...

- Sobre a vida e obra dos principais economistas em: <http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/> [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=160&Itemid=110](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=160&Itemid=110)
- Sobre o liberalismo clássico em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberalismo\\_cl%C3%A1ssico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberalismo_cl%C3%A1ssico)
- Sobre a Revolução Marginalista em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_marginalista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_marginalista)

## RESUMO

As contribuições da civilização greco-romana, do Império Romano, do período medieval, do mercantilismo, da fisiocracia, da Escola Clássica, do marxismo, da Escola Neoclássica e do keynesianismo para o desenvolvimento do pensamento econômico foram a tônica principal desta Unidade.

## Atividades de aprendizagem

Chegamos ao final da última Unidade. Esta traçou considerações importantes sobre a evolução histórica da Economia. Se você realmente entendeu o conteúdo, não terá

dificuldades de responder as questões a seguir. Se, eventualmente, ao responder, sentir dificuldades, volte, leia novamente e procure discutir com seu tutor.

1. Você saberia dizer quando efetivamente surgiu a Economia como ciência no cenário mundial?
2. Fale sobre o significado das idéias de Adam Smith para o estudo da Economia.
3. Por que o Marxismo tem sido tão pouco estudado na atualidade?
4. Qual a força da Escola Neoclássica na Economia?
5. Você já ouviu falar da crise de 1929? Seria interessante que você fizesse uma pequena pesquisa sobre esse assunto.
6. Para que servem os ensinamentos de Keynes na atualidade?

**Caros estudantes!**

Chegamos ao final da disciplina de Introdução à Economia. É evidente que, numa disciplina de 60 horas, não podemos aprofundar a temática como gostaríamos, mas temos a certeza de que você tem agora os elementos básicos para compreender a importância da Economia para a Administração e também para avançar no aprimoramento de sua capacidade para, quem sabe, atuar nessa área.

Portanto, não pare por aqui. Retome ou dê continuidade aos seus estudos nesta área, rumo ao aprimoramento profissional.

Certamente, você pode contribuir muito com a economia deste país.

Foi muito bom estar com você. Sucesso!



## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Perguntas mais Frequentes**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Brasil e a Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, J. C. **A contemporaneidade de O capital**. In: (Org) CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997.

CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997.

CARVALHO, Fernando; *et al.* **Economia Monetária e Financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHANG, Ha-Joon. Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CORAZZA, Gentil. (Org). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

DEANE, Phyllis. **A evolução das idéias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e prática**. São Paulo: Addison Wesley Bra, 2005.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LANZANA, Antônio E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LUQUE, C. A; SCHOR, S. M. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio. **Manual de Macroeconomia**. São Paulo: 2000.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à Economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. Acesso em: <<http://www.fazenda.gov.br>>.
- NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAULANI, Leda Maria e BRAGA, Márcio Bobik. **A nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Printice Hall, 2006.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval (Orgs.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Orgs.). **Manual de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROMER, David. **Macroeconomia Avançada**. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

SALGADO, Lúcia Helena. Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional. Rio de Janeiro, n. 941, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 40. ed. São Paulo: Best-Seller, 1994.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 1981.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de Economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPOHR, Paulo Alexandre. Contabilidade Social. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1996.

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. **Introdução a Microeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SZMERECÁNYI, Tamás (Org.). **Malthus**. São Paulo: Ática, 1982.

THOMPSON JR., Arhur; FORMBY, John. **Microeconomia da firma: teoria e prática**. 6. ed Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.



## Carlos Magno Mendes

Natural de Juiz de Fora – Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1985), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1989) e doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (2002). Atualmente, é professor adjunto II da Universidade Federal de Mato Grosso.

## Cícero Antônio de Oliveira Tredezini



Natural de Patos de Minas – Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (1981), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1987) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Atualmente, é professor adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Economia e Administração.

## **Fernando Tadeu de Miranda Borges**



Natural de Cuiabá – Mato Grosso. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1980), mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (1991) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente, é professor associado I da Universidade Federal de Mato Grosso.

## **Mayra Batista Bitencourt Fagundes**



Natural de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1997), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2000) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002). Atualmente, é professora adjunta I da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.